



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Glauce Batista Junior

**ProJovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ e seus impactos sobre a
inserção de jovens no mercado de trabalho**

São Gonçalo
2012

Glauce Batista Junior

ProJovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ e seus impactos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Soares de Alvarenga

São Gonçalo

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

J95
TESE

Junior, Glauce Batista.

ProJovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ e seus impactos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho / Glauce Batista Junior. – 2012.
133f. : il.

Orientadora: Profª Drª Maria Tereza Goudard Tavares.

Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação de jovens e adultos - Políticas públicas – São Gonçalo (RJ) - Teses. 2. Educação - Políticas públicas – São Gonçalo (RJ) - Teses. I. Tavares, Maria Tereza Goudard. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CDU 347.7(815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese / dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Glauce Batista Junior

ProJovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ e seus impactos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 30 de março de 2012.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Márcia Soares de Alvarenga

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Prof.^a Dra. Sonia Maria Rummert

Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2012

DEDICATÓRIA

Em memória de Izabel de Oliveira Laureano a minha madrinha e eterna inspiração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me concedeu a oportunidade de realizar o Mestrado em Educação nesta conceituada instituição de ensino que tanto prezo e defendo.

Ao meu marido Alberto Toledo Resende companheiro de todas as horas, que me incentiva a continuar estudando, independente das agruras da vida.

A todos os meus amigos, que têm compartilhado bons e maus momentos dentro e fora do âmbito de ensino.

A todos os professores da Faculdade de Formação de Professores que com dedicação tanto me ensinaram e orientaram.

À Professora Dr^a. Márcia Soares de Alvarenga - a minha orientadora, competente, paciente e amiga.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, me auxiliaram na elaboração da dissertação.

No imaginário popular, acredita-se que os mais altos níveis de escolaridade estão sempre associados a melhores empregos e a profissões mais requisitadas. As relações entre trabalho, emprego, escola e profissão são muito mais complexas do que se possa imaginar, por isso requerem um esforço de reflexão mais aprofundada.

Silvia Maria Manfredi

RESUMO

JUNIOR, Glauce Batista. *ProJovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ e seus impactos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho*. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

A presente dissertação teve como principal objetivo analisar os possíveis impactos do programa do governo federal - ProJovem Urbano na inserção ou reinserção profissional de jovens egressos desse programa no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, ancorada nas perspectivas teórico-críticas sobre políticas públicas de educação profissional dirigidas aos jovens e adultos da classe trabalhadora, entre elas as contribuições de Frigotto (2008), Rummert e Alves (2010), Draibe (1993), Filgueiras (2006), Santos (2009) e Pochmann (2001). A pesquisa buscou responder às seguintes questões: quais as concepções de educação e trabalho defendidas pelo ProJovem Urbano e pretendidas para a participação dos jovens no mercado de trabalho gonçalense? O programa atendeu às expectativas dos jovens que dele participaram? Para compreender a possível inserção ou reinserção profissional dos alunos, do ponto de vista metodológico realizamos o mapeamento das demandas do mercado de trabalho gonçalense, tendo como fonte de pesquisa os anúncios de emprego extraídos do jornal *O Fluminense* e os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados no biênio 2010-2011, etapa fundamental para verificar as condições do mercado de trabalho enfrentadas pelos ex-participantes do ProJovem Urbano. De modo concomitante, realizamos entrevistas com jovens egressos do programa a fim de analisar se ele atendeu ou não às suas expectativas, ou seja, se a inserção ou reinserção profissional ? almejada pelos jovens e amplamente divulgada pelo programa ? havia se concretizado. Pelas entrevistas com jovens egressos do programa, do mapeamento envolvendo a tipificação dos empregos anunciados no jornal e sua relação com a escolaridade exigida, compreende-se que as inserções profissionais dos egressos mantiveram-se flexíveis, temporárias e precárias, não alterando significativamente a posição e a vivência deles no mercado de trabalho. Nesse sentido, concluímos provisoriamente que os impactos do ProJovem Urbano foram limitados, no que diz respeito à promoção da educação e da formação profissional, sem romper com a lógica da subordinação e precarização do trabalhador. Por outro lado, pode-se afirmar que a participação dos jovens no programa propiciou a mobilização de energias para a continuidade dos estudos, elevando o seu perfil de escolarização.

Palavras-chave: ProJovem Urbano; Políticas públicas educacionais; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This work aimed to analyze possible impacts of the federal Brazilian program PROJOVEMURBANO to promote the integration or reintegration of young graduates of this program in the municipality of São Gonçalo, State of Rio de Janeiro. Anchored in critical theoretical perspectives on policies for professional education directed to young adults and the working class, among them the contributions of Frigotto (2008), Rummert and Alves (2010), Draibe (1993), Filgueiras (2006), Santos (2009) and Pochmann (2001), the research sought to answer the following questions: What conceptions of education and work advocated by the ProJovem URBANO and intended for young people's participation in the local labor market? Does the program meet the expectations of young people who participated? To understand the possible integration or reintegration of students, from a methodological standpoint, we perform the mapping of the demands of the São Gonçalo labor market having as a research job ads taken from newspapers *O Fluminense* and data from the General Register of Employed and Unemployed in the biennium 2010-2011, crucial to check the conditions of the labor market to be faced by former participants of the Urban Projovem. Concurrently, we conducted interviews with young graduates of the program in order to analyze whether or not it met their expectations, indeed, if the integration or reintegration desired by young and widely publicized by the program had been realized. Through these interviews, involving the mapping of the typing of jobs advertised in the newspaper and its relation to the education required, it is understood that the inserts of professional graduates remained flexible, temporary and precarious, not significantly altering the position labor market for them so far experienced. Accordingly, we conclude provisionally that the impacts of Projovem URBANO have limits in relation to promoting education and training to break with the logic of subordination and impoverishment of the worker. On the other hand, it can be stated that the participation of youth in the program can mobilize energies to continue their studies, raising the profile of education.

Keywords: Projovem-Urbano - Public Policy Education-Youth and Adults Education

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Bairros do Município de São Gonçalo-RJ	52
Mapa 2 - Distribuição do número de vagas de empregos no comércio, segundo a localização dos bairros ? São Gonçalo-RJ	54
Mapa 3 - Distribuição do número de vagas de empregos na confecção de roupas, segundo a localização dos bairros ? São Gonçalo-RJ	55
Mapa 4 - Distribuição do número de vagas de empregos na construção civil, segundo a localização dos bairros ? São Gonçalo-RJ	56
Mapa 5 - Distribuição do número de vagas de empregos domésticos, segundo a localização dos bairros ? São Gonçalo-RJ	57
Mapa 6 - Distribuição do número de vagas de empregos no escritório, segundo a localização dos bairros ? São Gonçalo-RJ	58
Mapa 7 - Distribuição do número de vagas de empregos na indústria, segundo a localização dos bairros ? São Gonçalo-RJ	60
Mapa 8 - Distribuição do número de vagas de empregos para o nível superior, segundo a localização dos bairros ? São Gonçalo-RJ	61
Mapa 9 - Distribuição do número de vagas de empregos para a alocação de mão de obra no grupo ?outras atividades?, segundo a localização dos bairros ? São Gonçalo-RJ	62
Mapa 10 - Núcleos do Projovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ, segundo o nome e a localização das escolas da rede municipal	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Arcos Ocupacionais e ocupações/qualificação profissional.....	48
Tabela 2 - As profissões mais requisitas nos classificados de empregos do jornal O Fluminense. Período de referência de novembro/2010 a novembro/2011 - SG/RJ.....	65
Tabela 3 - As 20 profissões que mais admitiram profissionais, segundo dados do CAGED- Período de referência de novembro/2010 a outubro/2011 ?SG/RJ.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Adm	Admissões
AO	Arcos Ocupacionais
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação brasileira de ocupações
CD/FNDE	Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CLT	Consolidação da Legislação Trabalhista
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Desl.	Desligamentos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FFP	Faculdade de Formação de Professores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FS	Força Sindical
FTG	Formação Técnica Geral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PJU	Projovem Urbano
PlanTeQs	Planos Territoriais de Qualificação
PNO	Programa Novas Oportunidades
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
POP	Projeto de Orientação Profissional
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PS	Políticas Sociais
PT	Partido dos Trabalhadores
QP	Qualificação Profissional
RJ	Rio de Janeiro
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SG/PR	Secretaria Geral da Presidência da República

SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
TCU	Tribunal de Contas da União
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	PROJOVEM URBANO EM QUESTÃO: DA ORIGEM ÀS ESPECIFICIDADES DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ	19
1.1	O Brasil pós década de 1990: mudanças na estrutura política, econômica e social	21
1.2	Movimento dos trabalhadores: dilemas e conflitos	25
1.3	Educação: para quê serve? Para quem serve?	29
1.4	A juventude gonçalense e o Projovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ em foco	36
1.5	Projovem Urbano no município de São Gonçalo-RJ: dados do Tribunal de Contas da União	40
2	ENTRE AS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO GONÇALENSE E OS DESAFIOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO PROJOVEM URBANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JORNAL O FLUMINENSE E DO CAGED	45
2.1	Considerações parciais sobre o estudo entre qualificação profissional e mercado de trabalho em São Gonçalo	63
3	A PARTICIPAÇÃO DOS EX-ALUNOS DO PROJOVEM URBANO NO MERCADO DE TRABALHO GONÇALENSE: LIMITES E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	71
3.1	João: em busca de uma vaga de emprego	86
3.2	Maria: a difícil relação entre a maternidade e a inserção profissional	91
3.3	Ana: as agruras de tentar um emprego com carteira assinada	93
3.4	Marcos: o sonho realizado de ser mecânico	96
4	CONCLUSÃO	108
	REFERÊNCIAS	118
	ANEXO A - Questionário do aluno (Roteiro de entrevistas para ser realizada com os alunos)	126
	ANEXO B - SurveyI ? Questionário do aluno	127
	ANEXO C - Modelo de autorização para a utilização das entrevistas somente para fins da pesquisa da dissertação	130
	ANEXO D - Questionário do aluno	131
	ANEXO E - Gráficos	132

INTRODUÇÃO

A preocupação com a questão da inserção profissional faz parte da minha trajetória pessoal muito antes da vida acadêmica; surge no término do Ensino Médio, no final da década de 1980, momento em que realizei uma prova para entrar num curso técnico. Embora as minhas aspirações fossem de ingressar numa universidade pública, a necessidade de contribuir com o orçamento familiar lançara-me para o curso técnico de mecânica e, em seguida, ao mercado de trabalho.

No início da década de 1990, após o término do curso técnico, obtive meu primeiro emprego, justamente na Era Collor (no período de Fernando Collor de Mello na presidência), quando os impactos da reestruturação produtiva, das privatizações de empresas estatais, da extinção de programas sociais, entre outras modificações ocorridas na economia brasileira, fizeram com que eu perdesse o tão conquistado e suado emprego com carteira assinada.

Posteriormente, sobrevivi da prestação de serviços, atuando no mercado de trabalho informal, caracterizado pela precarização das relações de trabalho, com baixa remuneração e instabilidade quanto à duração dos contratos firmados.

Anos depois, motivada pelo sonho de fazer a graduação, pelo retorno ao mercado de trabalho formal, apesar de insatisfeita com a superexploração no ambiente de trabalho, de que a polivalência fazia parte, mas, mesmo assim, sem remuneração condigna, pois trabalhava por dois e ganhava por meio funcionário, tentei o vestibular para Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) por duas vezes. Somente obtive êxito na segunda tentativa, ingressando no curso de Licenciatura Plena em Geografia FFP - Faculdade de Formação de Professores.

Na universidade, as questões latentes sobre a dificuldade de inserção, de reinserção profissional e as conflituosas relações de trabalho encontraram espaço *a priori* no estudo do cooperativismo durante a graduação¹.

Concomitantemente, atuando como professora de Geografia e lecionando em programas sociais e pré-vestibulares comunitários, ouvia as lamúrias dos alunos; em sua maioria, eram jovens oriundos de famílias pobres que se queixavam da dificuldade de

¹Trabalho monográfico intitulado *Cooperativas: uma das alternativas para a geração de ocupação e de renda para os gonçalenses na década de 90*, concluído no ano de 2005.

inserção ou reinserção profissional, decorrente, segundo suas falas, da própria “falta de estudo”, da “falta de experiência” e por não terem uma “qualificação profissional”.

A dificuldade de inserção profissional daqueles alunos aguçara a minha necessidade de compreender os dilemas e tensões sobre a inserção dos jovens num mercado do trabalho cada vez mais restrito, seletivo e competitivo.

A necessidade de analisar o porquê das condições do despreparo dos alunos em relação ao mercado de trabalho e dos problemas elencados por eles ocorreu quando lecionei a disciplina de Ciências Humanas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) por dois anos consecutivos (2006 e 2007), trabalhando respectivamente nos municípios do Rio de Janeiro e de São Gonçalo, ambos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Tais problemas estimularam a realização da especialização de Educação Básica na modalidade ensino de Geografia na UERJ/FFP², etapa fundamental para a percepção dos meandros existentes na educação de jovens e adultos trabalhadores que começava a ser teoricamente delineada, principalmente após um estudo mais atento e crítico sobre a qualificação profissional adotada no ProJovem e amplamente defendida por ele.

Após três anos de funcionamento do ProJovem, no intuito de espriar o atendimento ao seu público alvo e levando em consideração as especificidades dos participantes, o Governo Federal unificou seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica – e reformulou o ProJovem, sob a Lei nº 11.692, de 10 junho de 2008.

Essa reformulação do ProJovem possibilitou a criação de quatro outros programas denominados: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e o ProJovem Trabalhador.

Na trilha pelo amadurecimento como profissional da Educação e pesquisadora, instigada pela mudança da estrutura do ProJovem (original) ocorrida em 2008 e em busca de respostas quanto à possibilidade de este novo formato modificar as condições de inserção e reinserção profissional dos jovens, participei e obtive êxito no processo seletivo para o mestrado em Educação na UERJ/FFP.

No entanto, já na apresentação do pré-projeto e diante da reformulação do ProJovem houve a necessidade de optar por uma das suas modalidades para realizar a pesquisa. A escolha do ProJovem Urbano decorreu das semelhanças com o ProJovem (original), pois os objetivos dos programas eram basicamente os mesmos, excetuando as adaptações realizadas

²Trabalho monográfico intitulado *Qualificação profissional no ProJovem: política pública capaz de inserir o jovem no mercado de trabalho ou para controle social?*, concluído no ano de 2007.

quanto ao perfil dos jovens no que se refere à ampliação da faixa etária, do tempo de duração do programa e da inexistência de exigência de grau mínimo de escolaridade.

Partindo dessa contextualização, incitada pelas especificidades do ProJovem Urbano no que se refere à formação do trabalhador, pelo contexto político-econômico brasileiro para efetivação do programa e pela expectativa dos ex-alunos de se inserirem no mercado de trabalho é que a presente pesquisa busca compreender os impactos do programa na inserção ou reinserção profissional dos ex-alunos.

Trata-se de uma pesquisa sobre as condições dos ex-alunos no mercado de trabalho, levando em consideração a provável influência do programa nessa inserção profissional. Entretanto, essa procura não se limita a indicar o percentual de jovens ocupados e desocupados; essa redução analítica poderia, por exemplo, desconsiderar aqueles que já participavam do mercado de trabalho enquanto estavam estudando.

Mas, como o programa tem âmbito nacional, seria impraticável entrevistar todos os ex-alunos do programa, apesar de o trabalho não ser uma pesquisa quantitativa; haveria um custo elevado, pois requereria estrutura mais complexa e tempo mais alongado para sua realização.

Ciente das dificuldades foi imprescindível delimitar o recorte espacial e temporal, o primeiro, pela utilização da escala local, aqui caracterizada pelo município de São Gonçalo, ente integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ.

A escolha do município³ considerou, entre outros motivos, por ser o local onde resido, pela facilidade de transitar pelo município e pela importância econômica de São Gonçalo-RJ em nível regional e estadual, ocupando o 33º maior Produto Interno Bruto (PIB) da Região Sudeste e o 49º maior PIB do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2008 (IBGE, 2010).

Em relação ao recorte temporal, como o ProJovem Urbano é relativamente novo, optou-se pela análise das mudanças operadas no mundo do trabalho do primeiro grupo de formandos do referido município, que teve o início do período letivo em 2009 e o término do curso no ano seguinte, em 2010.

Nesse sentido, cabe responder a dois questionamentos fundamentais:

- ✓ Quais são os possíveis impactos do ProJovem Urbano sobre a inserção e reinserção profissional dos ex-alunos do Município de São Gonçalo-RJ?

³Municípios “são as unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, criadas por meio de leis ordinárias das assembleias legislativas de cada unidade da Federação e sancionadas pelo governador. No caso dos territórios, a criação dos municípios se dá através de lei da Presidência da República” (IBGE, 2011).

- ✓ Quais são as concepções de educação e trabalho defendidas pelo ProJovem Urbano e pretendidas para a participação dos ex-alunos no mercado de trabalho gonçalense?

Tais perguntas são consideradas norteadoras da dissertação por diversos motivos, entre eles pela expectativa dos jovens egressos de ter melhor inserção profissional e condições de vida após serem certificados no ProJovem Urbano; a escolha do Município de São Gonçalo-RJ pelos arcos ocupacionais de Alimentação, Construção de Reparos I, Telemática e Vestuário para a qualificação e a possível inserção profissional dos jovens; a adoção do programa como estratégia do governo federal para a aceleração do grau de escolaridade e a qualificação profissional de jovens pobres, trabalhadores, em que a inserção no mercado de trabalho é condição *sine qua non* para a diminuição dos efeitos da pobreza.

Esta dissertação também se justifica pela contribuição para a literatura sobre o ProJovem Urbano, que ainda possui poucos trabalhos, e principalmente para a análise das condições dos ex-alunos diante do mercado de trabalho.

Nesse contexto, determinadas etapas precisaram ser realizadas, tais como:

- ✓ Analisar as condições dos ex-alunos face ao mercado de trabalho, após serem certificados;
- ✓ Analisar se o ProJovem Urbano pode contribuir para a promoção de melhores condições e perspectivas de trabalho para os alunos egressos;
- ✓ Verificar se a qualificação profissional escolhida pelo município de São Gonçalo-RJ está em consonância com as demandas econômicas locais.

Espera-se, dessa forma, problematizar e compreender a relação existente entre educação e trabalho na perspectiva do ProJovem Urbano como programa social que visa à inserção profissional dos participantes, principalmente diante de uma sociedade marcada pela desigualdade econômica e social.

Para tal, dividiu-se a apresentação da pesquisa em três capítulos. O primeiro, intitulado *ProJovem Urbano em questão: da origem às especificidades do programa no Município de São Gonçalo-RJ*, apresentamos o programa, discutimos o contexto político e econômico brasileiro pós-década de 1990 para compreender o ProJovem Urbano (PJU), como reflexo da atuação do governo no que se refere aos programas sociais destinados à juventude trabalhadora, utilizando referências bibliográficas sobre neoliberalismo, teoria do capital humano e política social.

Já a demonstração das especificidades do programa no Município de São Gonçalo-RJ tem como objetivo entender como o projeto idealizado para os jovens trabalhadores,

implantado em âmbito nacional, adequa-se à realidade econômica local, traçando um paralelo com as informações socioeconômicas contidas no Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o perfil socioeconômico dos jovens, incluso no Relatório de Gestão do ProJovem Urbano entre 2008 e 2010 e o documento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o PJU naquele município.

No segundo capítulo, *Entre as demandas do mercado de trabalho gonçalense e os desafios da qualificação profissional no ProJovem Urbano*, foi realizado o mapeamento das oportunidades de trabalho ofertadas nos classificados de emprego do jornal *O Fluminense* para o Município de São Gonçalo-RJ.

Posteriormente, foram ressaltadas as funções mais solicitadas nos anúncios do jornal para evidenciar as vagas para postos de trabalho inclusos naquele jornal entre novembro de 2010 e novembro de 2011, relacionado-as com as taxas oficiais de admissão e de desligamento de trabalhadores contidas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do mesmo período.

Esta etapa analisa – por meio das exigências das vagas de emprego do jornal *O Fluminense* e das informações do CAGED – se a escolha dos arcos ocupacionais feita pelo Município de São Gonçalo para a formação profissional dos jovens gonçalenses está em consonância com as demandas do mercado de trabalho do município para uma possível inserção ou reinserção laboral dos ex-alunos do PJU.

No último capítulo – a *Participação dos ex-alunos do ProJovem Urbano no mercado de trabalho gonçalense: limites e possibilidades de inserção profissional* – analisamos as condições dos jovens no mercado de trabalho após a certificação no programa.

Esta análise decorre de entrevistas qualitativas com os ex-alunos do ProJovem Urbano no Município de São Gonçalo, realizadas em três fases. A primeira entrevista foi concedida pelos ex-participantes no dia 12 de dezembro de 2010, momento da formatura simbólica⁴; a segunda foi efetivada a partir de agosto de 2011, com a utilização de um questionário postado como carta social nos Correios; e a última foi uma entrevista com os ex-alunos após um ano de formação no PJU, em janeiro de 2011.

Este capítulo reflete sobre a participação dos jovens no programa, questiona se a certificação do curso contribuiu para promover a inserção e a reinserção profissional, se houve alteração da situação dos jovens que estavam atuando no mercado de trabalho formal ou informal e se essa modificação proporcionou melhora nas condições de vida dos ex-alunos.

⁴ No galpão do ProJovem Urbano localizado no bairro de Vila Lage (SG).

As considerações finais se referem à interlocução entre os capítulos, evidenciando de forma crítica os prós e os contras do ProJovem Urbano no Município de São Gonçalo-RJ, tendo em vista que o programa se propõe a instrumentalizar os jovens para uma possível entrada no mercado de trabalho.

1 PROJovem URBANO EM QUESTÃO: DA ORIGEM ÀS ESPECIFICIDADES DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ

O ProJovem foi uma estratégia da Política Nacional de Juventude do Governo Federal, criada pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, baseada no artigo 81⁵ da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9394/96.

Com o slogan *Conhecimento e oportunidades para todos* o programa pretendia, num período de doze meses, que jovens brasileiros de 18 a 24 anos, desempregados, com escolaridade mínima da quarta série, mas não concluintes do Ensino Fundamental, moradores das capitais e de municípios com mais de 200 mil habitantes, terminassem esse nível de ensino, tivessem qualificação profissional inicial, noções de informática e realizassem uma atividade de cunho social no local de moradia.

Em 2008, após a reformulação, o Projovem se ramificou em quatro novos programas denominados: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e o ProJovem Trabalhador.

O ProJovem Adolescente – Serviço socioeducativo garante aos jovens de 15 a 17 anos o direito a proteção social, convivência familiar, comunitária e a participação no sistema educacional para aqueles que tenham sido beneficiados pelos programas de erradicação do trabalho infantil, de combate ao abuso e à exploração sexual e/ou cumprido medidas socioeducativas em regime aberto ou não.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra se destina a jovens de 18 a 29 anos, moradores do campo, agricultores familiares, que não terminaram o Ensino Fundamental e disponibiliza a essa juventude a possibilidade de se qualificar profissionalmente.

O ProJovem Trabalhador atende aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, desempregados, pertencentes à família com renda *per capita* de até um salário mínimo, cursando ou tendo concluído o Ensino Fundamental ou Médio e que não tenham nível superior. O programa pretende preparar tais jovens para o mundo de trabalho por meio da qualificação profissional.

⁵ Art. 81: “É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei”.

O ProJovem Urbano abrange os jovens de 18 a 29 anos que, embora sejam alfabetizados, não tenham concluído o Ensino Fundamental. O programa, em formato de curso, possibilita aos participantes o término daquele nível de ensino, a capacitação profissional inicial e participação cidadã com realização de uma atividade de intervenção para e na comunidade. Além de receberem uma bolsa de estudo de R\$ 100,00; independente de estarem empregados ou não.

Para participar do ProJovem Urbano, os jovens também precisam ter disponibilidade de 18 meses para estudar, e, para serem certificados devem ter frequência mínima de 75% das aulas e entregar pelo menos $\frac{3}{4}$ dos trabalhos propostos pelo educador.

Segundo estimativas do governo federal, o novo formato do ProJovem (incluindo todas as modalidades) almejava integrar ao processo educacional, até 2010, 4,2 milhões de jovens⁶, promovendo qualificação profissional e assegurando o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

Desse modo, o ProJovem Urbano tem como meta específica diminuir a vulnerabilidade social dos jovens participantes, ou seja, promover a reinserção dessa juventude no processo escolar e proporcionar novos conhecimentos voltados para o trabalho a partir dos cursos de qualificação profissional.

Este último objetivo é o grande chamariz do programa, pois a possibilidade de fazer uma qualificação profissional criava nos alunos⁷ a expectativa de que, após a conclusão do curso e com a devida certificação, seria mais fácil conseguir um emprego, principalmente para aqueles que se autodeterminavam incapazes de concorrer a uma vaga no mercado de trabalho por não terem “estudo e curso de qualificação”.

Mas, para entendermos a criação do PJU, os limites e as possibilidades de inserção profissional dos ex-alunos houve a necessidade de compreender as condições política e econômica brasileira iniciada a partir da década de 90, período caracterizado pela intensa modificação do sistema capitalista, cujos reflexos incidiram diretamente sobre as relações de trabalho e a condução das políticas sociais destinada aos trabalhadores.

⁶ Reportagem do *site* do ProJovem Urbano no dia 05/09/2007, com a matéria *Governo Federal lança programa unificado de juventude*. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2007/09/not_05092007>. Acesso em: 17 nov. 2010.

⁷ Expectativa inicial manifestada pelos ex-alunos do ProJovem nos municípios de São Gonçalo e Rio de Janeiro, quando eu lhes perguntava o porquê de estarem fazendo parte do programa. As mesmas esperanças também foram compartilhadas e confirmadas em entrevistas com os ex-alunos do ProJovem Urbano, que posteriormente serão evidenciadas durante o trabalho dissertativo.

1.1 O Brasil pós década de 1990: mudanças na estrutura política, econômica e social

A partir da década de 1990, a adesão do governo brasileiro ao neoliberalismo acarretou em diversas consequências para os trabalhadores, dentre elas a precarização das relações de trabalho e do pouco e residual acesso às políticas sociais de que uma reduzida parcela da população se beneficiava.

Segundo Marx (2010), os trabalhadores, ou seja, os proletários são aqueles que vendem sua força de trabalho como condição *sine qua non* de sobrevivência e o fazem para a classe dos capitalistas, detentora dos meios de produção, que efetua essa compra por meio do pagamento de salário e da expropriação da mais-valia.

No entanto, percebe-se que a venda da força de trabalho, com a entrada da Era Neoliberal, tornou-se ainda mais desfavorável para o trabalhador e tem ocorrido sob formas cada vez mais degradantes e precárias.

Isso quer dizer que o neoliberalismo, sendo um dos processos de retroalimentação do sistema capitalista, tem como um dos alvos principais o desmantelamento e a desregulação dos direitos sociais que concernem aos interesses dos trabalhadores.

De acordo com os estudos de Filgueiras (2006), o neoliberalismo é uma doutrina político-econômica instaurada em diversos países capitalistas, como os Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra e Chile, entre outros, contrária às peculiaridades do socialismo e do Estado de Bem-Estar Social, resgatando para tal os princípios liberais, porém sob novas perspectivas.

Para Draibe (1993, p. 8), o neoliberalismo “é antes de tudo um discurso, um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e das suas políticas”. Assim, não há um corpo teórico neoliberal específico, mas sim uma reabsorção do pensamento liberal ou conservador.

Importa para o liberalismo a não intervenção do Estado na economia, endereçando poder ao mercado, à condução das regras do jogo econômico de acordo com os interesses do capital. Em outras palavras, que haja a prioridade do mercado sobre o Estado.

O neoliberalismo resgata a máxima de que o Estado precisa ser mínimo, com redução de tamanho e função. Ou seja, propõe uma atuação de forma diminuta do Estado, principalmente em questões de cunho social, por exemplo, a diminuição dos gastos com

educação e saúde destinadas a população, mas ampliada para o atendimento de demandas específicas para o fomento do capital privado.

Geralmente, as propostas de mudanças no paradigma econômico, político e social decorrem de uma crise econômica instaurada, e as novas alternativas visam estimular o crescimento econômico e elevar as taxas de lucro.

Foi nesse sentido, para Filgueiras (2006), que o neoliberalismo foi implantado no Brasil, em resposta à crise do modelo de substituição de importações (MSI), avesso à proliferação dos movimentos das classes trabalhadoras durante a década de 1980, que culminaram, por exemplo, na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na efervescência das greves gerais realizadas pelos trabalhadores.

Portanto, foi na década de 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, recém-eleito numa auréola de mudanças, de redemocratização política, com a participação maciça da população na primeira eleição direta após os anos de chumbo – período da ditadura militar (1964-1985) –, que se iniciou o neoliberalismo no país.

O “novo” modelo econômico, que já havia sido implantado desde a década de 1970 nos EUA e na Inglaterra, sofreu algumas alterações ao ser estabelecido no Brasil, o que confere ao caso brasileiro, dentro da mesma lógica neoliberal, uma característica diferenciada do ocorrido em outros países.

Isso porque, embora seja um país capitalista, o Brasil possui uma realidade política, econômica e social distinta, tanto em comparação com os países de capitalismo mais consolidado e avançado – como é o caso dos países centrais –, quanto com aqueles que têm economia ainda em desenvolvimento, como os países periféricos.

Essa metamorfose, segundo o autor, é denominada “modelo econômico neoliberal periférico”; liberal em virtude de sua concepção pautada na valorização do mercado e atuação mínima do Estado nele; periférico pela especificidade da política econômica brasileira, dependente da dinâmica do capital internacional.

Por fim, o modelo econômico neoliberal periférico é resultado da forma como o projeto neoliberal se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico, e, portanto, subordinado ao imperialismo. Em suma, o neoliberalismo é uma doutrina geral, mas o projeto neoliberal e o modelo econômico a ele associado são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores (FILGUEIRAS, 2006, p. 179).

A breve estada de Collor no poder, perdendo o mandato após um *impeachment*, não impediu, segundo Filgueiras (2006), que os presidentes da República Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio da Silva (Lula), com oito anos no poder cada um, continuassem a diretriz política e econômica. Eles foram os responsáveis, respectivamente, pela consolidação e o aprimoramento do neoliberalismo no Brasil.

As práticas neoliberais se realizaram por meio do intenso processo de abertura da economia, da privatização das empresas estatais e da desregulamentação do mercado de trabalho.

A rigor, a abertura comercial e financeira tinha como premissa a eliminação das altas taxas inflacionárias, a modernização do parque industrial e o aumento da competitividade da estrutura produtiva brasileira, todos em nome do crescimento econômico e do aquecimento do setor produtivo – leia-se, no último, diminuição da taxa de desemprego.

A abertura deveria ser utilizada como instrumento de combate à inflação (como de fato ocorreu) ou, alternativamente, deveria se constituir, através de uma política industrial ativa, num instrumento de aumento da competitividade da estrutura produtiva do país (como pleiteava, majoritariamente, o empresariado industrial) (FILGUEIRAS, 2006, p. 185)

A abertura ao capital internacional provocou a transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais, a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais e a solidificação de determinados grupos econômicos nacionais produtivos e financeiros.

A consolidação do último grupo foi possível, em parte, pela capacidade produtiva desses empresários ou pela associação com o capital internacional. Assim sendo, nem todas as empresas brasileiras faliram com a entrada do capital estrangeiro, devido à adoção de novas formas de associação empresarial.

Particularmente em relação à privatização de empresas estatais, as propostas e ações estabeleciam parâmetros para a redução dos gastos do governo com empresas estatais consideradas “elefantes brancos”, dispendiosas e prejudiciais aos cofres públicos, além da necessidade do enxugamento da folha de pagamento com funcionários públicos que não “trabalhavam” o suficiente, se considerados os vencimentos recebidos.

A justificativa para a privatização era de que a quantia recebida pela venda das empresas seria aplicada no estímulo ao crescimento econômico do país, no aumento da competitividade entre as empresas, na elevação das taxas de emprego e revertido para as áreas

da saúde e educação que careciam de melhores infraestruturas, equipamentos, materiais e demais profissionais.

No que se refere à desregulamentação do mercado de trabalho, houve significativa flexibilização da legislação trabalhista, terceirização da prestação de serviços, contratação temporária de profissionais, redução da carga tributária e considerável perda das garantias sociais.

O mote dessa flexibilização foi explicado e defendido pela possibilidade de baratear o custo do trabalhador, reduzir ao máximo o valor dos encargos sociais pagos pelo empregador para estimular a criação de novos postos de trabalho e consequente contratação de mais trabalhadores.

Entretanto, muito do que foi alardeado pela mídia como ponto positivo das práticas neoliberais nem sempre se traduziu em benefícios. Nas reflexões de Pochmann (2001) sobre o balanço de dez anos do neoliberalismo no Brasil, denominado “*A década dos mitos*”, o autor demonstrou a intensificação da precarização das relações de trabalho e falência de algumas empresas nacionais, que não conseguiram competir em igualdade com as estrangeiras, após a abertura do mercado brasileiro.

Em dez anos de aplicação de políticas neoliberais, foi possível consolidar o mito de que o esvaziamento do papel do Estado no Brasil levaria tanto ao crescimento econômico sustentado quanto à expansão do nível de emprego. Isso não ocorreu, muito pelo contrário. Justamente após cinco décadas de ampla manifestação de um padrão de intervenção do Estado favorável ao crescimento econômico e ao emprego, observou-se, a partir de 1990, a adoção de um novo modelo econômico que resultou pouco positivo para a economia e para o trabalho no Brasil (POCHMANN, 2001, p. 11).

A venda das empresas estatais consideradas essenciais, como as de telecomunicações, transporte, bancos, petroquímica, siderurgia, mineração e fertilizantes, abriu precedentes para que as empresas estrangeiras abocanhassem parte desse mercado, com grandes perspectivas de ganhos, diametralmente oposto ao divulgado quando eram administradas pelo governo, que, segundo os especialistas em economia, a mídia e os partidários do neoliberalismo, consistiam em infortúnios para a economia brasileira.

Em decorrência da privatização, muitos funcionários públicos foram demitidos, acirrando o crescimento das taxas de desemprego nos setores atingidos, maior competitividade entre os trabalhadores, dificuldade de reinserção nos postos de trabalhos (e com as mesmas garantias trabalhistas), causada pela diminuição de vagas (que não retornaram) ou motivado pelo processo de automação e informatização introduzido por muitas empresas vencedoras das licitações.

A modernização do parque industrial brasileiro, por meio da compra de tecnologia estrangeira, com a finalidade de eliminar etapas e acelerar o avanço tecnológico, promoveu a subalternização tecnológica do país, na medida em que o Brasil optou por ter equipamentos, tecnologias e formas de gerenciamento do trabalho importados, implicando, por conseguinte, diminuição de investimentos nas áreas de ciência e tecnologia brasileiras e no aumento da dívida externa para a obtenção desse progresso.

Tendo como contexto a relação tecnologia-trabalho, uma vez utilizados equipamentos em tarefas que anteriormente eram realizadas por diversos funcionários, o resultado consiste na racionalização de mão de obra. Assim, o mercado de trabalho tende a dispensar muitos trabalhadores, contratar menor quantidade de empregados e requerer outro perfil de profissionais.

Singer (2003) denomina esse processo de precarização das relações de trabalho, que acontece por meio da diminuição dos postos de trabalho, a partir da automação e informatização de “desemprego tecnológico”, aquele em que o uso da tecnologia tende a reduzir os postos de trabalho existentes, que geralmente não retornam.

1.2 Movimento dos trabalhadores: dilemas e conflitos

Essa reestruturação produtiva contribuiu não somente para tencionar as diversas transformações operadas nas relações de trabalho, mas também para modificar algumas demandas dos movimentos de representações da classe trabalhadora.

Mesmo com pontos desfavoráveis como os expostos anteriormente, segundo Filgueiras (2006), o neoliberalismo foi apoiado tanto por parcelas da classe média alta quanto pela população. Parte da classe média alta era avessa a qualquer tipo de política semelhante a do Bem-estar-social, estratégia que não beneficiava esta categoria, pois a mesma não utilizava esse tipo de serviço, embora fosse a financiadora através do pagamento dos tributos.

Esta classe vislumbrava no neoliberalismo a possibilidade de se ver liberada do pagamento dos impostos, que eram revertidos para a cobertura dos escassos serviços sociais destinados a população.

Já a adesão ao projeto neoliberal, por parte dos trabalhadores, foi possível porque muitos viam na privatização das empresas estatais o fim dos gastos excessivos do Estado com

as mesmas, além da supressão dos privilégios dos funcionários públicos, benefícios de que a maioria da população não desfrutava.

A aceitação desses trabalhadores em relação às mudanças operadas na estrutura política e econômica pode ser compreendida a partir dos estudos de Fontes (2010), sobre o capital-imperialista⁸, no momento em que a autora apresenta as citações de Gramsci a respeito dos aparelhos privados de hegemonia.

Os aparelhos privados de hegemonia

são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas, que formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se com associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam (FONTES, 2010, p.133-134).

A mídia como um dos formatos dos aparelhos privados de hegemonia ajudou a disseminar determinadas visões de mundo, assim como contribuiu para a formação de uma consciência social de acordo com os interesses da classe dos capitalistas, adeptos do neoliberalismo. Assim, podemos analisar “tanto o papel da *organização* quanto o daqueles que eram seus esteios, os intelectuais, apontando simultaneamente como se estruturava o convencimento para a dominação e onde era necessário agir para a ação contra-hegemônica” (FONTES, 2010, p. 134).

O discurso quase que uníssono dos meios de comunicação era favorável ao neoliberalismo. Um discurso que buscava o consenso da população, pregando que uma vez empregadas ações neoliberais, todos os brasileiros seriam beneficiados, principalmente, os integrantes da classe trabalhadora.

Mas, esse panorama de privatização, desregulamentação e diminuição do papel do Estado, segundo Fontes (2010), resultou em crescentes perdas dos direitos sociais expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, influenciando também na redução do poder de barganha dos movimentos de trabalhadores e na elevada repressão daqueles contrários à adoção das práticas neoliberais.

Muitos trabalhadores desprovidos de direitos sociais e trabalhistas, encurralados entre o processo de reestruturação produtiva, a automatização da produção, a degradação dos postos de trabalho, o aumento das taxas de desemprego e tendo como única saída a venda de

⁸ Segundo Fontes, o capital-imperialismo brasileiro “emerge subalterno, resulta tanto das condições internas da dominação burguesa quanto das contradições mais amplas que atravessam o capital-imperialismo mundial, mas carrega consigo as tradições prepotentes (autocráticas) que acompanharam a história da dominação burguesa” (2010, p.15).

sua força de trabalho, passam a fazê-lo sob quaisquer circunstâncias e preço, submissos aos ditames de uma burguesia, ávida pela ampliação de seu capital a qualquer custo.

Com a reestruturação produtiva e a precarização das relações de trabalho, algumas representações da classe trabalhadora tiveram seus papéis alterados, transformando-se em eficazes mediadoras dos conflitos de interesses entre o patrão e os empregados, atuando de forma mais cooperativa à lógica hegemônico-burguesa do que avesso a ela.

Os sindicatos passam a atuar em consenso com o abrandamento das reivindicações trabalhistas, reduzindo as exigências relacionadas ao aumento salarial, às melhores condições de trabalho e a outra forma de organização da sociedade.

Segundo a autora, a crise do socialismo e as denúncias divulgadas pela mídia sobre a corrupção existente no Partido dos Trabalhadores (PT) também contribuíram para desestabilizar o poder da classe trabalhadora.

A queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no final dos anos 1980, evidenciou a fragilidade do sistema socialista enquanto uma alternativa ao capitalismo. Os movimentos dos trabalhadores, norteados pelo socialismo, ficaram enfraquecidos teoricamente e na prática, diante da derrocada dos países socialistas.

Este episódio desestruturou as representações de classe trabalhadora que, em parte, perdeu o rumo e em quem se espelhar, corroendo os alicerces, ao menos diante dos primeiros impactos da ideologia do pensamento único neoliberal, diametralmente oposto ao ideário de uma concepção de sociedade igualitária, pautados no socialismo.

Já a incredibilidade dos sindicatos dos trabalhadores se deveu à massiva divulgação pela mídia de denúncias de desvio de verbas, corrupção, má conduta dos integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), o que ajudou a denegrir a imagem do PT, colocando-o no mesmo patamar de outros partidos tidos como desonestos.

Essas notícias publicadas nos meios de comunicação geravam desconfianças, não só dos trabalhadores sindicalizados, mas, também, na população, incrédula e descontente com a atuação de vários partidos políticos que despontavam na mídia pela atuação inescrupulosa.

De modo concomitante às denúncias de corrupção, projetava-se no cenário nacional uma nova opção de representação dos trabalhadores, a Força Sindical (FS), que surgia como alternativa de organização sindical, disputando poder com o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A FS tinha o apoio incondicional dos empresários que estavam interessados em diminuir o poder reivindicatório dos trabalhadores e desestabilizar a infraestrutura de organização sindical.

E assim o fizeram, disseminando uma concepção em prol da subalternização dos trabalhadores aos interesses do capital, constituindo uma nova mentalidade em favor da reestruturação política e econômica (leiam-se práticas neoliberais). Desse modo, “a criação da Força Sindical (FS), em 1991, demonstrava a nova tática patronal, voltada para desmontar por dentro a organização dos trabalhadores, assim com o volume de recursos que nela investiria” (FONTES, 2010, p. 259).

A absorção da cartilha neoliberal e dos interesses do capital fez com que houvesse uma redução da participação dos trabalhadores nas manifestações em prol de melhores condições de trabalho e salários, ratificando a existência do sistema capitalista, como sendo uma opção de organização econômica única, eficaz e insubstituível.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) tinha, em sua origem, uma proposta contra-hegemônica, anticapitalista, vislumbrando uma sociedade mais justa e igualitária para que todos os trabalhadores tivessem as mesmas oportunidades de acesso a bens e serviços.

Entretanto, a CUT, pressionada pela conjuntura política, econômica e social vigentes, marcada pelo aumento do desemprego, da influência empresarial no campo das representações dos trabalhadores, da privatização de empresas estatais, da automação do sistema produtivo e pela precarização das relações de trabalho existentes, passa a ter a mesma forma de atuação da Força Sindical.

Parte da Central se rende à conjuntura patronal estabelecida e acaba servindo para administrar conflitos entre a classe trabalhadora e o empresariado, atuando da mesma maneira que a FS, agindo em favor do patronato.

A CUT ficaria enredada na armadilha, presa de suas próprias contradições. Ao longo da década de 1990, o setor dominante da Central aderiu crescentemente às práticas induzidas e/ou impostas pelo capital, a começar pela duplicidade exibida quando das privatizações em relação às quais se dividiu (FONTES, 2010, p. 261).

A explícita transformação nas relações de trabalho, do papel das bases sindicais e do aumento progressivo da desestatização atingiu a classe trabalhadora, de forma a piorar as condições de trabalho, segundo Pochmann (2001), os mais atingidos desse segmento foram os jovens e os trabalhadores com baixo grau de escolaridade.

Parte da juventude brasileira, integrante da classe trabalhadora, passa a sentir os efeitos da consolidação do neoliberalismo através do acirramento da concentração de renda, da dificuldade de acesso a bens e serviços, da mudança no padrão tecnológico do setor produtivo e do aumento das taxas de desemprego.

Sofrendo pela escolha econômica e política em prol do capital, os jovens pobres,

geralmente pouco escolarizados, sem experiência profissional, ao participarem do mercado de trabalho vivenciam, em muitos casos, modalidades de ocupações sem garantias sociais, degradantes e que pagam remunerações ínfimas.

Nesse sentido, a educação passa a ter inúmeras funções. Sendo considerada, entre outros critérios, como meio eficaz de seleção da mão de obra (capacitação profissional do trabalhador) e como uma forma de auxiliar a manutenção da organização societal, assim, em todos os papéis ocupados por ela observamos uma pauta de ações em prol do aprimoramento das políticas neoliberais.

1.3 Educação: para quê serve? Para quem serve?

A importância da educação é ratificada pelos discursos de modernização tecnológica do setor produtivo, que necessita de um novo perfil de trabalhador, adequado às mudanças laborais existentes a partir da reestruturação produtiva.

Esse ideário de capacitação profissional é defendido pelo projeto neoliberal e pelos trabalhadores que veem nessa capacitação a possibilidade de manter-se no emprego ou conseguir um.

Uma retórica que revitaliza a supracitada Teoria do Capital Humano, a educação empregada a serviço das demandas do mercado de trabalho, eleita como algo capaz de dotar o trabalhador com competências e habilidades imprescindíveis ao processo produtivo, a fim de que este se torne empregável.

Esta teoria foi criada na década de 1960, por Theodoro Shultz, “para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico-social entre as nações e as diferenças e desigualdades entre grupos sociais ou entre os indivíduos” (FRIGOTTO, 2008, p. 36).

O investimento em capital humano passou a ser considerado como uma das condições *sine qua non* para resolver os problemas inerentes às desigualdades sociais e econômicas entre os países, as regiões e os indivíduos.

Os indivíduos munidos com maior grau de escolaridade e capacitação profissional seriam os responsáveis por promover, primeiramente, o crescimento econômico individual, posteriormente, a ascensão na carreira profissional e a mobilidade social.

Em decorrência da mobilidade social do indivíduo, do aumento de renda (proveniente da elevação da escolaridade) e da ampliação do consumo de produtos poderia

haver o estímulo do crescimento econômico e uma melhor posição do país em nível internacional.

De acordo com as críticas de Frigotto (2008), o investimento em capital humano atendeu as necessidades de superação da crise do capitalismo e o aumento das taxas de lucros, mas não se constituiu num fator determinante para erradicar as mazelas das desigualdades socioeconômicas tanto individuais quanto entre países.

Já para Cohn (1995, p. 3),

reverter, portanto, essa lógica que vem imperando na área social, na atual conjuntura, implica a redefinição da articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Isso significa, em primeiro lugar, reconhecer que, ao contrário do que postulava a concepção desenvolvimentista dos anos 50 e 60, o desenvolvimento social não decorre automaticamente do desenvolvimento econômico, mas que, no atual contexto de globalização das economias e dos mercados, e no decorrente processo de ajuste estrutural que vêm experimentando economias do Terceiro Mundo, a tendência atual é de o crescimento econômico vir acompanhado de um decréscimo da capacidade de criação de novos empregos, e, no caso particular de nossas economias, do volume de postos de trabalho já existentes associado a uma crescente deterioração da qualidade do emprego; e que esse processo traz consigo uma crescente seletividade, seja da força de trabalho empregada, seja dos setores econômicos com capacidade de competitividade no mercado externo.

O crescimento econômico não significa essencialmente uma mudança radical na estrutura econômica e política vigente, muito menos diminuição da desigualdade social, tendo em vista que em sua dinâmica há a busca pela ampliação do capital, mantendo o modelo econômico altamente concentrador de renda.

Em suma, a revitalização da teoria do capital humano não mudou de objetivo, mas, reapareceu sob novas justificativas, reacendendo uma série de expectativas em torno da educação do trabalhador, entre elas a necessidade de ter um profissional mais qualificado.

A mão de obra precisa se ajustar à lógica do mercado de trabalho, em outras palavras, o trabalhador necessita retornar aos estudos, se qualificar ou requalificar profissionalmente para estar inserido ou alcançar uma vaga no mercado de trabalho.

Tem-se, portanto, a noção de “empregabilidade”, de que os trabalhadores só conseguem ou se mantêm no emprego caso tenham competências e habilidades, que atendam minimamente aos pré-requisitos do mundo de trabalho para se tornarem empregáveis (SINGER, 2003).

A questão sobre as competências e habilidades da mão de obra estudada por Ramos (2006) revela que tem se exigido do trabalhador mais do que a venda da força de trabalho (trabalho manual), mas também a absorção da capacidade intelectual para resolver problemas, criar soluções, trabalhar em grupo e de forma cooperativa. Trata-se, portanto, da necessidade

da qualificação profissional do trabalhador adequada às requisições dos tempos modernos da era da reestruturação produtiva.

Mas, cabe ressaltar, existem contrariedades entre a relação da formação do trabalhador e as exigências do mercado de trabalho, também no que diz respeito à qualidade das vagas e aos postos de trabalho.

Como veremos no próximo capítulo, a maioria dos anúncios encontrados nos classificados de emprego do jornal *O Fluminense* está voltado para o preenchimento de vagas para ocupações no setor terciário (comércio e prestação de serviços), com funções caracterizadas majoritariamente pela informalidade, com remuneração comissionada ou ganho por produtividade.

Contudo, a ideia central divulgada pela mídia e pelos estudos relacionados ao mercado de trabalho é a de que para se tornar empregável, o trabalhador precisa ser o protagonista da própria inserção ou reinserção no mercado de trabalho; precisa estar em constante processo de formação profissional, a fim de atender as novas formas de gerenciamento do setor produtivo.

Diante da divulgação desta ideia, os próprios trabalhadores também se mostravam favoráveis à participação nos cursos profissionalizantes, tal como percebido nas entrevistas com os ex-alunos do PJU, de São Gonçalo, que serão analisadas no terceiro capítulo.

Os jovens viam na educação, ou seja, na certificação de conclusão do ensino fundamental e de qualificação profissional o meio eficaz para conseguir um bom emprego e melhor remunerado.

Essas entrevistas mostraram também que os jovens se culpavam pelo próprio *status* de trabalhador, pobre, com baixo grau de escolaridade, sem perceber que o sistema capitalista se perpetua em ambiente de desigualdade social, econômica e política, no acesso diferenciado a bens e serviços.

Cabe ressaltar que a culpabilidade da vítima não é algo novo, posto que os jovens se culpam pela própria qualidade de pobre trabalhador faz parte do projeto de dominação dos integrantes da classe abastada, detentora de capital e poder, o que demonstra a força da ideologia liberal-burguesa.

Na década de 90, por exemplo, parte dos sindicatos representantes da classe trabalhadora foi cooptada pela lógica capitalista, através da absorção da “pedagogia da hegemonia”, que consiste num conjunto de teorias ensinadas e empregadas para organizar, adequar e capacitar a mão de obra de acordo com os interesses da burguesia.

A nova pedagogia da hegemonia consiste em uma série de formulações teóricas e de ações político-ideológicas utilizadas pela burguesia para assegurar em nível mundial e no interior de cada formação social concreta, a dominação de classe, a partir da redefinição de seu projeto de sociedade e de sociabilidade para os anos iniciais do século XXI (NEVES, 2008, p. 1).

Uma educação contestável em função e em conteúdo. Eis outro papel da educação destinada aos trabalhadores, serve para moldar o comportamento dos mesmos, a fim de que eles aceitem, sem maiores interferências políticas, as regras do jogo de interesses estabelecidos pelo capital.

Dessa forma, os conteúdos, tanto das disciplinas da educação formal quanto da profissional são apresentados de maneira desconexa, desvinculados da realidade econômica e social, de forma apolítica.

Esta formação dos trabalhadores é financiada majoritariamente com recursos públicos, às vezes com qualidade duvidosa em relação ao ensino-aprendizagem, sem que haja o questionamento e o embate com a estrutura política e a economia vigentes, legitimando, portanto, o poder da burguesia, assim como, as suas ações.

E em consenso, o trabalhador passa a ter sua consciência política reduzida; e não percebendo o jogo de interesses existente, aceita a inserção profissional, caracterizada pelo empreendedorismo, cooperativismo, prestação de serviços e outras modalidades de trabalho informal como soluções de ocupação e renda.

Estas ocupações contribuem para minar o poder dos sindicatos dos trabalhadores, reduzir a atuação dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e consolidar as relações de trabalho instáveis e sem garantias sociais.

Para Fontes (2010), esta tendência se comprova através dos investimentos governamentais e das legislações criadas para a regularização do sistema cooperativista, do empreendedorismo, da terceirização, fatores que convergem na formação de uma gama de trabalhadores desprovidos dos direitos trabalhistas e da perda da identidade do trabalhador, ora como funcionário, ora como patrão.

Na verdade, estas modalidades de ocupação e renda são, em muitos casos, portadoras de péssimas condições de trabalho, em que os trabalhadores são cada vez mais explorados e destituídos de direitos sociais.

E ainda há o crescimento dessa exploração, quando os trabalhadores são evocados (e se constituem) como protagonistas do próprio fracasso ou sucesso, como seres humanos e como trabalhadores, sendo responsabilizados pela própria inserção no mercado de trabalho e pela obtenção de renda.

No entanto, essa responsabilização aparece de forma neutra, sem que a participação (e escolha) política e econômica do país no mundo globalizado (subalternizada e dependente dos fatores do capital internacional) sejam questionadas e alteradas, efetivando o controle sobre a classe trabalhadora.

Complementar o desmantelamento dos direitos dos trabalhadores analisado, as Políticas Sociais (PS) se constituem em outro alvo favorito do neoliberalismo. Segundo Saviani (2008), as PS são adventos da sociedade capitalista, criadas como resposta aos problemas por ela gerados.

Há que se considerar que o capital se acumula em ambiente de superexploração da força de trabalho, da expropriação da mais-valia e da cooptação da produção realizada coletivamente, subjugando esses elementos aos interesses dos donos dos meios de produção.

Entretanto, a venda da força de trabalho em circunstâncias cada vez mais desfavoráveis poderia instituir uma gama de manifestações dos trabalhadores, contrárias às relações de trabalho e sociais degradantes, assim como, demandar uma mudança radical na estrutura política, econômica e social do país.

Foi para evitar que as consequências dessas superexplorações pudessem interferir na sustentação da ordem estabelecida, sob a égide do capital, que as PS foram criadas, como “um antídoto para compensar o caráter antissocial da economia, própria dessa sociedade” (SAVIANI, 2008, p. 228).

Portanto, as PS são instituídas dentro da própria sociedade capitalista, como uma forma de contenção e alívio da pobreza, diante de um sistema econômico concentrador de renda, desigual, que atua em prol dos interesses dos capitalistas privados.

Nesse sentido, as Políticas Sociais fazem parte de um dos setores⁹ fundamentais de organização e administração pública, o Social, que envolve diversos Ministérios, entre eles, o da Saúde, da Previdência e Assistência Social, da Educação, do Esporte, das Comunicações e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Embora as PS sejam utilizadas para controle social e relativo acesso aos serviços públicos, para uma selecionada e restrita parcela da população; para Saviani (2008), as PS funcionam como antídotos ao caráter antissocial do capitalismo, em contexto neoliberal. Elas estão sendo cada vez mais limitadas, através da redução dos recursos financeiros destinados à área social, da crescente privatização dos serviços sociais e da sustentação da política social atrelada à vida econômica do país.

⁹Para Saviani (2008), os setores fundamentais da organização e administração pública são: militar, político, econômico e social.

As PS não estão recebendo os recursos financeiros que costumeiramente recebiam, já que é próprio da prática do governo neoliberal a diminuição dos gastos públicos com o setor social. Cabe ressaltar que essa redução de custos sociais contribui para piorar as condições de vida dos trabalhadores, principalmente, diante do quadro de precarização das relações de trabalho.

A crescente privatização dos serviços sociais consiste noutro problema, segundo Saviani (2008, p. 228), decorrente da “apropriação privada dos bens produzidos socialmente”, com a participação de empresas privadas na prestação desses serviços, que anteriormente eram de responsabilidade do Estado.

Dessa forma, o Estado se exime de qualquer culpa quanto à qualidade e abrangência dos serviços sociais prestados, embora seja o seu financiador, ao utilizar as verbas públicas para efetuar os pagamentos desses serviços.

Esta transferência de recursos financeiros públicos às empresas privadas favorece o crescimento de uma burguesia, que tem atuado no setor de prestação de serviços sociais e se beneficiado com essa modalidade de privatização.

Em relação ao atrelamento da política social ao desempenho da economia, de acordo com Saviani (2008), essa postura governamental implica no decréscimo dos já escassos recursos destinados aos gastos sociais, que ficam ainda menores diante de qualquer instabilidade ou crise econômica.

O autor reconhece a dificuldade da disponibilidade de recursos financeiros durante uma queda da economia, mas defende que as verbas dedicadas às PS deveriam ser priorizadas “em função das necessidades de atendimento e não em função do excedente disponível na área econômica” (SAVIANI, 2008, p. 230).

Outra contribuição na literatura sobre as PS está nos estudos de Höfling (2001, p. 31), ao compreender que

as políticas sociais se referem às ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades sociais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômicos.

Levando em consideração as Políticas Sociais como forma de relativa redistribuição dos benefícios sociais e para o alívio dos efeitos das desigualdades sociais é que, em 2008, o ProJovem Urbano (PJU) foi criado.

Cabe ressaltar, que o programa original foi indicado como uma das principais iniciativas do governo federal para a erradicação da extrema pobreza e da fome, alcançando, assim, a primeira meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹⁰.

A ajuda de custo concedida aos estudantes desempregados, no valor de R\$100,00 mensais, se tratava de uma transferência de renda, paga pelo governo federal, que excluiria tais jovens da linha da pobreza e os possibilitaria uma relativa inclusão econômica e social.

Apesar de que, mensurar quem é pobre ou vive abaixo da linha da pobreza seja uma tarefa deveras complexa. Por mais que seja levada em conta a renda *per capita* do indivíduo, por dia ou mensal, o valor estipulado como sendo “padrão” de mensuração, em nível nacional ou internacional¹¹, pode desconsiderar, por exemplo, o gasto para a aquisição de bens e serviços, nos diferentes estágios econômicos dos países, das regiões, entre outros.

Segundo Ramos (1994),

a mensuração da pobreza envolve diversos aspectos, mas o passo fundamental é, sem dúvida, a identificação dos pobres. O conceito de pobreza está estreitamente ligado ao atendimento das necessidades mínimas para uma sobrevivência digna dos indivíduos. Embora aspectos de natureza subjetiva possam ser de muita importância para o bem-estar individual, uma postura pragmática acaba forçosamente por levar à caracterização da pobreza via estabelecimento de um valor que reflita os recursos monetários necessários à aquisição de um conjunto de bens e serviços básicos que assegurariam uma sobrevivência digna. As pessoas com renda abaixo desse valor - a linha de pobreza - seriam, então, consideradas pobres (RAMOS, 1994, p. 156).

No Brasil, a pobreza e a extrema pobreza são respectivamente medidas através do rendimento mensal *per capita*, equivalente a $\frac{1}{2}$ (meio) e a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo. (ODM, 2007). Em 2005 esses valores equivaleram a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), pois o salário mínimo da época era de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

No entanto, no país, esses valores eram (e ainda são) ínfimos e não davam conta de suprir as necessidades básicas do indivíduo, não eram suficientes para custear as despesas com alimentação, saúde, vestuário, habitação, entre outros.

É nesse contexto que o PJU se efetiva como um dos exemplares da reestruturação dos programas sociais, marcado pela focalização, que “significa o direcionamento do gasto

¹⁰ Indicado no Relatório Nacional de Acompanhamento da Presidência da República sobre o Desenvolvimento do Milênio (2007) para erradicar a extrema pobreza e a fome, sequencialmente, os outros objetivos são: universalizar a educação primária, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

¹¹ Em nível internacional, o valor da linha de pobreza extrema equivale a um dólar de Paridade de Poder de Compra (PPC) por dia (ODM, 2007).

social a programas e a públicos-alvo específicos, seletivamente escolhidos pela sua maior necessidade e urgência” (DRAIBE, 1993, p. 97).

Como referenciado anteriormente, os estudos de Pochmann (2001) indicavam que os mais afetados pelo desemprego decorrente do processo de reestruturação produtiva e pela estrutura político-econômica neoliberal foram os jovens e os trabalhadores pouco escolarizados.

Nessa conjuntura, percebe-se e ratifica-se o porquê do público-alvo do ProJovem Urbano ser formado por jovens, com idade compreendida entre 18 a 29 anos, trabalhadores e com baixo grau de escolaridade.

1.4 A juventude gonçalense e o Projovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ em foco

No Município de São Gonçalo-RJ, que consiste em nosso recorte espacial e de análise, segundo o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 193 mil jovens na referida faixa etária, ou seja, cerca de 22% da população gonçalense que, na época, era de aproximadamente 892 mil de habitantes¹².

Os mesmos dados do Censo apontavam que 108 mil jovens, aproximadamente 56%, estavam ocupados e os demais, 85 mil não trabalhavam, demonstrando a enorme fragilidade quanto à inserção profissional dessa parcela da população.

No tocante ao grau de escolaridade foi observado que cerca de 2.760 jovens tiveram as suas respostas consideradas “não aplicáveis”, porque, provavelmente, o formato das perguntas ou as opções a serem escolhidas não estavam de acordo com as respostas pretendidas pelos jovens.

Por outro lado, das questões válidas, 57 jovens responderam ser alfabetizados, 77.412 tinham o ensino fundamental, 62.725 completaram o ensino médio, 5.905 foram diplomados com o nível superior, 96 fizeram o mestrado ou doutorado e 424 alegaram não ter nenhum estudo.

¹² Os dados do Censo de 2000 foram utilizados porque o PJU foi criado antes do recente Censo de 2010.

Cabe ressaltar que o grau de escolaridade dessa juventude expressava valores muito baixos evidenciando uma realidade complexa. Isto porque 43.621 jovens se denominaram estudantes, porém, não havia indícios da última série concluída por eles.

Partindo do pressuposto de que estes jovens eram alfabetizados, mas não haviam concluído o ensino fundamental, esse contingente de jovens pouco escolarizados poderia explicar a adesão do Município de São Gonçalo-RJ ao ProJovem Urbano, levando em consideração o fato de que um dos objetivos do programa seria a elevação do grau de escolaridade.

Já a relação existente entre a participação no mercado de trabalho e o grau de escolaridade, para os jovens desta faixa etária, ou seja, a condição de ocupados e desocupados, segundo o nível de instrução, destacava um expressivo contingente de pessoas ocupadas com o ensino fundamental.

No mesmo censo havia 24.008 jovens ocupados com esse grau de escolaridade, em comparação aos 4.340 daqueles que estavam estudando (mas que não haviam apresentado indícios da série anterior), poderia justificar a necessidade dos jovens retornarem aos estudos, diante da possibilidade de serem absorvidos pelo mercado de trabalho, após certificados com o ensino fundamental.

Estas informações sobre a situação dos jovens, tanto a problemática da falta de escolarização, quanto a dificuldade de inserção profissional da juventude gonçalense (no que consiste a nossa análise) reflete o que pode ocorrer em nível nacional, salvo ínfimas mudanças percentuais.

No entanto, a meta estipulada pela Coordenação Nacional do PJU para o número de jovens que poderiam ser beneficiados pelo programa, para o referido município, era de 4.600 (quatro mil e seiscentas) vagas. Esse quantitativo, considerando os dados do Censo de 2000, atenderia apenas a 6,9% da juventude gonçalense que não tinha completado o ensino fundamental.

Em São Gonçalo, o período de realização das matrículas no PJU ocorreu em duas etapas: a primeira, em abril de 2009, disponibilizando 3.000 (três mil) vagas; e, a segunda, em maio de 2010, oferecendo 1.600 (mil e seiscentas), respectivamente, correspondendo a segunda e a sexta entradas no programa (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

Diante da discrepância entre a demanda de escolarização dos jovens gonçalenses de baixo grau de escolaridade e a meta PJU para o município de São Gonçalo-RJ, observamos o feito que ratifica a diretriz do governo neoliberal, de não estender o acesso às PS a todos que delas precisam.

Trata-se, portanto, segundo Draibe (1993), de ações pontuais e emergenciais, atendendo a um número reduzido de jovens, os mais necessitados dos mais necessitados, negando aos outros a possibilidade de completar os estudos no programa.

O atendimento para uma pequena parcela da população reduz os custos sociais, não só pelo ínfimo número de participantes, mas também pela aceleração do grau de escolaridade, uma certificação aligeirada de conclusão do ensino fundamental e de uma formação inicial para o trabalho, com uma escolarização prevista para o término em 18 meses.

Ao longo desse período letivo, os alunos têm o total de 2000 horas de carga horária de curso; sendo 1440 horas de aulas presenciais divididas em: 972 horas para o ensino fundamental, 390 horas para a qualificação profissional e 78 horas para a participação cidadã, já as últimas 560 horas não são de aulas presenciais (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

Este percurso formativo foi organizado em seis etapas, com duração de três meses cada. Essa divisão é marcada pela utilização das unidades formativas, que tratam do material didático, próprio do PJU, denominadas, respectivamente, de Unidade Formativa: Juventude e Cultura; Juventude e Cidade; Juventude e Trabalho; Juventude e Comunicação; Juventude e Tecnologia, a última, Juventude e Cidadania (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

Para a efetivação do PJU, a estrutura do programa conta com a descentralização, envolvendo diversos ministérios. De acordo com o Art. 3º da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008,

a execução e a gestão do ProJovem dar-se-ão por meio da conjugação de esforços da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observada a intersetorialidade, sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades da administração pública federal (BRASIL, 2008, p. 1).

Já a coordenação do PJU é realizada pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República – (SG/PR). A secretaria foi criada com *status* de ministério, na mesma lei que institui o ProJovem, em 2005¹³, com o objetivo de reunir diversos esforços e realizar ações em prol da juventude brasileira, através da formulação, coordenação, integração e articulação de políticas públicas e programas para os jovens.

¹³Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a SNJ e o ProJovem.

Os argumentos a favor da descentralização de ações são muitos; segundo Draibe,

argumenta-se ainda que, com a descentralização, aumentam as possibilidades de interação, no nível local, dos recursos públicos e dos não governamentais, para o financiamento das atividades sociais. Enfim, ampliam-se a utilização de formas alternativas de produção e operação dos serviços, mais facilmente organizadas nas esferas municipais (DRAIBE, 1993, p. 97).

A descentralização ainda é justificada pela democratização, pela ampla participação de outras esferas políticas municipais, estaduais e da sociedade civil. A última, aqui representada pela organização não governamental (ONG) que atua na prestação de serviços sociais destinados à população.

Cabe ao governo federal financiar o programa, distribuir gratuitamente o material didático para os alunos e professores, conceder auxílio financeiro de R\$100,00 (cem reais) mensais aos beneficiários e avaliar o programa (BRASIL, 2008).

Assim, os recursos financeiros federais são transferidos para a prefeitura, tendo basicamente dois destinos. Uma parte da verba é utilizada pela prefeitura para custear, por exemplo, despesas com a equipe da Coordenação Municipal do ProJovem, refeição para os alunos, material para as aulas práticas de qualificação profissional, manutenção da infraestrutura da escola, entre outros.

Em contrapartida, as aulas do ensino fundamental ocorrem nas dependências das escolas municipais¹⁴, as aulas práticas acontecem em espaços específicos para cada arco ocupacional e os alunos se direcionam para os locais das oficinas, de acordo com as suas opções.

Para facilitar o acesso dos estudantes às escolas e às oficinas e também para diminuir o índice de evasão dos alunos no curso, o município liberou o Rio *Card*, dispositivo que é o cartão de acesso ao transporte público municipal, de forma gratuita, para os estudantes.

Em relação à qualificação profissional, “os Estados e municípios parceiros, a partir das observações da realidade de suas localidades, podem optar pela oferta de dois a cinco Arcos Ocupacionais” (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p. 35). O referido município escolheu quatro arcos para a formação inicial para o trabalho de sua juventude – são eles: os de Alimentação, Construção de Reparos I, Telemática e Vestuário.

¹⁴ As aulas do programa ocorrem em 16 núcleos, que seriam as escolas municipais de São Gonçalo-RJ, embora dois ou mais núcleos possam se localizar numa única escola. As informações sobre o PJU em São Gonçalo constam no endereço eletrônico do programa em nível nacional, ou no Relatório do PJU 2008-2010, pois a atual Coordenação Municipal do programa expressou através de e-mail, que não liberaria qualquer dado sobre o programa no município.

Cada aluno só pode fazer um dos quatro arcos ocupacionais eleitos pelo Município de São Gonçalo, sendo que cada arco está subdividido em quatro outras funções. A justificativa geralmente dada pela Coordenação Municipal do ProJovem (e pela diretriz do programa) para a escolha dos arcos se deve à afinidade das ocupações com a aptidão econômica do município, são as funções que mais absorvem trabalhadores e que precisam de profissionais qualificados (BATISTA, 2007).

Neste sentido, o arco de alimentação serviria para suprir os bares, restaurantes e o comércio ambulante de alimentos do município; o Vestuário, para o atendimento das lojas de roupas da Rua da Feira, localizada em Alcântara; a Construção de Reparos I, por conta do crescimento imobiliário de São Gonçalo; e a Telemática, pela possibilidade de os alunos trabalharem no setor de telemarketing, que contrata tanto profissionais para serem ativos (vendedores), quanto passivos (atendentes).

A outra parte da verba utilizada pela Prefeitura de São Gonçalo é destinada a ONG Semear, organização contratada pelo município para realizar o processo seletivo, a capacitação, a contratação e a formação continuada dos profissionais de educação que atuam no programa.

Os serviços prestados pela Semear fazem parte do que Draibe (1993) concebe como uma das formas de privatização, ou seja, a transferência de recursos públicos para o capital privado, para a realização de atividades que até então eram de exclusividade do Estado, pautada na justificativa de melhor atendimento ao público, porém a preços mais baixos.

Mas, contrariando as expectativas de eficiência na prestação dos serviços e eficácia dos gastos sociais, essa forma de execução da *coisa pública* abriu precedentes para que alguns municípios e estados, no caso do PJU, agissem de forma incorreta quanto à utilização da verba recebida, causando prejuízo ao andamento dos serviços e aos cofres públicos.

1.5 Projovem Urbano no município de São Gonçalo-RJ: dados do Tribunal de Contas da União

A falta de transparência e de acesso aos dados oficiais sobre o PJU, tanto pela prefeitura quanto pela Coordenação Municipal do programa de São Gonçalo-RJ, dificultaram a demonstração das peculiaridades do PJU no município.

Em busca de compreender as especificidades do programa a nível municipal e preencher ao máximo essa lacuna foi preciso utilizar outros métodos. Dessa forma, qualquer notícia disponível nos meios de comunicação sobre o PJU, no referido município, era coletada e arquivada.

Uma delas saiu na edição eletrônica do jornal *O Globo*, em que, de acordo com Felipe (2011), o ProJovem acumulava, em seis anos, um histórico de fracasso e descontrole financeiro. A autora evidenciava o desperdício para com as verbas públicas destinadas ao programa desde a sua criação, em 2005. E divulgava algumas anormalidades existentes na realização do PJU em diversos municípios, entre eles, o de São Gonçalo-RJ.

A partir do contato via e-mail com a mesma, fomos informados de sua fonte para a base das denúncias – o acórdão 488/2011, do Tribunal de Contas da União (TCU). Partindo desse pressuposto, entramos no site do TCU, solicitamos a senha e obtivemos o acesso ao acórdão citado.

Nele havia indícios de falta de transparência na prestação de contas e de superfaturamento dos insumos, comprados para a efetivação do PJU, no Município de São Gonçalo.

Esse acórdão consiste no relatório de auditoria sobre a execução do ProJovem Urbano, nos anos de 2008 e 2009. Nele foram identificadas irregularidades nas informações disponibilizadas por determinados municípios e estados participantes do programa, comprometendo a veracidade das prestações de contas concedidas.

A auditoria foi motivada por alguns condicionantes, a *priori*, porque envolveu um elevado montante de recursos no ProJovem (incluindo as modalidades: ProJovem Adolescente – Serviço Sócio-educativo, ProJovem Urbano, ProJovem Campo – Saberes da Terra, e ProJovem Trabalhador) – destinando, em 2008, cerca de R\$ 770 milhões e, aproximadamente, R\$ 1,1 bilhão, em 2009. Também pela existência de falhas sistemáticas na capacitação, na concessão de auxílio financeiro, reduzindo a eficácia do programa e pelas denúncias dos meios de comunicação, sobre a utilização indevida dos recursos públicos no PJU.

O repasse das verbas para os municípios e os estados que aderiam ao programa ocorre em três momentos, sendo o repasse inicial, depositado em conta específica, após a apresentação das metas, do Plano de Implementação e da assinatura do Termo de Adesão, vinculados ao número de alunos a serem atendidos na primeira etapa de matrícula.

A parcela seguinte é concedida de acordo com a quantidade de alunos que realizaram a primeira avaliação nacional externa (se prevista apenas uma fase de matrícula), ou

proporcionalmente à quantidade de alunos a serem atendidos na segunda etapa de matrícula (se previstas duas etapas de matrícula).

As demais parcelas são depositadas em função do número de alunos que realizaram as avaliações externas seguintes, consecutivamente. Portanto, a liberação de verbas no programa tem relação intrínseca com as metas estipuladas, o preenchimento das vagas, a frequência dos alunos e o quantitativo de alunos que realizaram as avaliações externas.

Cabe ressaltar, conforme anteriormente demonstrado, que a meta de matrículas estipuladas pela Coordenação Nacional do PJU, para o município em questão, foi de 4.600 jovens, divididas em duas etapas, uma ocorrida em abril de 2009, disponibilizando 3.000 vagas e a outra fase, aberta em maio de 2010, oferecendo 1.600 “oportunidades”.

Ao erário público, para a efetivação do programa no Município de São Gonçalo, custou R\$ 8.910.000,00; no entanto, esse montante não foi gasto corretamente, isto porque o relatório da auditoria apontava várias anormalidades, presentes na efetivação do programa.

A primeira anormalidade detectada foi ausência de processo licitatório para a contratação da organização não governamental, executora do PJU em São Gonçalo. O valor contratual foi de R\$ 7.941.191,94, para que a ONG realizasse o trabalho em um período de 24 meses (de 01/3/2009 a 28/2/2011), sendo que na análise documental foi constatado não haver coerência entre a natureza da organização selecionada e o objeto contratado.

No que tange à compra de insumos, para alguns produtos em que houve uma pesquisa de preços no mercado e a comparação das cotações pelos auditores, o referido acórdão indicava aproximadamente 55% de aumento nos valores das mercadorias.

As notas fiscais para a comprovação das despesas, em muitos casos, não traziam a descrição dos serviços prestados pela executora do programa ou dos produtos por ela comprados, demonstrando somente o valor total da nota, o valor da parcela que a administração municipal teria que pagar à contratada. Notas estas que foram repassadas pelo município para a prestação de contas do programa para a Coordenação Nacional do PJU.

Para diminuir os problemas descritos, o Município de São Gonçalo deveria ter um conselho responsável pelo controle social, pela fiscalização do programa, mas o comitê fiscal não foi criado, desse modo, a prefeitura não realizou a inspeção adequada dos serviços oferecidos pela executora contratada.

Outro ponto crítico exposto no documento se refere à assiduidade dos alunos. Durante os períodos de fiscalização nos núcleos, onde ocorriam as aulas nas escolas, no município em questão, as médias de comparecimento dos beneficiários apresentadas pela Coordenação Municipal do PJU não condiziam com o quantitativo de alunos observados durante as visitas.

A equipe responsável pelo acompanhamento do funcionamento do programa encontrou alguns agravantes dessa situação, tais como: a inexistência de diários de frequência, as folhas de presença não eram padronizadas e não tinha identificação da turma.

Em suma, existia uma gritante divergência entre as informações constantes nos diários, a frequência dos jovens e os dados confirmados nos sistemas gerenciais de acompanhamento do Programa. Observou-se que havia sempre um quantitativo superior de alunos presentes nas escolas, em relação aos que, de fato, estavam assistindo às aulas.

Nas mesmas visitas, as infraestruturas das escolas e das oficinas passaram por uma inspeção, sendo detectado que determinadas instalações eram impróprias para a concretização, tanto das aulas do ensino fundamental, quanto das aulas de formação profissional.

Soma-se a tais ocorrências, a deficiente ou falta de distribuição das refeições, o material didático inadequado ou fornecido com atraso, as despesas pagas sem comprovação de pagamento, a ausência de ajuste de valores no repasse de recursos para executora contratada, a movimentação irregular na conta específica do PJU e os indícios de aplicação irregular de recursos públicos recebidos no Município de São Gonçalo-RJ, no valor de R\$ 293.706,81.

Sem contar no prejuízo devido ao erário, constatou-se também a duplicidade do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos beneficiários, o que acarretou no pagamento da bolsa-auxílio mais de uma vez para uma única pessoa.

No referido aresto faltou a observação, talvez por desconhecimento das reclamações dos professores, que os docentes não recebiam os vencimentos a aproximadamente quatro meses– e que tal fato era um problema recorrente no programa, denunciando o descaso da prefeita e da ONG com os educadores.

A precarização das relações de trabalho também era evidenciada pela falta de garantias sociais, tendo em vista que os docentes não tinham a carteira assinada, auxílio transporte, entre outros, mas mantinham-se trabalhando com recursos financeiros próprios, com medo de abandonar o programa sem serem ressarcidos pelos meses trabalhados e não recebidos.

Na fala dos professores, os alunos foram os mais prejudicados, não só pela ausência dos professores, quando não tinham como chegar às escolas por falta de dinheiro para pagar o transporte, mas também porque em diversos momentos os materiais didáticos ou das oficinas de qualificação profissional não eram comprados, ou chegavam com atraso, comprometendo a qualidade da formação dos jovens egressos do PJU.

O acórdão ainda demonstrou que não havia uma integração entre os gestores dos ministérios e os coordenadores das modalidades do ProJovem, dificultando as trocas de experiências e aprimoramento dos programas, pois foi evidenciada a existência de estágios diferenciados do sistema de acompanhamento, da distribuição do material didático eficiente e da capacidade de supervisão dos locais onde ocorrem as aulas dos programas.

Portanto, o relatório expõe várias falhas no desempenho do PJU, no Município de São Gonçalo, eis o porquê da falta de transparência nas ações, na prestação de contas e no controle fiscal sobre tais atividades e acarretando no funcionamento inapropriado do Programa.

Essas observações indicam o funcionamento do programa, as dificuldades encontradas, bem como nos auxiliam a compreender as particularidades do PJU nos municípios/estados participantes, principalmente, na falta de documentos oficiais disponibilizados pela Coordenação do Projovem Urbano a nível local ou estadual.

E corroboram para repensar de modo abrangente as políticas sociais brasileiras, que segundo Arretche (1999), as tendem a ser caras, não efetivas, e, apesar de consumir elevado volume de recursos, os resultados gerais de proteção são mínimos.

2 ENTRE AS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO GONÇALENSE E OS DESAFIOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO PROJovem URBANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JORNAL *O FLUMINENSE* E DO CAGED

A presente etapa da pesquisa analisa se a qualificação profissional, ou seja, se os arcos ocupacionais adotados pelo Município de São Gonçalo, para a formação profissional dos jovens gonçalenses, estão em consonância com as demandas do mercado de trabalho no município.

Essa análise se baseia na quantidade e qualidade das vagas de emprego para o referido município, ofertadas nos classificados de emprego do jornal *O Fluminense*, coletados durante um ano, no período de novembro de 2010 a novembro de 2011.

Já os dados oficiais de admissão e de desligamento de trabalhadores, disponíveis no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), iniciado em novembro de 2010, não completou um ano porque até a presente data¹⁵ não haviam sido liberadas as informações do mês de novembro de 2011.

As informações do CAGED e do jornal são necessárias para subsidiar a compreensão acerca da qualificação profissional, ou seja, se os arcos ocupacionais adotados, na e pela cidade, auxiliam na provável inserção ou reinserção laboral dos ex-alunos do programa.

A qualificação profissional no PJu não acontece separadamente da educação básica, trata-se de uma formação integral do trabalhador; feito que, no curso, consiste na realização do ensino fundamental concomitante à formação inicial para o trabalho (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

A Qualificação Profissional (QP) no programa segue a diretriz do Plano Nacional de Qualificação (PNQ – 2003-2007), quando entende a formação do trabalhador nos seguintes termos: uma qualificação para além da educação estritamente técnica, uma educação integral em que a qualificação profissional básica está articulada com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sem que haja separação entre educação básica e profissional.

¹⁵ Início do mês de dezembro de 2011.

Uma formação educacional atrelada ao reconhecimento social do conhecimento dos trabalhadores, ratificada através da certificação profissional própria, de acordo com as informações aprendidas durante o curso.

E se baseia nos parâmetros do PNQ, quando concebe a qualificação profissional no PJU, não como um programa de caráter meramente compensatório, mas sim, como uma ação entendida e consolidada como um direito do trabalhador (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

A QP engloba também uma concepção de trabalho em que possam ser consideradas as modificações contidas no sistema produtivo, organizacional, ambas decorrentes do avanço tecnológico e das novas conformações das relações de trabalho que existem no contexto do mundo globalizado.

A qualificação profissional, na forma de qualificação inicial em um arco de ocupações, assume papel essencial na nova relação que se deve estabelecer entre a escola e trabalho no mundo contemporâneo, uma vez que os antigos laços foram rompidos pelas implicações da globalização e da disseminação cada vez maior das tecnologias de informação. A concepção de conjunto de fazeres humanos como arcos intersetoriais que englobam várias ocupações correlacionadas, substituindo a classificação intrasetorial e linear da organização ocupacional de inspiração fordista, contribui decisivamente para articular o sujeito da educação e os saberes da prática (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p. 20).

A qualificação no programa possui algumas especificidades. Ela ocorre em três etapas, sendo a primeira a partir do Projeto de Orientação Profissional (POP), que acontece ao longo de todo o curso. No segundo momento sucede a Formação Técnica Geral (FTG) e, por último, as aulas com os Arcos Ocupacionais (AO), essas fases são desempenhadas em uma carga horária de 390 horas.

Espera-se que o POP “ajude o jovem a situar-se no mundo do trabalho. Exige uma reflexão continuada sobre todas as atividades curriculares: aprendizagens práticas e sociais, vivências, organização de conteúdos na relação teoria e prática” (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p.20).

Esta é uma tarefa interdisciplinar com discussão acerca de diversos tópicos sobre o mundo do trabalho, tais como: o desemprego, a questão do primeiro emprego, os debates realizados por todas as disciplinas do ensino fundamental (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Inglês, Língua Portuguesa e Matemática), assim como, nas aulas de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã, utilizando-se de diferentes abordagens que se complementam.

O FTG “aborda aspectos comuns a qualquer ocupação e que permitem ao jovem compreender o papel do trabalho e da formação profissional no mundo contemporâneo” (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p. 20). No FTG os jovens têm a oportunidade de ter

noções gerais sobre o mundo do trabalho, saber a importância da documentação de identificação do trabalhador e conhecer a legislação, que regula as relações de trabalho no país, entre outros temas correlacionados.

Já os Arcos Ocupacionais se atêm, principalmente, ao conhecimento geral da função escolhida pelos alunos para a sua profissionalização, sendo que esse aprendizado para o trabalho abrange quatro outras ocupações de mesma base técnica.

As ocupações são selecionadas pelos municípios ou estados, de acordo com a listagem de 23 funções, indicadas pela Coordenação Nacional do PJU para o desenvolvimento profissional dos alunos.

Arcos Ocupacionais, em número de 23, que preparam o jovem para atuar no mundo do trabalho, como empregado, empreendedor individual ou membro de cooperativa. Baseando-se em concepções contemporâneas de organização do trabalho, cada arco desenvolve competências relacionadas à concepção, à produção e a circulação de bens ou serviços, ampliando e articulando as possibilidades de atuação do jovem no mundo do trabalho (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p. 20).

Os 23 arcos ocupacionais são: Administração, Agroextrativismo, Alimentação, Arte e Cultura I, Arte e Cultura II, Construção e Reparos I, Construção e Reparos II, Educação, Esporte e Lazer, Gestão Pública e Terceiro Setor, Gráfica, Joalheria, Madeira e Móveis, Metal mecânica, Pesca e Piscicultura, Saúde, Serviços Domésticos I, Serviços Domésticos II, Serviços Pessoais, Telemática, Transporte, Turismo e Hospitalidade e Vestuário.

No PJU os municípios e estados conveniados ao programa podem eleger de dois a cinco arcos para a formação profissional dos jovens, alternativa atrelada, no entanto, ao número de matrículas e a perspectiva de crescimento econômico em nível municipal/estadual que, *a priori*, necessitam de mão de obra com devido aprimoramento profissional.

Nesse sentido, o Município de São Gonçalo-RJ adotou quatro arcos: Alimentação, Construção e Reparos I, Telemática e Vestuário, ocupando respectivamente no *ranking* nacional os 4º, 8º, 1º e 9º lugares, como os arcos mais escolhidos, entre o período de setembro/2008 a maio/2010 (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

Estes arcos são subdivididos em quatro outras funções cada um, para possibilitar uma formação profissional abrangente, tal como segue na Tabela 1.

Tabela 1 – Arcos Ocupacionais e ocupações/qualificação profissional

Arcos	Ocupações
Alimentação	Chapista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias, vendedor ambulante/alimentação.
Construção e Reparos I	Ladrilheiro, gesseiro, pintor, reparador/revestimento.
Telemática	Operador de microcomputador, <i>helpdesk</i> , telemarketing/vendas, assistente de vendas informática/celulares.
Vestuário	Costureiro, montador de artefatos de couro, costureira de reparação de roupas, vendedor de comércio varejista.

Fonte: Relatório de Gestão 2008 - 2010 do ProJovem Urbano (RELATÓRIO DE GESTÃO, n.º 2010).

Isso implica dizer que, por exemplo, para a função de Telemática, que foi a opção com maior número de adesões entre os municípios/estados, os alunos têm a possibilidade de aprender uma profissão que envolve conhecimentos acerca do mundo da Informática e das Telecomunicações (BRASIL, 2008).

Partindo do pressuposto da divisão da função de Telemática em quatro outros cargos, o primeiro deles se refere à ocupação de Operador de Microcomputador. Nesta ocupação, o principal objetivo do programa é de que os alunos utilizem o computador como uma ferramenta de trabalho, executando tarefas simples do dia a dia, noções básicas da utilização do microcomputador, de forma acessível ao manuseio de qualquer estudante ou trabalhador.

A segunda ocupação é a de *helpdesk*, uma atividade que requer do educando o conhecimento interno do microcomputador, as peças, o sistema de funcionamento para resolver eventuais problemas ou esclarecer quaisquer dúvidas sobre a utilização do equipamento.

A terceira profissão é a de Telemarketing (ativo/vendas), em que os estudantes desenvolvem habilidades específicas para efetuar teleatendimentos a clientes, ofertando serviços e produtos, proporcionando serviços técnicos especializados e realizando pesquisas, cobranças, cadastros, entre outros.

Já a última ocupação do arco de Telemática é o de Assistente de Vendas (informática/celulares), um cargo abrangente que necessita dos conhecimentos e das técnicas das funções estudadas anteriormente, para que os jovens possam vender determinados produtos e serviços relativos à informática e a telecomunicações.

Essa formação profissional abrangente proposta pelo PJU, com a adoção dos Arcos Ocupacionais e das funções correlatas, possibilitaria aosex-alunos novas formas de inserção e reinserção produtiva. Assim como, corresponderia tanto às expectativas, necessidades e potencialidades econômicas locais e regionais, quanto às vocações dos jovens (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

A proposta da QP no programa está em consonância com os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), que tratam de uma ação articulada com os conselhos e as secretarias municipais de trabalho para a efetivação da qualificação profissional, de acordo com a “caracterização da população economicamente ativa, conforme as tendências do desenvolvimento local e os públicos prioritários para o PNQ” (PNQ, 2003, p. 9).

Em busca da compreensão sobre a qualificação profissional no PJU, analisando se ela seria suficiente para suprir as necessidades e potencialidades econômicas do Município de São Gonçalo, bem como, para atender as perspectivas dos ex-participantes do programa em entrar no mercado, foram levantados os anúncios de emprego do jornal *O Fluminense* e os dados de admissão e desligamento de profissionais segundo o CAGED.

Para tal, durante um ano, de novembro/2010 a novembro/2011, foram coletadas informações no jornal *O Fluminense* de domingo, sobre as vagas de trabalho anunciadas nos classificados de emprego. Esse recorte temporal foi selecionado porque o primeiro grupo de formandos do programa no Município de São Gonçalo, que teve o início do período letivo em 2009, formou-se no ano seguinte, em dezembro de 2010.

Nesse sentido, o jornal, como uma das prováveis alternativas de busca de emprego pelos ex-alunos, demonstraria o *ambiente* do mercado de trabalho, os limites e as possibilidades de inserção e reinserção profissional dos mesmos.

A priori, a seleção dos classificados de emprego ocorreu através da investigação dos postos de trabalho existentes no jornal *O São Gonçalo*, tendo em vista o fato de que o mesmo é um jornal local, com notícias específicas do referido município.

Contudo, o número reduzido de anúncios dispostos no jornal provocou determinada preocupação, porque um município de aproximadamente um milhão de habitantes, com um expressivo crescimento econômico, que ocupa a 49º posição entre os 100 maiores municípios do Brasil, 33º lugar da Região Sudeste, ambos no ano de 2008 (IBGE, 2010), não poderia ter tão poucas chances de emprego, a não ser que houvesse uma crise de emprego generalizada.

Após o compartilhamento de experiências com outros alunos do mestrado e com os professores, sobre o desenvolvimento da pesquisa, chegou-se à conclusão de que o jornal *O*

Fluminense seria o mais adequado para captar os dados que dizem respeito à demanda de profissionais no município em questão.

A explicação encontrada para a mudança da fonte de pesquisa consiste na maior abrangência do jornal *O Fluminense*, que apresenta informações sobre outros municípios adjacentes a São Gonçalo, tais como Niterói e Itaboraí.

Escolhido o jornal, a partir de 13 de novembro de 2010, durante os domingos (salvo algumas exceções) foram comprados os jornais para processar as vagas de emprego, marcando somente as destinadas ao Município de São Gonçalo.

Cada anúncio de emprego para o município foi digitado em documento de Excel, dispondo os seguintes critérios: nome do jornal, data, seção do jornal, função, número de vagas, exigência, benefícios e local.

A sequência expressa a metodologia adotada para selecionar e arquivar os dados referentes aos classificados de emprego. O primeiro consiste no nome do jornal, sendo *a priori* digitadas as informações do jornal *O São Gonçalo* que, posteriormente, foram descartadas, desse modo, foram anexadas apenas informações do jornal *O Fluminense*.

Há uma particularidade no jornal *O Fluminense*, embora o exemplar saísse aos domingos, sua validade era de dois dias, o que facilitou a aquisição do mesmo às segundas-feiras, quando não havia possibilidade de obtê-lo aos domingos. No entanto, exclusivamente, as datas dos domingos foram anotadas.

No mencionado jornal as vagas de emprego ficavam na seção D, classificadas em: D 001 – nível superior; D 004 – indústria; D 007 – construção civil; D 010 – comércio; D 013 – escritório; D 016 – confecções de roupas; D 019 – domésticos e, por último, D 022 – outras atividades.

Em cada categorização foram encontradas as diversas funções que tratavam das ocupações/profissionais procuradas pelos empregadores. De modo sequencial foi indicada a quantidade de carência para cada função, quando não existia essa especificação era considerada apenas uma vaga.

As exigências, quando eram mencionadas, referiam-se ao perfil de trabalhador procurado pelos empregadores. Em seguida, os benefícios indicavam a relação de troca, o que os empregadores estavam dispostos a pagar pela força de trabalho de seus futuros empregados, tais como: salário, transporte, refeição e plano de saúde, entre outros.

E, por último, o local das vagas, os bairros onde estavam dispostos estes postos de trabalho, provável *locus* de trabalho do empregado ou endereço da empresa contratante da mão de obra. Cabe ressaltar, na medida em que observamos a incidência de vagas em um

determinado bairro realizamos algumas considerações sobre o mesmo, a fim de compreender a sua importância histórica e econômica para o Município de São Gonçalo-RJ.

Em um ano foi possível encontrar 1202 empregos no jornal *O Fluminense*, mapeados de acordo com a categorização referida no jornal. Os mapas foram elaborados com o recurso do geoprocessamento, responsável pela confecção de oito mapas, demonstrando a relação entre a concentração de vagas e a respectiva distribuição das mesmas por cada bairro.

No processo de organização dos mapas alguns detalhes foram percebidos com a confrontação dos dados da pesquisa, por exemplo, em muitos anúncios de empregos não havia especificação dos bairros, considerando a cidade como um todo.

A ratificação dessa observação se consolidou quando do total de 1.202 postos de empregos percebemos que 301 vagas eram para São Gonçalo. Este fato provocaria um problema na composição dos mapas, porque todo o município deveria ser assinalado. Portanto, optamos por não incluir essas vagas no mapa, embora os valores façam parte do total de anúncios de emprego.

Outro fato a ser considerado é o da inexistência de certos bairros que foram mencionados nos classificados, eles não existiam na divisão política do Município de São Gonçalo-RJ (Mapa 1), mas eram de reconhecimento popular, entre eles estão o bairro conhecido como Bandeirantes e a Avenida Maricá.

Mapa 1 - Bairros do Município de São Gonçalo-RJ

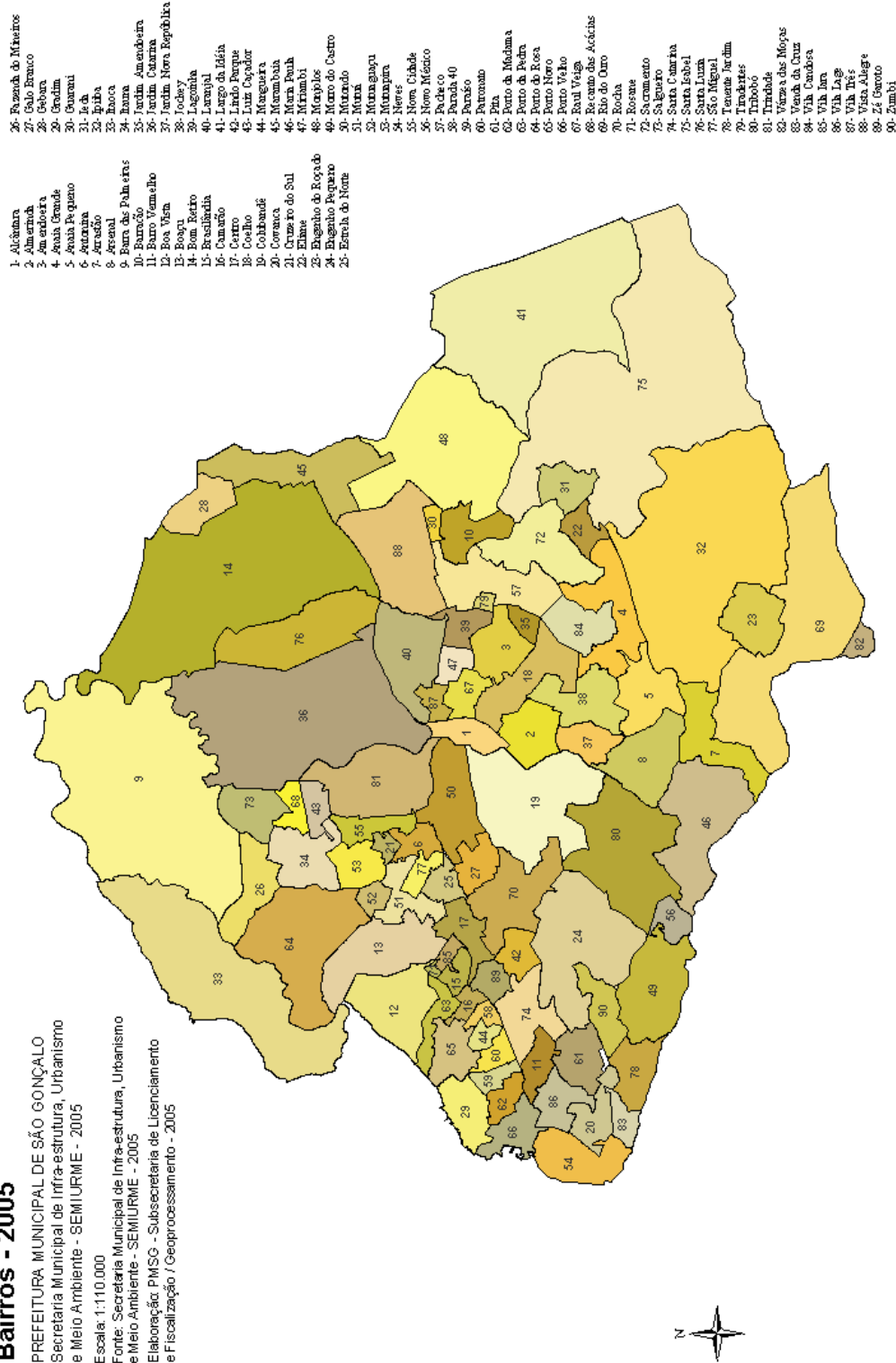
Bairros - 2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 Secretaria Municipal de Infra-estrutura, Urbanismo
 e Meio Ambiente - SEMIURME - 2005

Escala: 1:110.000

Fonte: Secretaria Municipal de Infra-estrutura, Urbanismo
 e Meio Ambiente - SEMIURME - 2005

Elaboração: PMSO - Subsecretaria de Licenciamento
 e Fiscalização / Geoprocessamento - 2005



Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo-RJ – 2005.

O mesmo mapa demonstra a falta de atualização das informações, uma vez que nele não consta o bairro de Guaxindiba. Embora este seja considerado o nonagésimo primeiro (o penúltimo) bairro da cidade, não existe a sua delimitação territorial formalizada.

Esclarecidas as observações e os procedimentos adotados, o primeiro mapa confeccionado foi o de comércio (Mapa 2), que se refere à prestação de serviços. Os anúncios de emprego indicavam a existência de 731 postos de trabalho – e dentro deste universo – 174 localizados no Município de São Gonçalo-RJ, sem que houvesse a definição dos bairros.

Por outro lado, entre os bairros citados, Gradim, Nova Cidade e Alcântara foram os responsáveis por obter o maior quantitativo de vagas, sendo, respectivamente, 89, 66 e 61 vagas, conforme observado no Mapa 2.

A importância do bairro do Gradim remonta ao início da história do município, quando foi construído na localidade um porto pesqueiro, denominado Porto da Ponte, que se encontrava próximo ao Porto de Neves. Por esse motivo, o Gradim tinha desde os primórdios um intenso comércio, estimulado pela presença de barcos pesqueiros que ali desembarcavam para a venda do pescado (BRAGA, 2006).

Alcântara e Nova Cidade têm forte influência econômica na cidade, pois são localidades com comércios diferenciados, com marcante presença no setor de vestuário, imponentes lojas de roupas, respectivamente situados na Rua da Feira e no Polo de Modas.

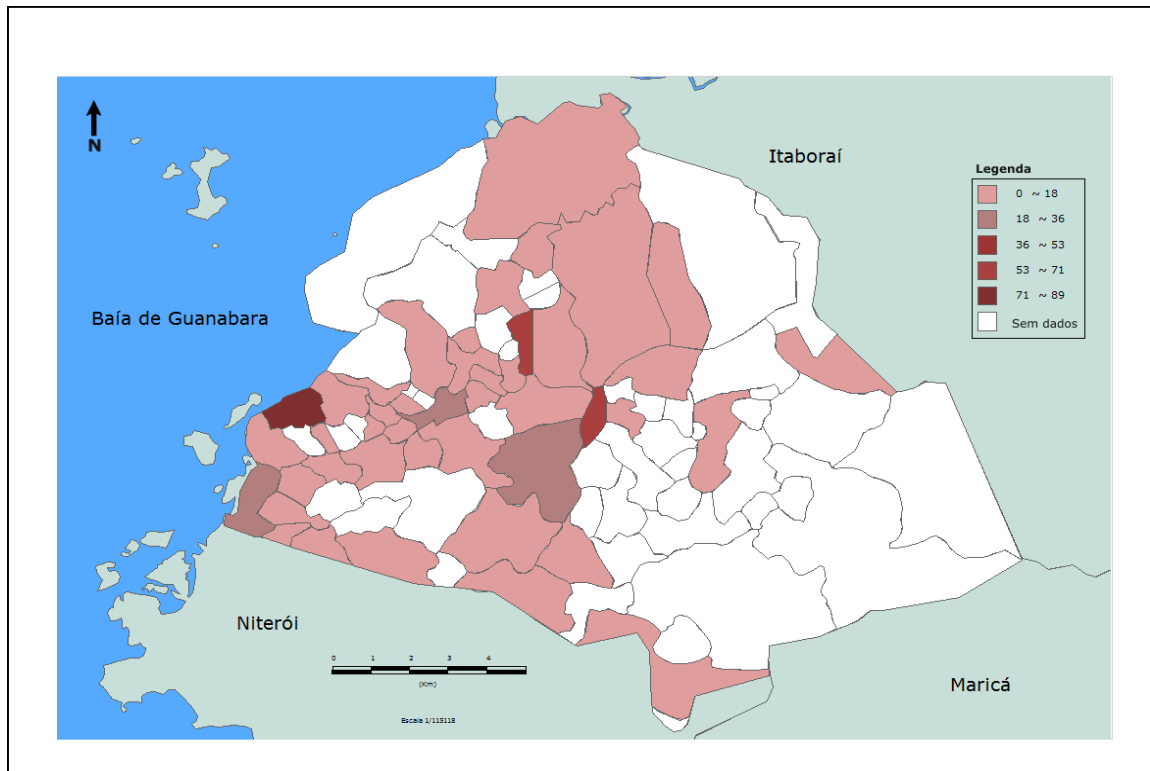
As 25 funções no comércio que mais demandaram mão de obra foram as de: manicure, vendedora, operador de telemarketing, cabeleireira, corretor de imóveis, motorista, mecânico, cozinheiro, atendente, caixa, açougueiro, auxiliar técnico em telefonia, garçoneiro, repositor, copeiro, operador de caixa, *pizzaiolo*, peixeiro, pesquisador, frentista, motoqueiro, costureira, padeiro, recepcionista e depositista.

Para 40% dos cargos mencionados não era exigido do trabalhador a experiência comprovada; outros 30% revelavam contratar somente os profissionais com prática; 5% das vagas eram para pessoas com ou sem experiência; e 25% das demais vagas requisitavam dos candidatos, por exemplo, que fossem dinâmicos, tivessem clientela própria, fossem proprietários de um veículo e com devida carteira de habilitação, entre outras exigências.

Em contrapartida, 45% das vagas não indicavam qualquer tipo de relação de trabalho (formal ou informal), o valor dos salários, as formas de pagamento (comissionado ou por produção), nem a carga horária semanal de trabalho.

Já nas demais vagas havia forte indício de que as atividades se tratavam de trabalhos informais, devido à explicitação de como os empregados seriam pagos, através de comissão ou por ganhos atrelados à produtividade.

Mapa 2 - Distribuição do número de vagas de empregos no comércio, segundo a localização dos bairros – São Gonçalo-RJ



Fonte: Jornal *O Fluminense*: Classificados de Empregos – Seção D – novembro/2010 a novembro/2011.

A seção dos classificados para a confecção de roupas ficou em segundo lugar, com 286 postos de trabalho, entre eles, destacamos 66 vagas situadas em São Gonçalo, como exposto anteriormente, mas sem a demarcação dos bairros.

As demais vagas estavam centradas no Rocha, Trindade, Neves, Nova Cidade, Itaúna, Tribobó e Alcântara (Mapa 03), sequencialmente, com os valores de 39, 39, 22, 21, 13, 11 e 10.

O bairro de Trindade se originou do loteamento da Fazenda Santíssima Trindade, desmembramento realizado em 1951, através da Imobiliária Trindade, que pertencia aos herdeiros de D. Leonor Corrêa (BRAGA, 2006) e hoje tem um intenso comércio ligado à alimentação, vestuário e prestação de serviços, além de uma faculdade particular.

O bairro Neves (assim como o bairro Gradim) passou a existir com o funcionamento de um porto, que se chamava Porto de Neves, sendo o local de escoamento da produção de

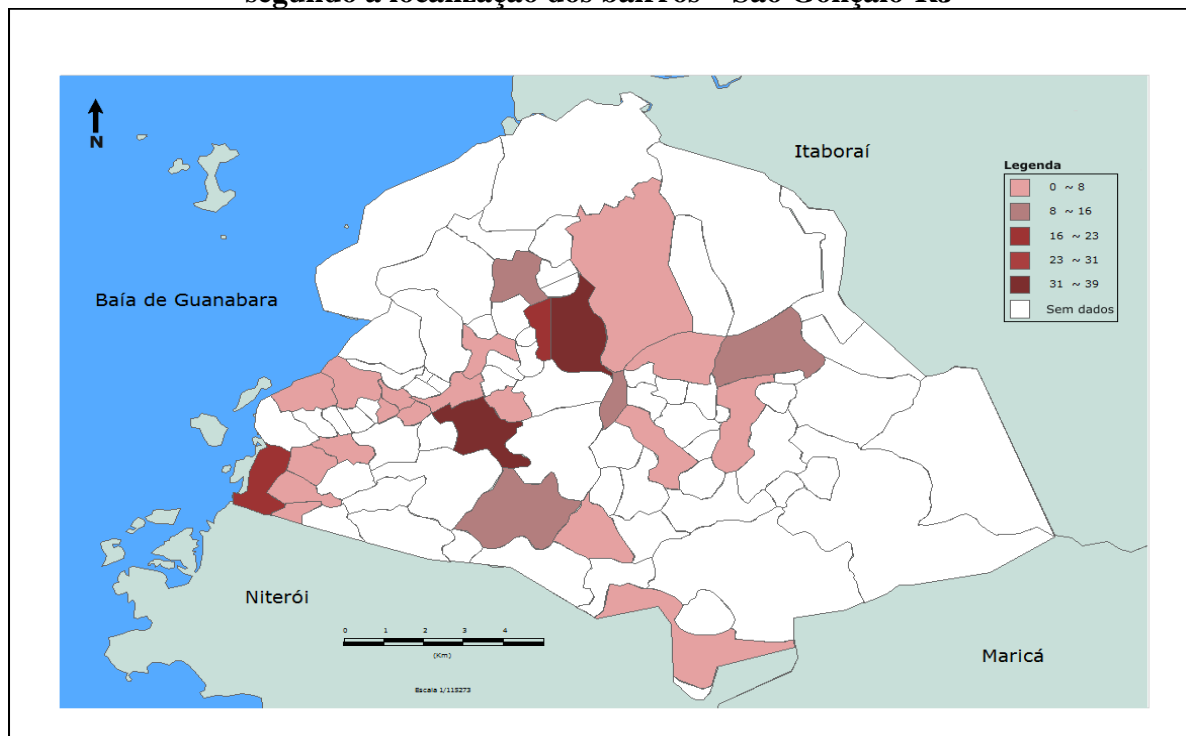
São Gonçalo. Ali foi construído o Mercado Público Cônego Goulart, criado para atender à demanda de mercadorias de diversos setores, mas que se destacou, prioritariamente, pela comercialização de peixes (BRAGA, 2006). O bairro ainda se beneficiava (e se beneficia) pela localização privilegiada, pela proximidade com as cidades de Niterói e do Rio de Janeiro e pelo comércio de varejo.

Tribobó já foi considerado o centro mais importante de avicultura do estado do Rio de Janeiro, ratificado pela criação da Cooperativa Avícola de São Gonçalo (BRAGA, 2006). Atualmente concentra uma fábrica de artigos de plásticos, uma companhia francesa que produz mercadorias descartáveis e hotéis localizados ao longo da rodovia que corta o bairro.

No setor de confecção de roupas, as profissões mais solicitadas eram as de: costureira, retista, overloquista, consertista, piloto de prova, auxiliar de corte, acabadeira, cortador de tecido e malha, chefe de produção e revisora.

Enquanto 35% dos anúncios demandavam comprovação em carteira assinada, 27% não exigiam essa constatação. Já 38% requeriam, além de experiência, que os candidatos morassem próximo ao local de trabalho ou desempenhassem função adicional, por exemplo, o overloquista também precisava ser retista.

Mapa 3 - Distribuição do número de vagas de empregos na confecção de roupas, segundo a localização dos bairros – São Gonçalo-RJ



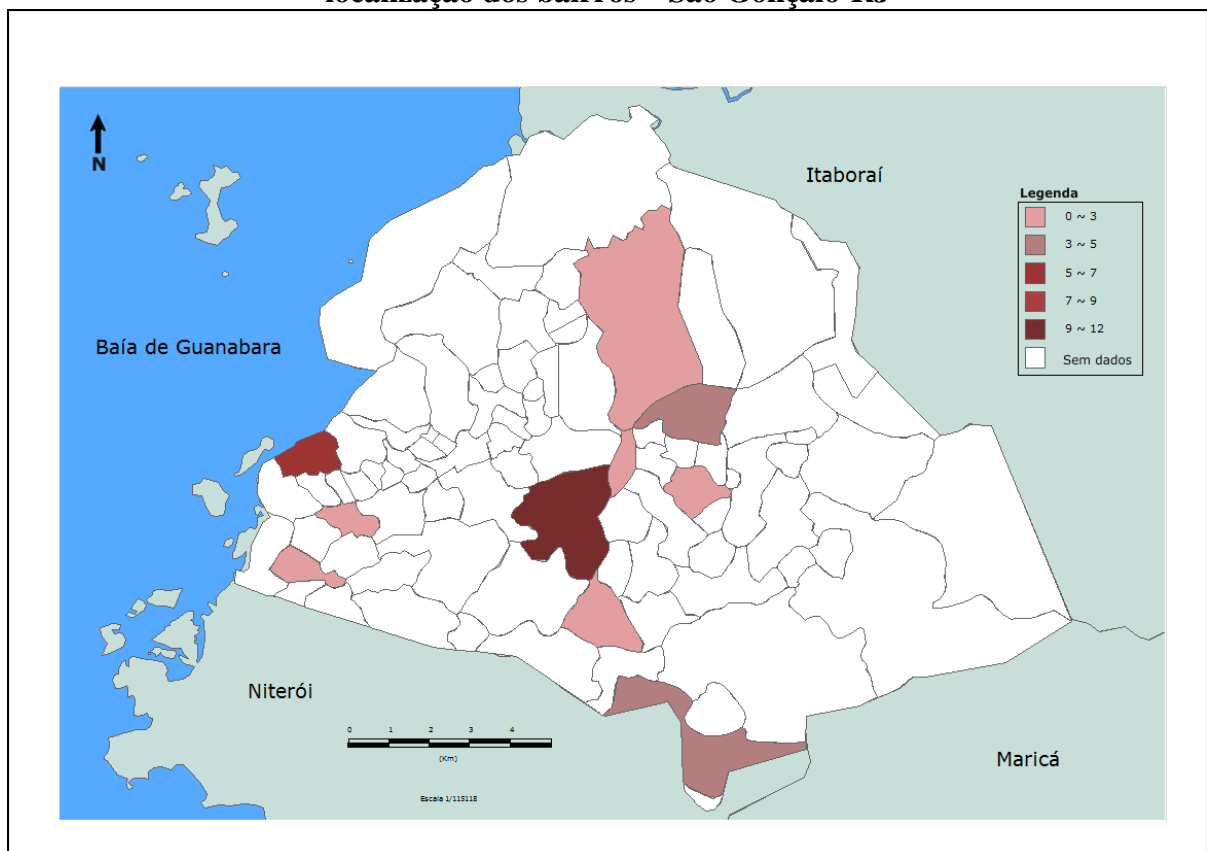
Fonte: Jornal *O Fluminense*: Classificados de Empregos – Seção D – novembro/2010 a novembro/2011.

O Mapa 4 indica a centralização de vagas na construção civil, o quantitativo geral foi de 40% de vagas, distribuídas majoritariamente nos bairros de Colubandê, Gradim, Rio de Ouro, Laranjal e Alcântara, cada qual, simultaneamente, com 12, 6, 5, 4 e 3 oportunidades de empregos para os gonçalenses.

O bairro de Colubandê foi um antigo reduto de engenhos e ultimamente se sobressai também pelo comércio de alimentos, com vendas a atacado, em um supermercado varejista de grande porte e pelo centro de abastecimento de alimentos do município.

Já Rio do Ouro sofreu o processo de ocupação a partir da instalação de vias e ferrovias que cortam a cidade, se desenvolvendo a partir da margem esquerda da estrada, onde funcionava a cerâmica chamada Rio do Ouro, produzindo manilhas, sendo também marcado como bairro limítrofe entre Niterói e São Gonçalo (BRAGA, 2006).

Mapa 4 - Distribuição do número de vagas de empregos na construção civil, segundo a localização dos bairros – São Gonçalo-RJ



Fonte: Jornal *O Fluminense*: Classificados de Empregos – Seção D – novembro/2010 a novembro/2011.

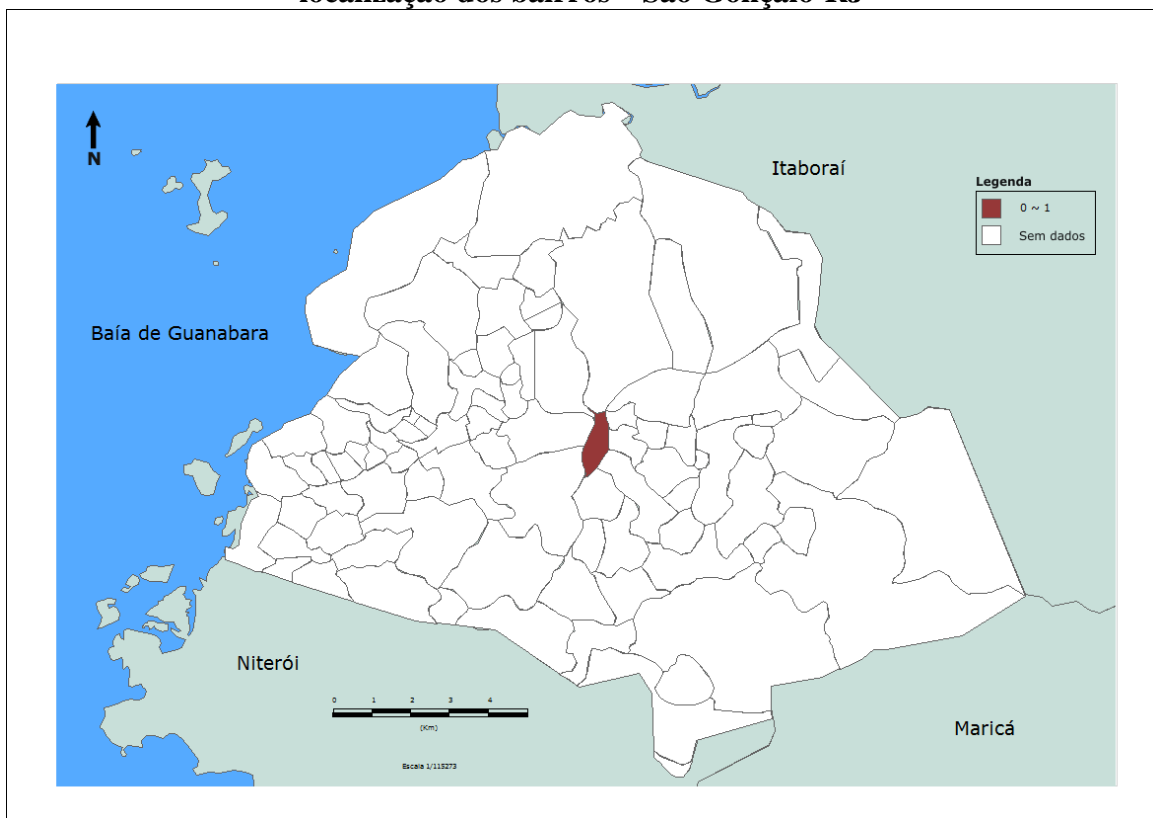
Na construção civil, as oito funções que despontaram foram as de: pedreiro, carpinteiro, encarregado, eletricista, marceneiro, mestre de obras e pintor. Aproximadamente 48% das vagas para a construção civil não exigiam experiência; 38% precisavam de

profissionais experientes, enquanto as demais, os 14%, queriam empregados que tivessem disponibilidade para trabalhar em horário noturno e para viajar.

O Mapa 5 apresenta as vagas para os empregos domésticos, na realidade, esse setor se mostrou o mais frágil, requerendo apenas duas vagas, uma localizada genericamente em São Gonçalo e a outra em Alcântara (a área demarcada no Mapa 5).

Os cargos eram os de caseiro e de empregada doméstica. Para o primeiro era exigido do trabalhador que ele tivesse experiência, além de possuir filhos menores de idade, morar em Alcântara e estar munido de carta de referência. Em contrapartida, ele teria casa, água e luz gratuitas. Uma das concorrentes à vaga de empregada doméstica receberia, caso fosse contratada, o salário de R\$ 550,00, mas deveria ter prática, seguir a religião evangélica e residir em São Gonçalo.

Mapa 5 - Distribuição do número de vagas de empregos domésticos, segundo a localização dos bairros – São Gonçalo-RJ



Fonte: Jornal *O Fluminense*: Classificados de Empregos – Seção D – novembro/2010 a novembro/2011.

O Mapa 6 evidencia as vagas existentes para escritório. Foram 43 vagas distribuídas majoritariamente nos bairros de Alcântara, Paraíso, Centro, Colubandê, respectivamente, com 13, 2, 2 e 2 chances de emprego.

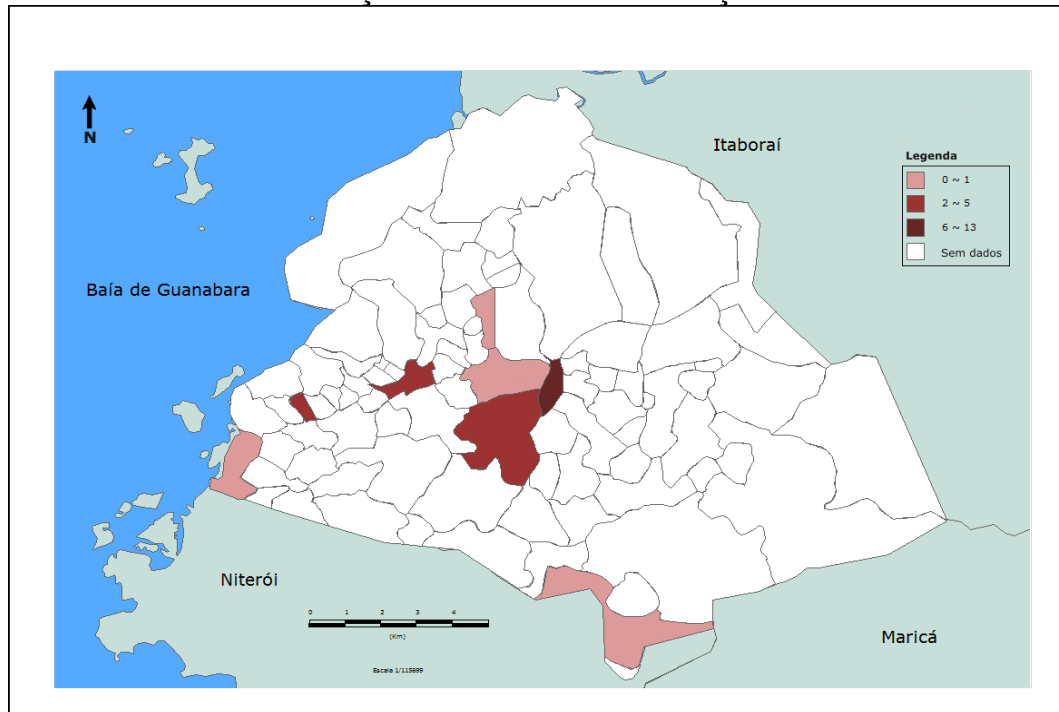
Assim como muitos bairros do Município de São Gonçalo-RJ, surgidos em função do loteamento de antigas fazendas, sítios ou chácaras, o bairro do Paraíso foi um desses empreendimentos realizados por Jaime dos Santos Figueiredo (BRAGA, 2006). Trata-se de um bairro que contém o *campus* da UERJ/Faculdade de Formação de Professores, diversas instituições bancárias e uma gama de comércios.

Já o Centro consiste no núcleo do município, tendo a sede da Prefeitura, um *shopping center*, bancos públicos e privados, diversos escritórios, supermercados, lojas de eletrodomésticos e de roupas.

Diante desse dinamismo econômico dos bairros os postos que despontavam eram: assistente de pessoal, assistente fiscal, recepcionista, auxiliar de escritório, atendente, auxiliar administrativo e auxiliar de contabilidade, sendo que 60% das vagas exigiam que os trabalhadores apresentassem comprovação de conhecimento.

Ressalta-se que 70% dos anúncios não indicavam a forma de pagamento ou qualquer outro indício de relação de trabalho, apenas 16% colocaram os valores das remunerações, com uma média salarial de R\$ 800,00.

Mapa 6 - Distribuição do número de vagas de empregos no escritório, segundo a localização dos bairros – São Gonçalo-RJ



Fonte: Jornal *O Fluminense*: Classificados de Empregos – Seção D – novembro/2010 a novembro/2011.

No Mapa 7 são ressaltados os bairros de Neves, Rio do Ouro, Marambaia, Galo Branco e Porto do Rosa, que foram os que mais requisitaram profissionais para o

preenchimento de vagas nas indústrias, segundo os anúncios de empregos do jornal *O Fluminense*.

O referido município, em tempos áureos ocorridos nas décadas de 40 e 50, presenciou a instalação de grandes fábricas e empresas, a cidade se tornou o polo industrial mais importante do estado, valendo-lhe o apelido de Manchester Fluminense (BRAGA, 2006).

Ainda hoje existem algumas indústrias e empresas, mas devido à falência de muitas delas e ao avanço tecnológico, as mesmas não absorvem um expressivo contingente de mão de obra como outrora, o que explica a pequena quantidade de anúncios.

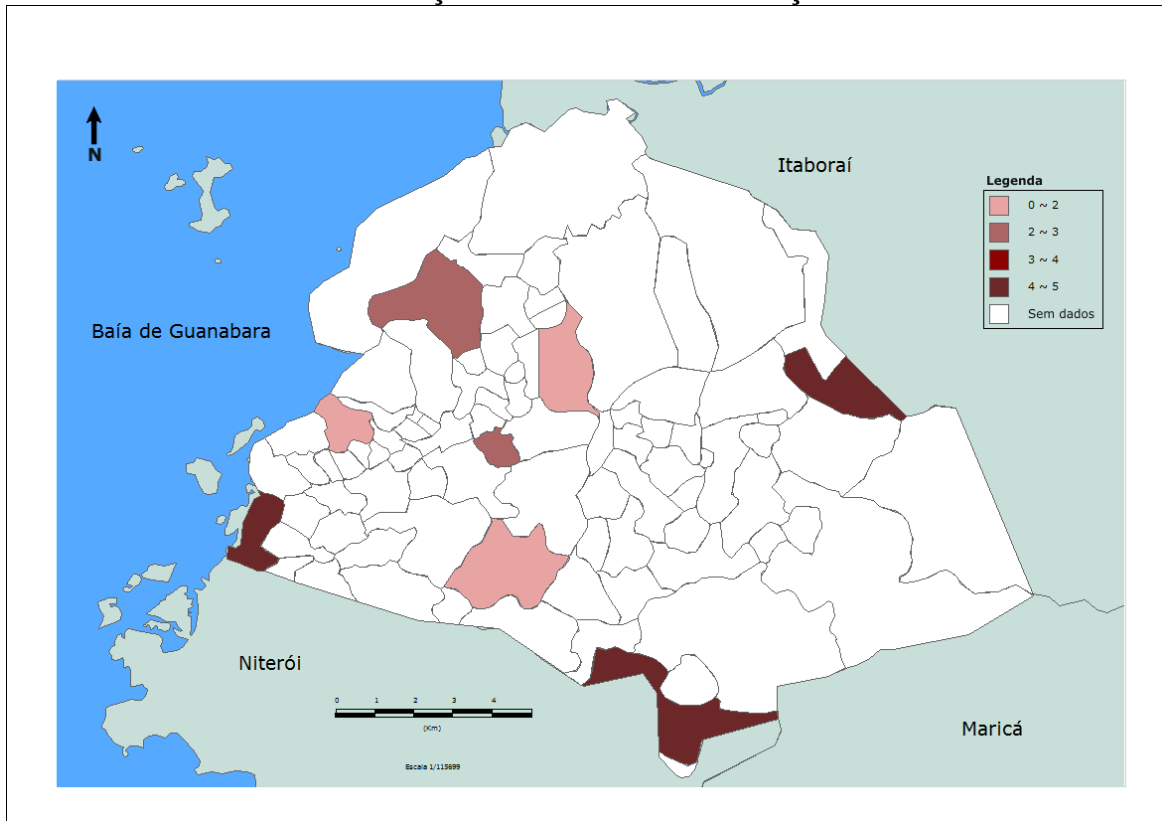
Nesse sentido, registramos 29 vagas nos classificados de empregos, considerando o fato de que 19 vagas não apresentavam definição dos bairros; as demais ficaram divididas da seguinte maneira: 5 em Neves, 4 no Rio do Ouro, 4 em Marambaia, 2 em Galo Branco e 2 em Porto do Rosa.

Os bairros conhecidos como Galo Branco e Porto do Rosa foram assim denominados em virtude do sucesso e popularidade de um comerciante local, o primeiro era proprietário da Casa de Ferragens Galo Branco, situada em Niterói, e o outro, comerciante, dono da Olaria Porto do Rosa, localizada na fazenda do Capitão Antônio José de Souza Rosa, em São Gonçalo. Tais fazendas se tornaram locais de passagem de pessoas, centro de referência dos moradores, comerciantes, entre outros, o que lhes deram notoriedade.

Embora em menor número e influência, se comparados ao passado, os bairros supracitados ainda têm algumas das vagas de emprego paramarceneiro, serralheiro, auxiliar administrativo e costureiras.

Os requisitos solicitados pelos empregadores eram variados, 31% pediam experiência, para outros 27% não havia necessidade de prática, apenas 17% revelara urgência para a contratação (situação evidenciada no anúncio que pedia “início imediato”) e 13% solicitavam que os candidatos tivessem disponibilidade para viajar.

Mapa 7 - Distribuição do número de vagas de empregos na indústria, segundo a localização dos bairros – São Gonçalo-RJ

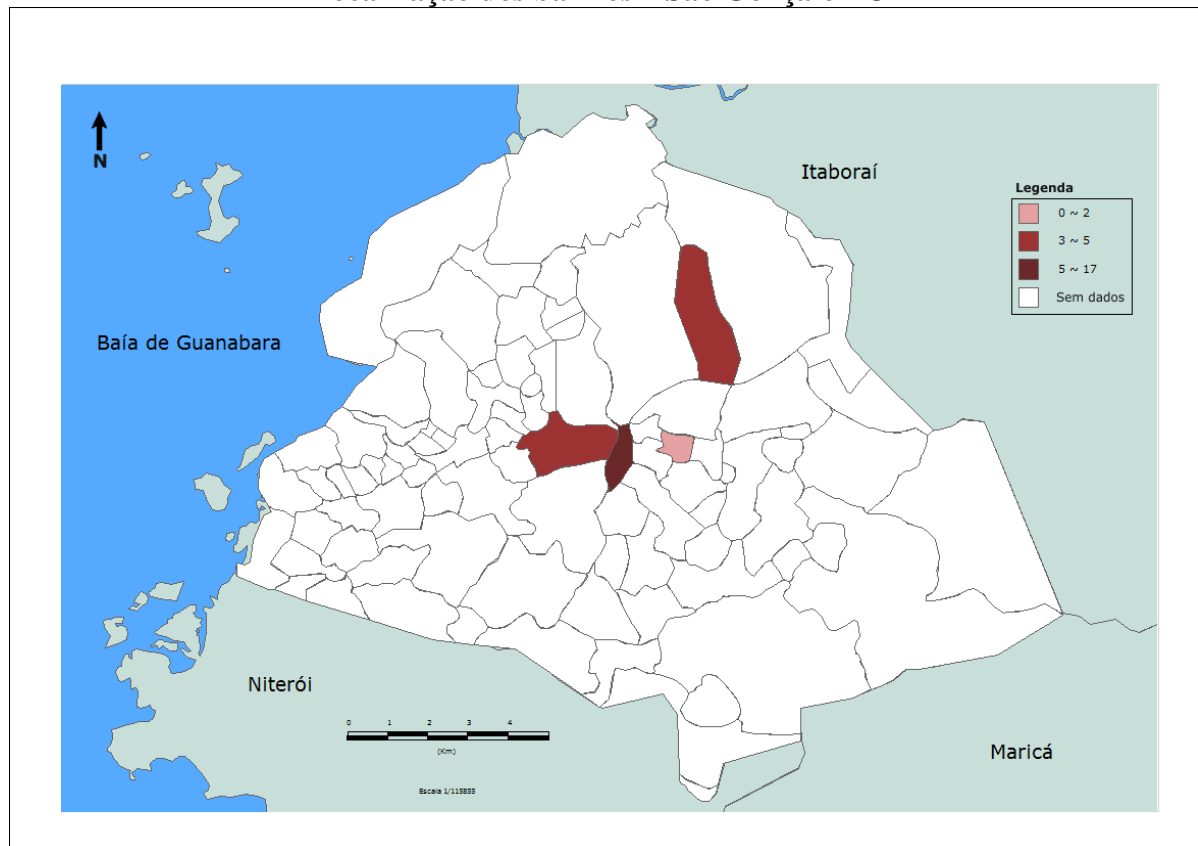


Fonte: Jornal *O Fluminense*: Classificados de Empregos – Seção D – novembro/2010 a novembro/2011.

A penúltima seção dos classificados do jornal *O Fluminense* reunia informações sobre vagas para quem possuísse nível superior. De acordo com o Mapa 08, os bairros com maior quantitativo de chances eram: Alcântara – 17; Santa Luzia – 4; Mutondo – 3 e Jardim Miriambi – 2.

As funções mais requisitadas eram as de dentista, professor, médico, especialista em educação, inspetor de qualidade, nutricionista e veterinário. Entre essas vagas 43% solicitavam profissionais experientes, de outra feita, para 18% dos anunciantes não havia necessidade de prática. Considerando o fato de que majoritariamente as vagas eram para Alcântara, 13% dos anúncios pediam pessoas que residissem no mesmo bairro.

Mapa 8 - Distribuição do número de vagas de empregos para o nível superior, segundo a localização dos bairros – São Gonçalo-RJ



Fonte: Jornal *O Fluminense*: Classificados de Empregos – Seção D – novembro/2010 a novembro/2011.

O último mapa apresenta os classificados de empregos para diversas atividades, uma seção que no jornal aparece denominada como *outras atividades*. Nela destacam-se os bairros de Alcântara, Centro, Trindade, Nova Cidade e Camarão, respectivamente, com as seguintes vagas: 10, 3, 1, 1 e 1.

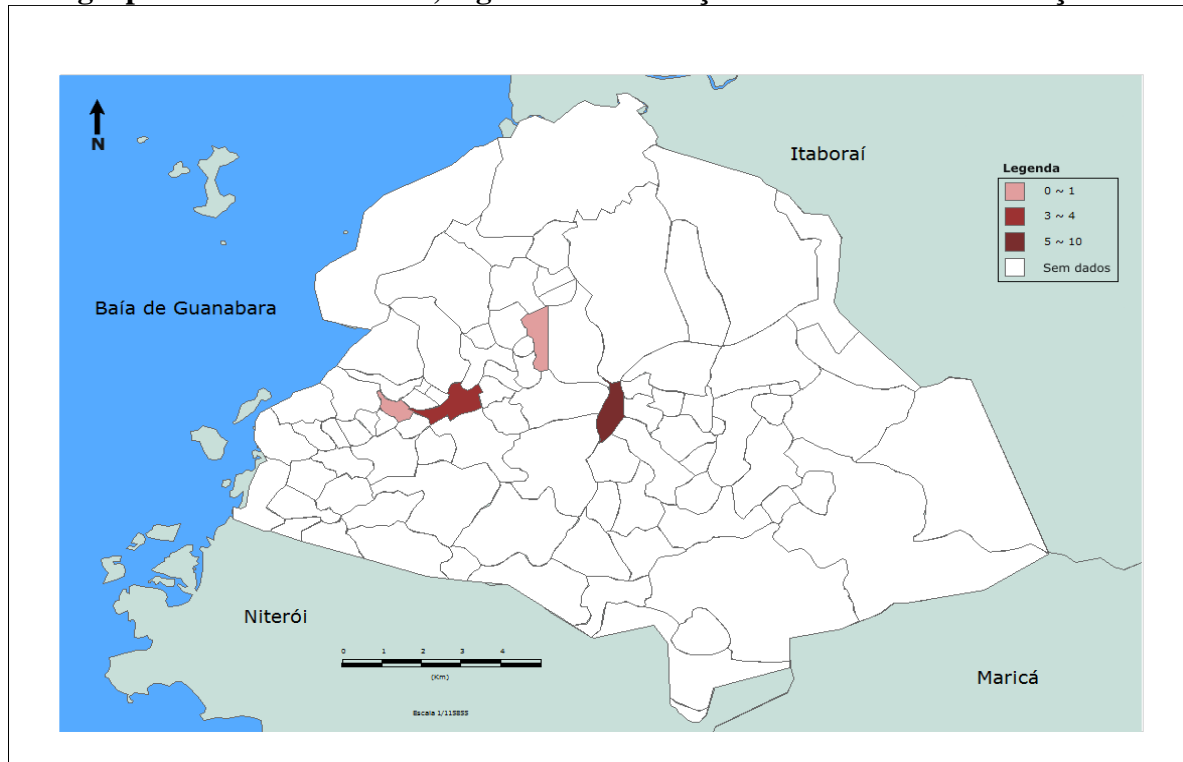
O bairro conhecido como Camarão teve o seu povoamento atrelado ao loteamento das terras do Sr. Alfredo Camarão, realizado por suas sucessoras na década de 50, quando mais de 300 lotes foram vendidos pela Imobiliária São Gonçalo. Nos dias atuais o bairro concentra várias concessionárias de veículos, um clube esportivo e diversos comércios de pequeno porte (BRAGA, 2006).

As profissões centralizadas nesses bairros foram: instrutor, motorista júnior, operador de telemarketing, panfletista, motoboy e técnico de enfermagem. Cabe ressaltar que nesse setor havia uma miscelânea de funções, que também apareciam em outras subdivisões dos classificados de empregos.

Majoritariamente os classificados de emprego apontavam para o fato de que 55% das chances eram para quem tivesse experiência, assim como demonstravam algumas

particularidades como, por exemplo, o pré-requisito de residir em São Gonçalo. Por sua vez, os operadores de telemarketing seriam contratados, caso comprovassem prática em filantropia e 5% das vagas eram destinadas aos maiores de 18 anos.

Mapa 9 - Distribuição do número de vagas de empregos para a alocação de mão de obra no grupo “outras atividades”, segundo a localização dos bairros – São Gonçalo-RJ



2.1 Considerações parciais sobre o estudo entre qualificação profissional e mercado de trabalho em São Gonçalo

Algumas conclusões parciais podem ser realizadas após a apresentação destes 8 mapas, que refletem as demandas do mercado de trabalho de São Gonçalo, a partir do levantamento e da análise dos classificados de emprego do jornal *O Fluminense*.

A primeira consideração identifica que muitos anúncios de empregos do referido jornal não especificavam os bairros das respectivas vagas, indicando somente São Gonçalo, de forma genérica, como citado anteriormente. Os valores foram contabilizados, mas para não distorcer as informações do mapa não foram marcados, pois estes dados poderiam mostrar, erroneamente, que as oportunidades de emprego existiam em todo o município.

Os três principais bairros que mais solicitaram mão de obra foram Alcântara, Gradim e Nova Cidade. Alcântara se destaca pelo comércio de roupas, localizado na Rua da Feira, pela concentração de redes de supermercados de grande porte, pela existência de diversas instituições bancárias e prédios com prestação de serviços.

Em Nova Cidade, além de um polo de moda dinâmico, existem concessionárias de motos, supermercados e um hospital particular. Já no bairro Gradim há um intenso comércio de venda de peixes (característica que se mantém desde a sua origem), casa de show, clube náutico, restaurantes, vários estaleiros ligados à construção naval e empresas que prestam serviços para os últimos.

Outro fator importante para esse crescimento é o de que os bairros possuem localizações privilegiadas, com acesso às linhas de ônibus municipais e intermunicipais, tornando-se locais de fácil acesso para o mercado consumidor.

Por outro lado, os bairros que menos apareceram nos anúncios classificados do jornal foram os de Barra das Palmeiras, Tenente Jardim, Estrela do Norte e Apolo, cada qual com uma vaga, sendo estas para alocação de mão de obra no comércio. Tal fato expressa a falta de integração e desenvolvimento econômico nos bairros do município de São Gonçalo, que são consideradas áreas de baixo dinamismo econômico.

Além da ausência da preocupação em manter o sistema informacional da prefeitura com dados inerentes ao município atualizados, pois no mapa oficial da cidade, que consta no

endereço eletrônico da Prefeitura de São Gonçalo, são demarcados 90 bairros, mas existem 92, sendo o penúltimo, o Bairro de Guaxindiba, que não foi delimitado no mapa.

Assim como o bairro Apolo, a Avenida Maricá, Bandeirantes, Rodo de São Gonçalo e Jardim Alcântara são localidades que possuem *status* de bairro, com o reconhecimento da população, além disso, constam nos classificados de empregos do jornal *O Fluminense*, mas não são bairros de fato. Segundo dados do *site* da prefeitura, há o reconhecimento de que ainda existem outros 13 locais que têm as mesmas características, mas, não há indícios de uma proposta de efetivação desses locais como bairros.

Em relação à concentração de vagas de emprego, segundo a categorização do jornal *O Fluminense*, as seções de comércio, confecção de roupas e escritório foram as que mais demandaram profissionais, configurando, respectivamente, 731, 286 e 46 vagas.

No entanto, embora os setores fossem individualizados, algumas funções, tais como: operador de caixa, operador de telemarketing, auxiliar de serviços gerais, auxiliar administrativo, entre outros, se fizeram presentes por mais de uma vez, conforme a Tabela 2, evidenciando que não havia padronização rígida ou que essas funções eram comuns a qualquer uma das classificações dos jornais.

Tabela 2 – As profissões mais requisitas nos classificados de empregos do jornal *O Fluminense*. Período de referência de novembro/2010 a novembro/2011 - São Gonçalo-RJ

Seção dos classificados de emprego	Funções
Comércio	Manicure/porcelanista, vendedor, operador de telemarketing, cabeleireira, corretor de imóveis, motorista, mecânico, cozinheiro, atendente, operador de caixa, açougueiro, auxiliar técnico de telefonia, garçom, repositor de salão, copeiro, <i>pizzaiolo</i> , peixeiro, pesquisador e frentista.
Construção civil	Pedreiro, carpinteiro, encarregado de turma, eletricista, marceneiro, mestre de obras, pintor ajudante geral madeira, ajudante de pedreiro, armador, auxiliar de topografia, bombeiro hidráulico, operador de caixa, copeiro, estagiário de engenharia, garçom, instalador de <i>insulfilm</i> , maquinista, motorista de caminhão e serviços gerais.
Confecção de roupas	Costureiras, retista, overloquista, consertista, piloto de prova, auxiliar de corte, acabadeira, cortador para tecido e malha, chefe de produção, revisora, passadeira, auxiliar de costura, assistente de produção interna, auxiliar de expedição, caseadeira/ pregar botão, estagiário de moda, estoquista, ajudante de costura, arrematadeira e assistente de salão.
Escritório	Assistente de pessoal, fiscal, recepcionista, auxiliar de escritório, atendente, auxiliar administrativo, auxiliar de contabilidade, auxiliar de departamento de pessoal, operador de telemarketing, secretária, acabadeira, analista contábil, assistente de vendas, auxiliar de escrita fiscal, auxiliar de faturamento e cobrança, auxiliar de serviços gerais, encarregado de legalização empresas, passadeira, técnico de contabilidade e vendedor.
Indústria	Marceneiro, serralheiro, auxiliar administrativo, costureiras, ajudante, ajudante de caminhão, ajudante de obra, auxiliar de produção, auxiliar de lavanderia, auxiliar de produção, auxiliar de serviços gerais, calandrista, caldeireiro, eletricista predial, encarregado de caldeiraria, encarregado de turma, extrusor, impressor, mecânico hidráulico e mecânico de manutenção.
Nível superior	Dentista, professor de inglês, médico, especialista em educação, inspetor de qualidade, nutricionista, supervisor de qualidade e veterinário.
Domésticos	Caseiro, empregada doméstica.
Outras atividades	Instrutor, motorista júnior, operador de telemarketing, panfletista, motoboy, técnico de enfermagem, auxiliar de serviços gerais, bombeiro, desenhista, eletricista, encarregado de obra, ferreiro, ladrilheiro, mecânico de estiva, pedreiro, programador, projetista, secretária, técnico de higiene bucal e tosador.

Fonte: Jornal *O Fluminense* – Tiragem dos domingos de novembro/2010 a novembro/2011.

Na seleção das ocupações que fazem parte da Tabela 2, segundo o total de vagas de emprego dos anúncios, as 20 profissões que se destacam são: manicure/porcelanista, vendedor, operador de telemarketing, cabeleireira, corretor de imóveis, motorista, mecânico,

cozinheiro, atendente, operador de caixa, açougueiro, auxiliar técnico de telefonia, garçom, repositor de salão, copeiro, *pizzaiolo*, peixeiro e pesquisador.

Foram verificadas algumas particularidades na comparação entre as profissões da Tabela 02, com os dados oficiais de admissão e demissão de empregados do CAGED (Tabela 3). Nesta última aparecem indicadas as 20 funções que mais admitiram empregados, segundo os dados do CAGED, de novembro/2010 a outubro 2011.

Tabela 3 – As 20 profissões que mais admitiram profissionais, segundo dados do CAGED Período de referência de novembro/2010 a outubro/2011 - São Gonçalo-RJ

Classificação Brasileira de Ocupações/Profissões	Sal. Médio Adm. (R\$)	FREQUÊNCIA		
		Adm.	Desl.	Saldo
Vendedor de comércio varejista	641,68	5.206	4.737	469
Operador de caixa	617,40	2.859	2.552	307
Auxiliar de escritório, em geral	680,08	1.707	1.523	184
Servente de obras	775,95	1.498	1.232	266
Atendente de lanchonete	572,33	1.451	1.192	259
Repositor de mercadorias	606,09	1.378	1.267	111
Alimentador de linha de produção	638,86	1.208	940	268
Motorista de ônibus urbano	1.252,12	1.017	980	37
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	969,40	948	802	146
Assistente administrativo	764,72	907	680	227
Faxineiro	626,31	907	754	153
Recepcionista, em geral	675,05	812	689	123
Frentista	755,77	755	669	86
Ajudante de motorista	680,63	660	599	61
Almoxarife	657,66	541	438	103
Pedreiro	1.067,54	534	488	46
Trabalhador de serviços de manutenção de edifícios e logradouros	661,46	497	447	50
Cozinheiro geral	669,40	476	417	59
Embalador, a mão	606,06	469	365	104
Trabalhador da manutenção de edificações	654,50	444	318	126

Fonte: CAGED (2011).

Embora a Tabela 3 do CAGED não tenha classificação específica indicando a que setor da economia as funções pertencem, conforme a existente no jornal *O Fluminense*, percebe-se, salvo algumas alterações de nomenclatura da profissão – tal como no caso da

função de auxiliar de serviços gerais para a função de faxineiro – que as funções são as mesmas requeridas no jornal.

Uma das justificativas para essa diferença entre os nomes das profissões do CAGED (Tabela 3) e dos anúncios pode ser explicada pelo fato de que a primeira segue as determinações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é o documento normalizador do reconhecimento (no sentido classificatório), da nomeação, da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho e, provavelmente, o jornal segue uma denominação mais reconhecida pelo cotidiano do trabalhador.

Outra observação foi a de que havia ocupações do CAGED que não tinham a mesma correspondência ou demanda no jornal *O Fluminense*, as funções correspondentes a de embalador à mão, alimentador de linha de produção e almoxarife.

Os dados do CAGED (Tabela 3) demonstram os trabalhadores que foram admitidos e desligados, sendo identificados sequencialmente pelas siglas Adm. e Desl. Tal referência é importante para entender, por exemplo, que determinados cargos, como os de manicure, cabeleireira, açougueiro e garçom estavam presentes no referido jornal, mas os mesmos não foram contemplados no CAGED.

Estas quatro funções que, segundo o jornal, mais admitiram profissionais, não se encontravam nos dados oficiais do mercado de trabalho, o que poderia evidenciar maciça participação destes trabalhadores no comércio, porém, com uma atuação atrelada, em muitos casos, ao mercado informal de trabalho.

Concomitante, verifica-se, segundo o CAGED, um expressivo contingente de profissionais com carteira assinada no comércio, entretanto, essa presença é marcada pelo pagamento de baixos salários aos trabalhadores.

Em consonância com as relações de trabalho contextualizado, segundo o boletim do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que apresenta o balanço de uma década (1998/2008) sobre o trabalho no comércio, seria possível afirmar que

no período de 10 anos que se estende de 1998 a 2008, o emprego com carteira assinada no país cresceu, mas, ao mesmo tempo, aumentou a contratação de assalariados sem carteira assinada. No Comércio – setor reconhecido por um alto grau de flexibilidade nas condições e relações de trabalho, com grande número de trabalhadores submetidos a extensas jornadas e baixos rendimentos – o quadro não foi diferente. Cerca de 20% dos assalariados não desfrutam das garantias trabalhistas asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); não têm acesso aos benefícios da previdência social, nem são protegidos por Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, como ocorre com os contratados com registro em carteira de trabalho. Em outras palavras, estes trabalhadores são privados de direitos como seguro desemprego, FGTS, 13º salário, PLR, aposentadoria, pensão e seguros

previdenciários; bem como daquelas conquistas asseguradas nas negociações coletivas (DIEESE, 2009).

Diante desse cenário, torna-se, portanto, crucial entender se a qualificação profissional (e o ensino fundamental) – no PJU compreendido como uma das alternativas de capacitação dos jovens – pode ou não contribuir para a inserção ou reinserção laboral dos ex-alunos do programa.

Isso porque, a partir da apresentação das Tabelas 2 e 3, que contêm informações sobre as profissões mais solicitadas pelo mercado de trabalho do Município de São Gonçalo-RJ, respectivamente existentes no jornal *O Fluminense* e no CAGED, pode-se avaliar que pelo menos uma das quatro ocupações dos arcos ocupacionais aprendidas no curso (Alimentação, Vestuário, Construção e Reparos I e Telemática) atende às expectativas do mercado de trabalho gonçalense.

Os alunos no PJU têm a possibilidade de aprender as funções de cozinheiro, repositor de mercadorias, vendedor, ladrilheiro, pintor, operador de telemarketing, assistente de vendas, costureiro, costureira de reparação de roupas e vendedor de comércio varejista, funções estas as mais demandadas pelo mercado de trabalho.

Os ex-alunos poderiam se candidatar a tais postos de trabalhos, porque muitos dos empregadores não exigiam experiência profissional ou comprovação de grau de escolaridade, de acordo com as análises dos classificados do jornal *O Fluminense*, fatores que seriam fortes empecilhos para a contratação dos jovens egressos do programa.

No entanto, a absorção dessa mão de obra integra o rol de trabalho simples que, de modo geral, paga baixa remuneração (Tabela 03), pois os valores pagos para tais funções no mercado formal de trabalho não ultrapassam a dois salários mínimos¹⁶.

Esta apreciação se ratifica através do artigo de Andrade (2010), *ProJovem Urbano: atitude protagonista e empreendedora como qualificação básica para o trabalho*, em que o autor analisa as intencionalidades presentes na formação inicial para o trabalho destinada aos participantes do ProJovem Urbano.

Para tal, ele explicita, a partir da perspectiva marxista, a divisão entre o trabalho simples, o complexo e os respectivos perfis destes trabalhadores, em um período marcado pelo crescimento industrial na Europa.

Ao trabalhador que realizava atividades simples e rotineiras (trabalho simples) se exigia desse operário a própria força física, aplicada a um instrumental, e quando havia a

¹⁶ O valor do salário mínimo vigente até a presente data é de R\$545,00.

necessidade de uma capacitação profissional, esta era fornecida no próprio ambiente de trabalho.

Já os trabalhadores cujas funções englobavam o trabalho complexo, (postos de comando, gerenciamento) integravam o rol das pessoas mais abastadas, portanto, as que possuíam tratamento e posição privilegiados dentro das relações de trabalho, incluindo uma educação diferenciada, de qualidade e fora do âmbito da fábrica.

Este embasamento teórico-metodológico escolhido por Andrade norteia a análise da implementação do ProJovem Urbano, marcada pela concepção de formação subalternizada do trabalhador.

De um lado, a criação do PJU, como um programa destinado à juventude brasileira, trabalhadora, pobre e pouco escolarizada, em que a educação básica (ensino fundamental) e a qualificação profissional inicial estão voltadas para a alocação de mão de obra, para a realização de tarefas inseridas no contexto de trabalho simples.

Por outro, através dos procedimentos didático-pedagógicos e do processo formativo no curso, o programa incentiva os alunos a se tornarem os protagonistas da própria inserção profissional. Mas, aceitando que esta inserção possa ocorrer de diversas formas, não necessariamente marcada pelas trajetórias formais de trabalho.

Portanto, o ProJovem Urbano estimula os alunos a se tornarem empreendedores, cooperativados, próprios vendedores de si, ou seja, instituidores de seu próprio labor e de seu sustento.

A partir dessas considerações o autor chega à conclusão de que o programa cumpre papel importante na conscientização e conformação de um “tipo ideal de indivíduo definido pela concepção do mundo empresarial” (ANDRADE, 2010, p. 8).

O indivíduo que se responsabiliza pela sua condição de existência, de trabalho, da qualidade da riqueza produzida, da capacidade de se tornar polivalente, de estar constantemente adquirindo saberes e competências novas.

Um perfil de trabalhador que se culpa pela própria incapacidade de inserção no mercado de trabalho, sem questionar o quadro de precariedade nas relações de trabalho existente no país e sobre a atuação do governo burguês em prol do crescimento do capital, em detrimento de um projeto de equidade social.

No sentido de investigar a provável inserção ou reinserção profissional, ou seja, as condições dos ex-alunos no mercado de trabalho do Município de São Gonçalo-RJ – tendo como referência a contextualização do último – é que se faz necessário compreender de que

maneira a participação no PJU pôde ou não interferir na participação dos jovens gonçalenses, egressos do programa no mundo do trabalho, a ser analisado no próximo capítulo.

3 A PARTICIPAÇÃO DOS EX-ALUNOS DO PROJovem URBANO NO MERCADO DE TRABALHO GONÇALENSE: LIMITES E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Entre limites e possibilidades de inserção profissional se trata de uma análise das entrevistas realizadas com os ex-alunos do ProJovem Urbano (PJU), do município de São Gonçalo-RJ, com intuito de compreender se a participação deles no programa e a certificação do curso contribuíram para promover a inserção ou a reinserção profissional dos mesmos.

Implica, portanto, considerar se houve alteração da situação dos jovens que estavam atuando no mercado de trabalho e se essa modificação proporcionou melhoria nas condições de vida desses gonçalenses.

Isto porque há uma lacuna na literatura sobre os resultados de programas sociais, tais como, o PJU, principalmente, no que se refere ao possível impacto do programa diretamente nas condições de trabalho e de vida dos ex-participantes do curso.

Oficialmente não havia essa indicação, mesmo considerando o Relatório de Gestão do PJU, para o biênio 2008-2010. Os dados existentes do programa, para o município em questão, evidenciavam o quantitativo de matrícula, a permanência e a certificação dos alunos, mas não davam conta da complexidade do que ocorre com estes jovens no mundo do trabalho após serem certificados.

As informações especificadas no relatório sobre o PJU em São Gonçalo demonstraram que embora a meta inicial para a matrícula no referido município fosse de 3mil vagas, apenas 2.170 jovens se inscreveram e somente 1216 participantes foram certificados.

A justificativa exposta no documento para o fenômeno da evasão no PJU era a de que os jovens já tinham vivenciado um histórico de fracasso escolar, alguns enfrentavam o problema de não ter com quem deixar os filhos; para outros faltava o incentivo por parte dos cônjuges ou dos familiares para continuar os estudos, além desses, alegavam problemas de falta de tempo e dinheiro para frequentar as aulas.

Estes foram os motivos elencados pelos alunos durante a realização dos *Survey's* (pesquisas), que categorizados no sistema de monitoramento realizado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)¹⁷ e condensados nesse relatório.

A dissertação de BLANCO (2009) corrobora para o entendimento da questão da evasão no programa, utilizando, porém, uma abordagem diferenciada. Segundo o autor, ao entrevistar os jovens que estavam fazendo a matrícula no ProJovem Urbano da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, os entrevistados já demonstravam que não permaneceriam no programa.

Os futuros alunos sabiam de antemão, por experiência de amigos e de familiares, que o ensino fundamental e a qualificação profissional fornecidas pelo ProJovem Urbano não possibilitaria a eles melhores condições de emprego, moradia, salário, enfim, de vida.

Contrariando assim as expectativas do programa de que os alunos prosseguiriam no curso diante das vantagens elencadas pelo PJU, entre elas, a conclusão do ensino fundamental em 18 meses, independentemente, da comprovação do grau de escolaridade anterior, além de outras vantagens, como a gratuidade¹⁸ de alimentação, o uniforme, o material didático próprio e flexível, a qualificação profissional integrada ao ensino básico e o recebimento de uma ajuda de custo de R\$100,00 mensais.

Nas considerações finais, Blanco (2009) chegou à conclusão de que havia uma explicação plausível para o elevado número de alunos evadidos no programa. Embora, o ProJovem Urbano tivesse pontos positivos, no que se refere ao direcionamento de políticas para a juventude pobre, com pouca ou nenhuma escolarização, não existia uma articulação com outros programas sociais, tais como, programas de saúde, trabalho, habitação e distribuição de renda, fatores que viabilizassem uma mobilidade social real e desejada pelos alunos, como o aumento de rendimentos e a melhoria nos status social.

Entretanto, para entender os efeitos do programa sobre a vida laboral dos ex-alunos do programa, *a priori*, foi necessária a realização, como visto no capítulo anterior, de um estudo do comportamento do mercado de trabalho, do referido município, através da análise dos classificados de emprego do jornal “*O Fluminense*” e das informações de admissão e desligamento de empregados do CAGED.

¹⁷ UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) é a responsável pelo sistema de monitoramento e avaliação do ProJovem Urbano no município de São Gonçalo-RJ (e para todo o Estado do Rio de Janeiro).

¹⁸ Foi oferecida em alguns municípios como, por exemplo, o de São Gonçalo, a partir da realização de um convênio com as empresas privadas de transporte rodoviário, que circulavam no município acesso o gratuito aos alunos do PJU, para diminuir o índice de evasão nas aulas.

Este estudo permitiu concluir preliminarmente que os ex-alunos têm a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que muitas funções apreendidas no curso de qualificação profissional são as mesmas solicitadas pelo jornal, como observadas no quadro de admissão do CAGED (Tabela 03), para o município de São Gonçalo-RJ. Isto por que, muitos empregadores não solicitam dos candidatos a comprovação de experiência para a contratação do empregado.

Porém, entendemos que a constatação da inserção ou reinserção laboral dos alunos egressos do PJU só pode ser concretizada quando as vozes desses jovens forem explicitadas, uma série de entrevistas postas em diálogo com as perspectivas de análise adotadas na presente dissertação.

As entrevistas ocorreram em três etapas: a primeira entrevista foi concedida pelos ex-estudantes, no dia 12 de dezembro de 2010, a partir das 18h, momento da formatura simbólica do PJU; a segunda, efetivada a partir de agosto de 2011, com o envio de uma pesquisa postada como carta social nos Correios; e, a última, por entrevistas, quando as correspondências não tinham sido respondidas.

Antes da demonstração propriamente dita dos resultados das entrevistas com tais jovens, é fundamental relatar as observações de alguns fatos que aconteceram durante a pesquisa de campo, ou seja, sobre o ambiente no *lócus* onde foi realizada a entrevista com os alunos.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999), as vantagens da observação decorrem da possibilidade de:

a) independente do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite checar, na prática, a sinceridade das respostas que, às vezes, são dadas só para “causar boa impressão”; c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir; e d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 164).

As observações são não estruturadas, aquelas que segundo os autores permitem maior flexibilidade para relatar os fatos como eles acontecem, “visando descrever e compreender o que está ocorrendo numa dada situação.” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 164).

Dito isto, o primeiro contato com os alunos aconteceu na festa de encerramento das turmas iniciadas em 2008, no espaço localizado na Avenida Lúcio Tomé Feiteira, nº 260 - Vila Lage/SG, mediado pela colaboração da então Coordenadora Municipal do ProJovem

Urbano de São Gonçalo-RJ, que liberou o acesso e a permanência nas dependências da quadra, onde se realizou a formatura simbólica de encerramento do curso.

A mesma foi muito solícita e indicou alguns alunos para serem entrevistados, considerados por ela como modelos, ou seja, aqueles alunos que se destacaram entre os demais, que gostaram de participar do ProJovem Urbano e que se identificaram totalmente com a proposta do programa.

A coordenadora também apresentou alguns professores que poderiam recomendar seus ex-alunos para a entrevista, mas, na realidade, poucos se interessaram em ajudar, pois muitos estavam descontentes com o atraso salarial, que era de aproximadamente quatro meses. Portanto, os profissionais participavam do evento para saber quando iriam receber os salários atrasados, tendo em vista que algumas turmas estavam se formando, mas outras permaneciam em pleno período letivo e os professores continuavam trabalhando sem receber.

A justificativa para tal situação, dada pela coordenação municipal, segundo relato dos professores, era a de que o município havia trocado de Organização Não-Governamental¹⁹ (ONG) – e a mudança na execução do programa provocou dificuldades para o pagamento dos vencimentos atrasados e a impossibilidade de assinar a carteira dos docentes.

Independentemente do descontentamento dos educadores do ProJovem Urbano no município de São Gonçalo, em função das condições precárias de trabalho, situação declarada por um professor de matemática que havia trabalhado anteriormente comigo no ProJovem (original), este mesmo professor apresentou alguns dos seus ex-alunos para serem entrevistados.

A presença desse docente foi fundamental, porque muitos dos ex-alunos, ao chegarem para cumprimentá-lo, logo eram a mim apresentados, assim como, ao objetivo da pesquisa. Apesar da colaboração, incentivo e insistência do professor, muitos dos jovens não estavam dispostos a cooperar, o que provocava certa frustração no educador, ao perceber que os seus “indicados” não queriam ser entrevistados.

Mas este comportamento se justificava por vários motivos, entre eles, pelo fato de que não era uma participação obrigatória, não havia nenhum vínculo com a Coordenação Municipal ou Nacional do ProJovem Urbano, aquele era um dia de festa, de descontração e não de responder a um questionário.

¹⁹Contratação da ONG Semear.

A maioria dos jovens estava bem vestida, alguns trajando roupas do gênero esporte fino, assim como seus familiares, pois era um dia de formalização de uma conquista, momento de celebração pelo fato de terem conseguido concluir mais uma etapa da vida – o término do ensino fundamental.

Alguns jovens chegaram de táxi, enquanto a maioria veio de ônibus. Muitos vinham apressados, esbaforidos, achando que estavam atrasados para a formatura e se justificavam alegando que por esse motivo não poderiam falar, embora tivessem sido avisados de que o evento ainda não havia começado.

Mesmo ciente de que o dia era inapropriado para coletar dados junto aos jovens, esse dia era estratégico para a continuidade da pesquisa, porque se constituía em uma oportunidade única de ter a presença de vários participantes do programa, reunidos em um só lugar – ainda que o objetivo da dissertação não fosse o de fazer uma pesquisa primordialmente quantitativa.

Mas ali se estabeleceria o primeiro contato da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa, uma ocasião adequada para conseguir os endereços e os números de telefone dos alunos a fim de prosseguir a segunda etapa da entrevista.

Nesse contexto, 30 alunos responderam positivamente que participariam das entrevistas, dentre 1216 jovens²⁰ que estavam se formando, mas, independente do número reduzido de entrevistados, as respostas expressaram não apenas uma variedade de informações, mas também permitiram coletar algumas expressões.

As entrevistas foram semiestruturadas, com “perguntas específicas”, mas também com o propósito de “que o entrevistado responda em seus próprios termos” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 168).

O primeiro questionário destinado aos alunos continha 15²¹ perguntas, divididas em quatro blocos, a fim de verificar, respectivamente, a identificação dos alunos; a participação destes no âmbito da escola formal ou em cursos; a atuação cidadã, em grupos que representassem as demandas dos jovens por saúde, educação, lazer, entre outros; e, por último, a situação destes no mercado de trabalho.

Muitas destas perguntas do questionário do aluno constavam nos *survey's*, realizados pelo CAED²², aplicados pela equipe da UNIRIO, nas escolas onde ocorreram as

²⁰ O cicerone da festa anunciou na abertura da formatura que 1.300 estavam se formando, mas, de acordo com o Relatório de Gestão do PJU de 2008-2010, o quantitativo oficial era de 1.216 jovens certificados.

²¹ Anexo I – Roteiro de entrevistas para ser realizada com os alunos.

²² Anexo II – *Survey*. Questionário do aluno

aulas do PJU, com o propósito de demonstrar o perfil socioeconômico dos participantes do programa.

Elas foram utilizadas na pesquisa para amenizar as prováveis tensões, em caso de perguntas diretas sobre a condição laboral dos jovens, sobre quanto eles recebiam mensalmente (e se recebiam), posto que muitos jovens mostravam-se receosos em informar dados dessa magnitude, temendo que essas informações viessem a interferir negativamente no recebimento da ajuda de custo paga pelo programa, ou no cancelamento do pagamento da bolsa família, benefício que muitos deles recebiam.

Logo nos momentos iniciais houve uma grande incompreensão acerca do objetivo da pesquisa, pois por mais que fosse explicado aos alunos do que se tratava e quais eram as perguntas, eles indagavam repetidamente sobre para que “serviria” a entrevista.

Na realidade os alunos queriam saber qual benefício eles receberiam em troca de serem entrevistados, se era dinheiro, uma proposta de emprego ou cesta básica contendo mantimentos, desse modo, muitos alunos não quiseram ser entrevistados ao saber que não ganhariam nada.

Outros, porém, achavam que conceder a entrevista era uma das etapas para verificar se o programa teria alunos para a continuidade do ProJovem Urbano, mas em novo formato, voltado para o atendimento de jovens que desejavam concluir o ensino médio, já que no local havia potenciais participantes para esse nível de escolaridade.

A extensão do ProJovem Urbano para o atendimento ao ensino médio era um rumor recorrente, desde o ProJovem (original)²³, discurso utilizado pela equipe municipal, repetido pelos educadores aos alunos como forma de tentar diminuir os índices de evasão dos estudantes do curso e mantê-los participando do programa.

Alguns alunos vinham perguntar de que se tratava a minha presença, pois como me posicionei na entrada da quadra, eles acharam que era necessário identificar-se para verificar, na lista, se a presença deles estava confirmada para o evento, porém, ao saberem de que se tratava de uma entrevista, muitos saíam com uma expressão de insatisfação e falavam: - *Ah tá...*

Os que aguardavam para serem entrevistados, quando olhavam a ficha (com as 15 questões) achavam que iriam perder muito tempo escrevendo, embora fosse explicado a eles

²³ Como já dizia uma falecida coordenadora pedagógica do ProJovem original em Acari/Fazenda Botafogo/RJ: “Programa é número, precisa de alunos, se não tiver alunos o núcleo fecha e todo mundo vai para rua. E quem não quiser ficar, a fila anda, a lista de espera é grande, está cheio de professor aí fora querendo trabalhar”.

queeu preencheria as perguntas, mediante as respostas. Por fim, os alunos reclamavam um pouco, mas, quando acabava, exclamavam: - *Já!!!*

Muitos pais dos alunos incentivavam seus filhos a conceder a entrevista, demonstrando um enorme orgulho por eles estarem se formando, achando que era importante e imponente que seus filhos respondessem o questionário, independentemente de saberem do que se tratava e para quê, apesar disso, poucos jovens quiseram responder.

Outros pais se mostravam indignados com os filhos por ainda estarem terminando o ensino fundamental, revelavam que seus filhos pararam de estudar por preguiça, ou por não quererem se matricular sozinhos, querendo que alguém o fizesse por eles.

O estudo de Neri (2009) sobre os motivos da evasão escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos elenca três motivações que justificam o abandono escolar, principalmente, para aqueles de baixa renda, são eles: a falta de consciência do alto impacto exercido pela educação em uma melhor inserção trabalhista e no aumento de renda; a deficiência de oferta da cobertura universal de ensino médio (seja pelo número reduzido de vagas nas escolas ou pela dificuldade de acesso a elas) e a ausência de interesse dos jovens em estudar.

Há controvérsias nessas justificativas, segundo Carmo (2011), a falta de interesse dos jovens em estudar, apontada por Neri, preconiza a ideia de um jovem pobre, que não estuda por irresponsabilidade, preguiça e não tem perspectiva de vida.

Uma visão negativa e tendenciosa sobre essa parcela da juventude pauperizada, que condiz com a premissa da Teoria do Capital Humano, confirmando “uma correlação positiva entre o grau de educação possuído por um indivíduo e os seus rendimentos pessoais” (CARMO, 2011, p.7).

Trata-se, portanto, de uma visão economicista, ou seja, de atribuir aos próprios jovens e suas famílias a falta de interesse pelos estudos, desconsiderando outros condicionantes, que envolvem as questões políticas, econômicas e sociais adotadas no país para que esses jovens interrompam a trajetória escolar.

Efetivamente, o motivo pelo qual os alunos pararam de estudar não faz parte desta pesquisa, embora o PJU seja considerado como uma das modalidades de EJA, programa no qual os jovens gonçalenses retornaram aos estudos para terminar o ensino fundamental, após um longo período de afastamento das instituições de ensino.

Congregando os dados coletados durante as entrevistas, os formandos tinham a faixa etária compreendida entre 20 e 30 anos. A maioria destes estudantes, cerca de 60%, era do sexo feminino, 30% destas estudantes vivenciaram a maternidade de forma precoce, possuindo filhos menores de idade, o que contribuiu (segundo relato das alunas) para

dificultar o acesso e a permanência nas escolas, uma vez que não tinham com quem deixar os filhos.

Apesar de outros motivos para a evasão escolar, tais como, doenças, trabalho, dificuldade para se formar e falta de ajuda de custo; 30% dos jovens indicaram que não encontravam nenhum empecilho para estudar.

Diametralmente oposto ao último caso, vale destacar que aproximadamente 70% dos alunos, ou seja, a maioria dos jovens, não expressou desinteresse pelos estudos, apontando para a intenção de fazer o ensino médio, ressaltando que ainda não haviam se matriculado na escola porque não dispunham ainda do histórico escolar, que seria disponibilizado pela Coordenação Municipal do PJU aos ex-alunos em outro dia.

As causas para a saída da escola foram diversas – e as estatísticas comprovam a última série concluída pelos jovens antes de participar do PJU –, 35% dos entrevistados interromperam a trajetória escolar na 5ª série (atual 6º ano do ensino fundamental); respectivamente, 30%, na 6ª série (atual 7º ano); 20%, na 7ª série; 10%, na 8ª série incompleta (9º ano); e 5% tinham até a 4ª série. Eles retornaram aos estudos no programa, segundo os jovens gonçalenses, para: “*Recuperar o tempo perdido*”.

As aulas do PJU em São Gonçalo-RJ aconteceram em 16 núcleos, localizados nas escolas da rede municipal, no entanto, uma escola poderia conter mais de um núcleo, dependendo do número de alunos matriculados e da infraestrutura da escola.

As aulas também poderiam acontecer na mesma escola em que houvesse turmas de EJA, fornecidas pelo referido município, mas, como não tivemos acesso ao nome e a localização desses núcleos junto à Coordenação Municipal do PJU, onde ocorrem às aulas, foi preciso encontrar uma alternativa para obter esta informação.

Devido à dificuldade de conseguir informações oficiais sobre o PJU, no questionário do aluno havia a pergunta sobre onde ele havia feito o curso e, através das respostas, contabilizamos 10 escolas, no entanto, somente 9 delas estão demarcadas, conforme exposto no mapa 10.

Isto porque no site oficial da Prefeitura de São Gonçalo, a Escola Municipal Pastor Aroldo Gomes não constava na lista dos colégios da rede, talvez por ter sido recentemente municipalizada ou inaugurada.

As escolas mapeadas (Mapa 10) não estão localizadas necessariamente no mesmo bairro de residência dos alunos, 43% dos alunos estudavam em bairros distantes de casa, 36% estudavam no mesmo bairro, 4% dos alunos indicaram endereços que não faziam parte da

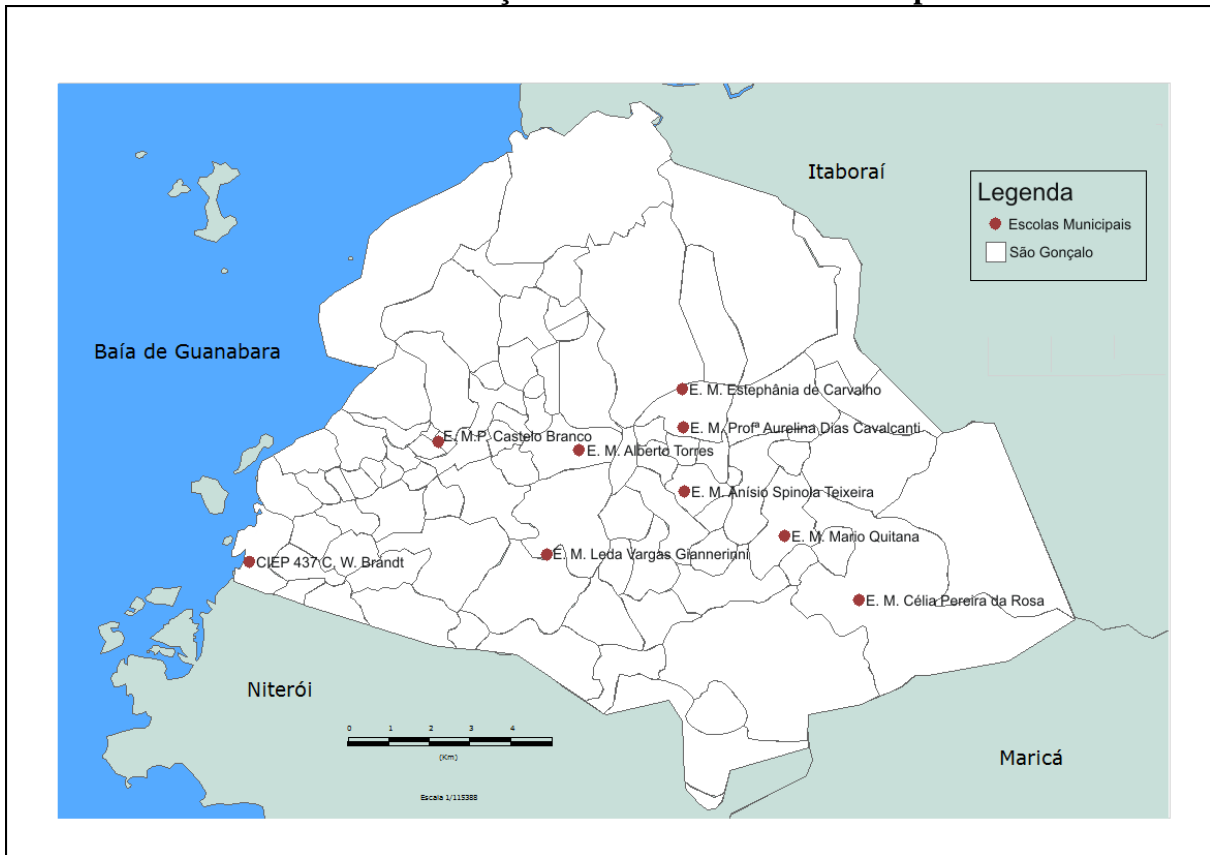
listagem dos correios e 17% das escolas citadas pelos alunos não constavam como sendo da rede municipal²⁴.

A Coordenação Municipal concedeu o *Rio Card*²⁵ para evitar que os jovens abandonassem as aulas por falta de condições financeiras, a fim de custear as passagens para chegar às escolas, pois a maioria dos alunos estudavam em outros bairros, que não o de origem do logradouro, tornando-se, portanto, uma das estratégias empregadas pela equipe municipal do programa para reduzir o elevado índice de evasão do curso.

²⁴ O nome e o endereço completos das escolas foram localizados no site <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/escolas.php>, com acesso em 5/12/11.

²⁵ Propaganda do PJU no Município de São Gonçalo contida no *site* oficial do programa: <http://www.projovem.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Noticias&cod=750>, com acesso em 5/12/11.

Mapa 10 – Núcleos do ProJovem Urbano no município de São Gonçalo-RJ, segundo o nome e a localização das escolas da rede municipal



Fonte: Entrevista com os ex-alunos do PJU, ocorrida no dia 12/12/2010 – Galpão do PJU – Vila Lage/SG.

A concentração dos núcleos do programa é adjacente aos bairros de Alcântara, Centro e Neves, que são os centros econômicos dinâmicos do município, tal como foi demonstrado pela explanação do processo histórico de ocupação e formação econômica desses bairros, assim como pela demonstração das demandas dos classificados de empregos contidos na Tabela 02 (capítulo 2), privilegiando as mesmas áreas da cidade que já despontam economicamente.

Entretanto, em busca de maiores oportunidades de emprego, 10% dos jovens estavam fazendo outros cursos profissionalizantes para os cargos de auxiliar de mecânico de auto, cabeleireiro e pedreiro, ocupações diferentes da qualificação profissional do programa.

Uma das explicações dadas pelos alunos para essa diferença de formação profissional feita no PJU era a de que: “*Meu sonho é ser mecânico*”, “*Gosto de lidar com cabelo*”, “*Quero ser pedreiro pra trabalhar no COMPERJ²⁶*”, já os demais não apresentaram

²⁶COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro se trata do empreendimento da Petrobras, que está sendo feito no município de Itaboraí- RJ

expectativas de que fariam outros cursos de qualificação profissional, fora ou dentro da área aprendida no PJU.

O questionário contém outras abordagens sobre, por exemplo, a participação dos alunos em algum grupo de organização juvenil, dado importante para o conhecimento do grau de envolvimento destes jovens com outras demandas, como lazer, religião, política entre outras. Assim, 55% dos 30 jovens entrevistados não integravam nenhum grupo, 35% frequentavam uma instituição religiosa, demonstrando que as igrejas têm se tornado um pólo centralizador de muitos jovens. Já os últimos 10% participavam de grupos de capoeira, pagode e punk.

Efetivamente, os indicadores das condições dos estudantes frente ao mercado de trabalho, os dados relacionados ao período em que eles estavam estudando e a condição atual (no dia da formatura), indicaram que 46% dos jovens estavam desempregados durante o curso, fato que aumentou, pois no término do programa 56% dos jovens não estavam trabalhando.

Implica considerar que também houve redução percentual de participação dos jovens em trabalhos instáveis, ressaltando a dificuldade dos mesmos até com relação a inserção laboral em postos de trabalho precários.

No que se refere aos rendimentos recebidos mensalmente, 60% confirmaram não possuir nenhuma renda, 30% recebiam até 1 salário mínimo, no valor de R\$580,00 e 10% revelaram que tinham vencimentos entre R\$800,00 e R\$1.000,00.

Os dois últimos itens são fundamentais para o entendimento de que a maioria dos jovens está sem ocupação e fonte de renda, o que revela um grave problema, pois eles fazem parte da população economicamente ativa (trabalhando ou procurando emprego) e muitos possuem filhos.

Diante dessas condições precárias, 33% dos entrevistados afirmavam que recebiam bolsa família, distribuição de renda fornecida pelo governo, que se somava à ajuda de custo disponibilizada pelo PJU (no valor de R\$100,00), com a finalidade de diminuir os efeitos da pobreza, pelo menos provisoriamente, até que os alunos tivessem condições de se auto-sustentarem após a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Segundo 53% dos jovens, essa entrada tem sido dificultada porque eles não concluíram o ensino médio, devido a diversos fatores explicitados anteriormente, argumento que se revela em falas, quase uníssonas, tais como: *“Eu não tenho estudo”*. A falta de certificação do grau de escolaridade acaba se tornando um dos maiores entraves encontrados pelos jovens para concorrer a uma das vagas dos postos de emprego.

Talvez seja esse o motivo capaz de explicar a escolha do arco ocupacional de Telemática para a qualificação, por parte de 53% dos alunos, uma vez que essa é uma das funções (tal como registramos anteriormente) que absorve expressivo contingente populacional, mesmo sem experiência, conforme ratificado nas informações coletadas e demonstradas, tanto no jornal *O Fluminense* quanto no CAGED (capítulo 2). Já entre os outros estudantes, 24% optaram pelo arco de Alimentação, 6% pelo de Vestuário e 17% pelo arco de Construção e Reparos I.

É notória a fragilidade laboral, econômica e a dificuldade dos jovens gonçalenses em conseguir um emprego, as vagas são ínfimas, considerando a enorme demanda; no entanto, há casos, como os de 17% das alunas, que não pretendem trabalhar porque os cônjuges não permitem, uma delas chegou a relatar com um tom de orgulho: *“Meu marido é muito ciumento e não quer que eu trabalhe fora de casa”*.

As entrevistas evidenciam o perfil socioeconômico dos alunos, embora muitas perguntas não fossem destinadas ao alvo da pesquisa, elas serviram para demonstrar que embora sejam jovens, pobres, pouco escolarizados, participantes do PJU, no município de São Gonçalo, eles também representam um grupo heterogêneo em necessidades e especificidades.

Segundo Novaes (2008) essa heterogeneidade se manifesta em diversas formas, que perpassam pelas condições socioeconômicas, pela questão de gênero, além de preconceito, discriminação, orientação sexual, pertencimento associativo, *lôcus* de moradia, entre outros.

Nesse sentido, podemos afirmar que a autora confirma a existência não de uma juventude, mas de juventudes, considerando:

diferentes segmentos juvenis formam um complexo caleidoscópio no qual se entrelaçam indicadores sociais reveladores. Desigualdades sociais, retro-alimentadas por determinados preconceitos e discriminações, produzem distintos graus de vulnerabilidade juvenil (NOVAES, 2008, p. 7).

Jovens que vivem com “medo de sobrar” no mercado de trabalho, cada vez mais limitado e instável, em que os mais pobres, as mulheres, os moradores do campo e das áreas urbanas não-metropolitanas são os mais fortemente acometidos pelo desemprego e acabam se tornando vítimas do algoz mercado de trabalho informal.

Além do fato de os jovens serem acometidos pela violência, pelo tráfico de drogas, ora como vítimas constantes, ora como autores dos elevados casos de mortes por homicídios, lesões corporais dolosas, roubo, estupro, além disso, também vivenciam o “medo de morrer”.

Registramos um misto de “medo de morrer” e “medo de sobrar” em nossa pesquisa, independente da não utilização das mesmas denominações por Cordeiro (2009), autor que estudou os jovens pobres do município de São Gonçalo-RJ, em particular os moradores do bairro de Jardim Catarina, considerados como jovens-problema, principalmente, quando os casos eram relatados nos jornais locais.

Por exemplo, as manchetes do Jornal *O São Gonçalo* destacavam os inúmeros casos de envolvimento dessa juventude com os meios ilícitos de sobrevivência e nas elevadas taxas de violência.

Para essa juventude, segundo Cordeiro (2009), havia uma alocação no sistema escolar precarizado, assim como, nos vínculos de trabalho e de vida no bairro. Uma juventude marcada por trajetórias de precariedade, sendo, por isso, taxados como jovens-problemas, jovens largados, jovens so(m)brantes.

Foi para esse público-alvo vulnerável que o PJU foi criado, para essa juventude pauperizada, imersa em um mundo de incertezas quanto à perspectiva de prosseguir nos estudos e entrar no mercado de trabalho.

E, para compreender esse fenômeno, seguimos para a segunda etapa da entrevista ocorrida no mês de agosto de 2011, aproximadamente 6 meses depois do primeiro contato com os ex-alunos na formatura simbólica, quando iniciamos o envio de cartas para as residências dos jovens que haviam sido entrevistados em dezembro do ano anterior.

A emissão dessas correspondências tinha como objetivo geral verificar se os jovens estavam trabalhando ou estudando, mas também poderia constatar se os endereços foram informados corretamente, em função da necessidade de ir às residências dos alunos para continuar a pesquisa. As correspondências serviriam também como um termômetro, para saber em que medida os ex-alunos estavam dispostos a cooperar com a pesquisa, concedendo as entrevistas.

Desse modo, as correspondências foram enviadas para os ex-estudantes como carta social, a fim de baratear os custos com a postagem do questionário do aluno. No envelope continha o questionário e no verso da folha uma mensagem, indicando o motivo da pesquisa (e a continuidade da entrevista), além de um envelope selado, preenchido com os endereços do remetente (aluno) e destinatário (pesquisadora), para facilitar a resposta por parte dos ex-participantes do PJU, a fim de que os mesmos respondessem sem despesas.

Foram enviadas 90% das cartas porque os demais logradouros não faziam relação com os bairros indicados pelos jovens na primeira entrevista. Assim como houve uma demora

no retorno das respostas, *a priori*, porque os carteiros entraram em greve, o que dificultou tanto a entrega das cartas para os alunos, quanto o recebimento das mesmas.

Como a greve prosseguiu por vários dias, criou-se uma determinada apreensão e dúvida quanto ao fato de os jovens terem recebido (ou não) as cartas, se o endereço estava errado ou se eles não estavam dispostos a responder.

Em um percentual de 90% das cartas, 4% estavam com o número da residência errado, retornando para o remetente; somente 4% das correspondências foram respondidas, as demais não foram reenviadas, o que causou ora dúvida e frustração, ora alívio.

A dúvida ocorrera pela incerteza de que a empresa dos Correios não tivesse realizado a entrega de todas as cartas, frustração porque os alunos não responderam ao questionário e alívio, pois pretendíamos reservar um espaço da UERJ/FFP para receber estes alunos, a fim de continuar a entrevista – e se eles não postaram as cartas também não deveriam comparecer à reunião.

Aliado ao sentimento de decepção surgiu o medo de que os alunos não quisessem responder ao questionário porque não receberiam nada em troca, como especificado na primeira entrevista, eles queriam saber o que ganhariam por colaborar, se seria uma cesta básica, ou a indicação de um emprego, entre outros.

Este receio de ter que compensar os ex-participantes do programa, sem saber com o que – e se era correto recompensá-los – bloqueou a continuidade da entrevista com os alunos, protelando a conclusão desse terceiro capítulo e de todo o trabalho dissertativo.

O reduzido número de correspondências respondidas pelos ex-alunos causou ainda mais receio quanto à possibilidade de conseguir entrevistar os jovens, porque, de certa forma, o não retorno das pesquisas demonstravam que os egressos do programa não tinham a intenção de ser entrevistados.

Depois da exposição desse temor para a minha orientadora, a mesma me aconselhou a ser franca com eles. Seria necessário explicar que através das entrevistas, ou seja, a partir das vozes dos ex-egressos, mostraríamos os limites do programa, em relação às suas declaradas intenções de ampliar as possibilidades na inserção laboral dos ex-participantes do PJU.

A oportunidade de esclarecer os objetivos da pesquisa, uma vez que se tratava de um diálogo entre eles e uma professora, uma trabalhadora, que motivada a dar continuidade à sua formação, entendia a pesquisa como uma forma de contribuir para que políticas públicas fossem ampliadas, a partir das demandas da classe trabalhadora.

Chegando a casa, repensando a conversa com a orientadora foi que, enfim, realizamos algumas ligações telefônicas para os ex-alunos, com o intuito de explicar o objetivo da pesquisa, saber se eles estariam dispostos a nos receber na residência deles e nos conceder uma entrevista.

O contato telefônico também se justificou porque excetuando o percentual das correspondências que retornaram respondidas e as reenviadas ao remetente, para 92% das cartas não obtivemos resposta.

A ida à residência dos ex-alunos marcada pela indefinição, devido a não confirmação dos endereços dos ex-participantes do programa, sem saber se eles ainda moravam no local, se eles queriam ser entrevistados, se eles estariam em casa no momento da visita, entre outros motivos, nos impulsionaram a ratificar a importância da ligação para os jovens antes de ir as suas casas.

Para efetuar as ligações *a priori* houve uma classificação entre os números dos aparelhos telefônicos, a partir dos dados disponibilizados no dia da formatura simbólica, considerando que entre os números, 53% eram de telefones fixos, 40% de celulares e 7% dos ex-estudantes declararam que não tinham telefone.

Durante as discagens (tanto para telefones fixos quanto para os móveis) foi verificado o fato de que a maioria dos números disponibilizados pelos ex-alunos era inexistente, segundo mensagem eletrônica enviada pelas operadoras de serviços telefônicos.

Essas mensagens poderiam ser decorrentes de constante mudança, tanto de aparelhos telefônicos móveis, quanto do cancelamento das linhas telefônicas para os números fixos e ou dos celulares.

Após várias tentativas, registrando as ligações para os telefones que chamavam sem que ninguém atendesse, além de outros números inexistentes, percebemos que 4% dos ex-alunos haviam informado o número de parentes (não moravam no mesmo local), não sendo possível contactá-los porque estavam trabalhando e não nos foi disponibilizado por parentes um outro contato.

Para os outros números existentes, 11% dos ex-estudantes atenderam às ligações e sinalizaram positivamente, manifestando a vontade de nos conceder uma entrevista, uns marcaram a entrevista na própria residência, mas a maioria optou por nos encontrar em lugar próximo de sua moradia.

A entrevista concedida fora da casa dos jovens pode ser interpretada como uma forma de autopreservação, o medo de abrir as portas para quem eles conheciam superficialmente, a vergonha de mostrar suas casas, entre outras causas.

A priori, todos os ex-alunos contactados por telefone nos permitiram gravar as suas respostas e ou suas imagens, isso depois de muita conversa e ressaltando o fato de que haveria uma autorização²⁷ para que os ex-alunos assinassem, tomando ciência de que as entrevistas seriam utilizadas exclusivamente na presente dissertação.

Embora tivéssemos um roteiro a ser seguido para as entrevistas, os ex-alunos estavam livres para se expressar como quisessem – o que facilitou a conversa, com algumas respostas fluindo antes das perguntas, feito que, se de um lado interferiu na sequência das perguntas, por outro, quebrou o gelo da entrevista, impedindo a possível tentativa de uma delimitação da resposta ou uma influência da pesquisadora sobre as falas dos ex-alunos.

No início da conversa com os ex-participantes do PJU houve a reapresentação da pesquisadora e do objetivo da pesquisa, alguns deles disseram que se lembravam do dia do nosso primeiro encontro, outros me confundiram com os funcionários da Coordenação Municipal do programa.

Para a exposição das condições dos jovens no mercado de trabalho optamos por demonstrar as três etapas da pesquisa²⁸, a metodologia utilizada foi a comparação entre as respostas dos alunos dessas fases.

Cabe ressaltar que todos os entrevistados foram preservados quanto a sua identificação, com respeito aos dados pessoais, como o endereço e o contato telefônico, sendo chamados por codinomes, a fim de manter a confiança em mim depositada e a integridade dos jovens.

3.1 João – em busca de uma vaga de emprego

Desse modo, o ex-aluno João foi o primeiro entrevistado²⁹, ele concedeu a entrevista na Praça do Galo Branco, lugar próximo à residência dele. A praça era um local arborizado, com bancos de alvenaria, brinquedos de madeira (escorrego e balanço) e um coreto posicionado na parte central.

²⁷ Anexo III – Modelo de autorização para a utilização das entrevistas somente para fins da pesquisa da dissertação.

²⁸ A primeira entrevista ocorreu no dia da formatura do PJU, em dezembro de 2010, a segunda, com o envio da pesquisa para a residência dos ex-formandos, a partir de agosto de 2011, e a última entrevista realizada com os ex-alunos em janeiro de 2012. Cabe ressaltar que nem todos responderam as cartas, portanto, somente foi demonstrado o resultado da primeira e da terceira etapa das entrevistas.

²⁹ Anexo IV – Questionário do aluno, roteiro para as entrevistas.

A praça ficava num terreno, à margem da rua principal, por onde passavam os carros de passeio, as linhas de ônibus Galo Branco, com os números 530 e 10, respectivamente, que faziam os trajetos Niterói/Colubandê e Alcântara/Colubandê.

A praça era, portanto, um local movimentado e barulhento, vozerio ampliado pela existência de equipamentos sonoros que divulgavam o comércio da redondeza, instalados em dois postes de iluminação pública da praça.

Antes da entrevista, durante o contato telefônico, ele se mostrou favorável à gravação, mas, ali na praça, afirmou que não gostaria de ter a sua entrevista gravada. Embora tivéssemos mostrado a autorização e reafirmado o compromisso de apenas utilizar a filmagem ou gravação para a apresentação de dados coletados para a dissertação.

A resposta permaneceu negativa, mas tal fato não impediu a realização da entrevista, só não nos foi possível mostrar, na íntegra, as falas e o vídeo do aluno. Desse modo, realizamos a entrevista, chegando a casa, comparamos as duas entrevistas, uma cedida no dia da formatura, em dezembro de 2010, e outra na Praça do Galo Branco, em janeiro de 2012; comparação que nos permitiu, posteriormente, analisar a situação de João no mercado de trabalho, depois de ter se formado no ProJovem Urbano.

João foi um dos alunos apresentados pela ex-Coordenadora Municipal do PJU, no dia da formatura simbólica, evento que ocorreu numa quadra localizada no bairro de Vila Lage, onde também ficava o escritório da coordenação do programa.

João nos foi indicado, por ter sido um dos estudantes que havia se destacado no ProJovem Urbano. Além de aluno exemplar, era considerado um artista, fazia parte de um grupo de *Rap*, assim, por tais motivos, representaria o PJU de São Gonçalo-RJ, com a apresentação de uma composição musical, em um evento nacional do programa em Brasília.

Antes de estudar no PJU, o músico tinha terminado a sétima série (8º ano). No programa estudou na Escola Municipal Alberto Torres, situada na Avenida Maricá, s/nº, no bairro Mutondo, avenida transversal à rua em que ele mora, representando assim, um dos 36% de alunos que estudavam no mesmo bairro da residência.

No dia da formatura explicou que não encontrava nenhum empecilho para estudar, argumentando com ardor que desejava fazer a faculdade de Educação Física, expressando desde aquele momento o seu desejo de continuar a estudar.

Em relação à ocupação e renda, o jovem trabalhava no mercado informal, recebendo em média R\$200,00 mensais, o que correspondia, em dezembro de 2010, aproximadamente a 40% do valor do salário mínimo, à época, de R\$510,00.

Por isso a bolsa paga pelo programa foi deveras importante, principalmente, para um rapaz com 20 anos de idade, filho de pessoas de baixa renda, ganhando pouco e com pretensões de consumo, além da necessidade de se alimentar e de se vestir, entre outros.

Nesse sentido, a bolsa de estudo de R\$100,00 do programa era tratada como um complemento de renda, o que (segundo João) foi fundamental para saldar algumas dívidas contraídas. Para ele, “*O dinheiro ajudou bastante, paguei umas continhas atrasadas*”.

Atualmente, conforme informações disponibilizadas na terceira pesquisa, o ex-aluno do programa está cursando o ensino médio. Nesse primeiro semestre de 2012 concluirá o 3º ano no Colégio Estadual Professora Antonieta Palmeira, localizado no referido município, na Avenida José Mendonça de Campos, s/nº, no bairro Colubandê, escola situada próximo a sua residência.

No entanto, a condição de trabalhador informal não se alterou, ele continua fazendo “bico”, na área da formação profissional, diferente da feita no PJU. O arco ocupacional escolhido para a qualificação profissional pelo secundarista (enquanto era aluno do ProJovem Urbano) foi o de Telemática, curso que o capacitou para atuar como operador de microcomputador, *helpdesk*, telemarketing/vendas e assistente de vendas informática/celulares.

Por isso, o fato de estar em vias de concluir o ensino médio significava para João a probabilidade de conseguir um emprego melhor, embora, ele não tivesse explicitado isso diretamente, implicitamente, ele se referia a um trabalho com carteira assinada.

Esta conclusão decorre do fato de o jovem ter relatado que trabalhava em qualquer atividade que aparecesse, sendo que as que surgiam eram precárias, instáveis quanto à duração e aos rendimentos. Segundo João: “*Quando surge um bico é para trabalhar como ajudante de pedreiro com um amigo meu, mas trabalho no que aparece*”.

E continua: “*Hoje em dia tá difícil conseguir emprego, não dá para dispensar o que aparece*”. Essa instabilidade se reflete na renda mensal do pedreiro, ele não tinha renda fixa, ganhava de acordo com o que aparecia, mas estava submisso à situação porque não conseguia outro emprego, porque os empregadores exigiam dele o certificado de conclusão do ensino médio, que ele ainda não possuía.

Por outro lado, como se fosse um alívio, a não exigência de experiência comprovada para começar a trabalhar era um fator positivo, o que o deixava esperançoso em conseguir um emprego. Nesse sentido, de acordo com João, ao se referir aos contratantes: “*Eles só querem ver o certificado, só isso, não pedem mais nada*”.

Na primeira entrevista, quando perguntamos ao entrevistado o que ele considerava um bom emprego, ele respondeu: “*Bom emprego é trabalhar como músico*”, mas, decorrido um ano do primeiro contato, ele já não demonstrava muitas expectativas quanto à carreira artística, nem sequer tocou nessa alternativa.

Ressaltamos a preocupação com a questão da inserção profissional dos jovens, presente na Declaração do Milênio das Nações Unidas, em que o Artigo 20 destaca a necessidade de “formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo” (ONU, 2000, p.9).

Eis o problema, segundo a conceituação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), as pessoas ocupadas são aquelas que exercem uma atividade laboral e, ao contrário, as desocupadas não estão trabalhando, mas estão à procura de trabalho.

As estatísticas sobre o nível de ocupação entre os jovens³⁰, no que se refere “a percentagem das pessoas ocupadas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário)” (IBGE, 2010, p. 31) indicam que o mercado de trabalho brasileiro não tem conseguido absorver a todos que necessitam trabalhar.

Essa ratificação ocorre através da análise das informações extraídas dos Gráficos 1, 2 e 3 (contidos no Anexo V), realizados pelo IBGE, dados considerados fundamentais para a verificação da participação dos brasileiros no mercado de trabalho.

Os referidos gráficos evidenciam que o Brasil tem um déficit de oportunidades de emprego para a população. Especificamente sobre a juventude brasileira, observa-se no Gráfico 1, sobre o nível de ocupação dos jovens com idade de 18 a 19 anos, na semana de referência, nos anos de 2004 a 2009, que a média de ocupação entre eles era de pouco mais de 50%.

Para aqueles na faixa etária compreendida entre 20 a 24 anos, a participação estava em torno de 66%, enquanto os jovens de 25 a 29 anos tinham um nível de ocupação de aproximadamente 74%.

Durante os períodos assinalados nas referências, percebem-se pequenas variações entre os níveis de ocupação dos jovens de 18 a 29 anos, com o ápice das taxas de ocupação no ano de 2008, assim como uma relativa queda do nível de ocupação (para o mesmo grupo etário) no ano seguinte, em 2009.

De modo geral o nível de ocupação entre os jovens de 18 a 29 anos demonstra que mais de 50% deles estão participando do mercado de trabalho, mas ainda são muitos os jovens

³⁰ De acordo com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), jovens são aqueles com faixa etária entre 18 e 29 anos.

que não tiveram a sua trajetória profissional iniciada, ou que tinham perdido as suas ocupações nos períodos da realização da pesquisa.

Como exposto anteriormente, o nível de ocupação refere-se à porcentagem de pessoas que estão ocupadas, de acordo com a faixa etária e o período estabelecido. No entanto, a condição de ocupação é abrangente, por isso, é classificada segundo a posição na ocupação.

Assim, para o IBGE (2010), a posição na ocupação demonstra que as pessoas ocupadas podem ser: empregados, trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores não remunerados, trabalhadores na produção (para o próprio consumo) e trabalhadores na construção para o seu próprio uso.

E é no Gráfico 2, sobre a distribuição percentual das pessoas com idade de 10 anos ou mais, ocupadas, entre os anos de 2004, 2008 e 2009, que se pode extrair algumas conclusões, dentre elas, a de que os três primeiros lugares, respectivamente, mostram a atuação dos trabalhadores como: empregados, trabalhadores por conta própria e trabalhadores domésticos.

Isto quer dizer que a maioria dos trabalhadores se constitui de empregados, mas esta condição não significa que todos possuam vínculos formais de emprego (com carteira assinada), porque neste patamar de empregados precisamos incluir “a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos” (IBGE, 2010, p. 32).

Portanto, a condição de “pessoas ocupadas” traz em si um grau de complexidade elevado, que se materializa nas mais variadas possibilidades e condições de inserção profissional a que o trabalhador está envolto.

Isto implica afirmar que João exerce uma ocupação no mercado de trabalho, de forma temporária, o que lhe garante uma sobrevivência precária, e que vislumbra – a partir do aumento do grau de escolaridade – um emprego formal, independente de o mesmo pertencer à mesma área de formação profissional aprendida no PJU.

E esta é a maior contribuição do programa para João, embora ele ainda esteja desempregado, fazendo “bicos” quando eles aparecem, o programa serviu de estímulo para que ele continuasse a estudar e, assim, poderá terminar o ensino médio com 22 anos.

3.2 Maria – a difícil relação entre a maternidade e a inserção profissional

Outra entrevistada, a ex-aluna Maria, revelou em nossa primeira entrevista, na formatura, que havia estudado até a 5ª série (atual 6º ano), que não estava estudando naquele momento, mas que pretendia fazer o curso profissionalizante de armador.

Segundo ela, o curso de armador: “*Serve pra trabalhar com ferro, fazer corte, dobra, viga e laje pra casa.*” Entretanto, quando perguntada sobre qual o arco ocupacional que ela havia feito no PJU, afirmou que era o de Telemática.

Essa resposta nos deixou intrigada. Porque então, naquela oportunidade, ela não havia escolhido o arco de Construção e Reparos I? Ainda que os conhecimentos aprendidos fossem para atuar como ladrilheiro, gesso, pintor, reparador/revestimento, o curso de armador ampliaria a sua possibilidade de atuação profissional, caso ela quisesse continuar na área de construção civil?

Mas, como o momento era de festa, e a aluna se mostrou apressada em responder, mostrando uma ansiedade para que a entrevista terminasse, achamos de “bom tom” fazer esta pergunta em outra etapa da pesquisa.

Ao mesmo tempo em que desejava se capacitar profissionalmente, ela afirmava que encontrava dificuldade para estudar ou fazer o curso de armador, porque não tinha com quem deixar os dois filhos menores.

Pelo mesmo motivo não trabalhava e nem podia procurar emprego, tendo em vista que as crianças precisavam de cuidados e não havia nenhuma pessoa para ajudá-la a tomar conta dos meninos.

Por conta disso, ciente da impossibilidade de trabalhar, da indisponibilidade para cumprir uma carga horária semanal de trabalho, do problema para se ausentar de casa, Maria afirmou: “*Eu quero trabalhar é por conta própria, não ter patrão, ter uma empresa*”.

Sendo sustentada pelo marido, desempregada e com dois filhos, a jovem recebia a bolsa família do governo federal, valor que contribuía, junto com o salário do cônjuge, para prover o sustento da família.

Retornando o contato por telefone com Maria, em dezembro de 2011, ela nos permitiu entrevistá-la na sua própria casa. A ex-aluna residia na Rua Capitão Firmino, em um dos morros do bairro Sacramento, próximo à Estrada de Santa Izabel, a principal via de acesso

à região. Uma rua sem asfalto, com poucas casas, mas com terrenos de grande extensão, isto porque as casas eram oriundas de loteamentos.

Maria nos recebeu no portão com dois meninos e uma barriga que anunciava a chegada de mais um rebento. Ela não fez menção para que entrássemos na residência, ficamos no portão, com as crianças correndo de um lado para o outro, e ela gritando para que os pequenos ficassem quietos. Isto dificultou um pouco a entrevista, porque Maria não sabia se respondia às perguntas ou se repreendia os filhos.

Ela nos explicou que estava no 5º mês de gestação, e quando indagada sobre o sexo do bebê, afirmou: *“Já fiz a ultra, mas não deu pra ver o sexo, estava escondido”*. E completou: *“Espero que seja uma menina, porque menina é mais tranquila e ajuda nas coisas de casa. Menina é mais carinhosa, mas o que vier tá bom, contanto que venha com saúde”*.

Impaciente com os filhos (que continuavam correndo), ela falou que não estava trabalhando, nem estudando, porque *“Meus parentes mora longe, eu moro aqui em Santa Izabel e minha família mora em Itaboraí. Não tenho com quem deixar as crianças, até para ir para o médico é ruim, as crianças não param, quer participar do assunto”*. E reclamou: *“Às vezes quero falar uma coisa com o médico, mas não consigo, as crianças não param”*. Ela afirmou que ter os filhos era uma bênção, mas eles davam muito trabalho.

Observando os meninos implicando uns com os outros e ela gritando com eles, deu para entender o quão difícil era para ela estudar ou trabalhar. Maria esclareceu, com pesar, que os filhos a atrapalhavam nos estudos, ela só participou do PJU porque *“No ProJovem eu podia levar as crianças, mas na escola não posso, os colégios não deixam levar, por isso não consegui estudar”*.

A ex-aluna também revelou que tentou se matricular em uma escola estadual, perto da casa dela, mas desistiu, em meio à fala impaciente com as crianças, respondeu: *“Até tentei me matricular, mas na secretaria falou que eu não podia levar as crianças, aí eu desisti de fazer a matrícula”*.

Nesse momento, ela ressaltou a importância de ter participado do PJU e lamentou não ter a extensão do programa para o ensino médio: *“Gostei de participar do programa, me ajudou a terminar o ensino fundamental, deveria ter ProJovem para o Ensino médio pra mim terminar os estudos”*.

Diante da visível irritação de Maria com os filhos (mesmo sendo simpática conosco ela aparentava querer que a entrevista terminasse logo), respeitando o estado da gestante e a situação como um todo, não fizemos mais perguntas.

A breve e complexa entrevista com Maria forneceu outros indícios sobre a inserção profissional dos ex-alunos do ProJovem Urbano, ressaltando, nesse caso, a situação das estudantes que tinham filhos, sem condições financeiras de custear uma babá, ou que não tinham com quem deixar os filhos, encontrando um forte obstáculo para o retorno à escola e para a participação no mercado de trabalho.

3.3 Ana – as agruras de tentar um emprego com carteira assinada

Outro caso, mas com características semelhantes, era o de Ana, ex-aluna que havia concluído a 6ª série (7º ano), antes de se matricular no PJU. No programa, ela era uma das jovens que estudavam na Escola Municipal Aroldo Gomes.

Conforme explicitado anteriormente, vale lembrar que esta escola era a única referenciada pelos alunos entrevistados, que não constava como colégio integrante da rede municipal, talvez por ter sido recém-municipalizada ou inaugurada.

Na primeira etapa da entrevista Ana aparentou estar predisposta a completar o ensino médio e a continuar trabalhando. Seguindo o exemplo dos demais ex-estudantes, ela trabalhava informalmente, em empregos sem garantias sociais, portanto, seu ideal de “bom trabalho” era aquele em que fosse bem remunerada e que tivesse a carteira assinada.

A perspectiva de inserção profissional com vínculos formais de emprego era o desejo de 30% dos entrevistados, seguido por 20% de jovens que gostariam de ser bem remunerados, Ana aparece nesse conjunto, outros 50% indicavam uma carreira como sendo um bom trabalho.

Como muitas das brasileiras de baixa renda, desempregadas, com filhos menores de idade, Ana recebia a bolsa família, um complemento de renda fundamental para garantir a sobrevivência da prole, mas que era considerado ínfimo, pois para a ex-aluna: *“O dinheiro é pouco, não sobra nem pra pagar a passagem pra procurar um emprego”*.

Após um ano do término do curso entramos em contato com a mesma, explicamos o porquê da nossa ligação, os objetivos da pesquisa e perguntamos se ela poderia nos receber para uma entrevista, a fim de darmos continuidade à pesquisa.

A ex-aluna indicou um ponto de encontro, nesse caso, a Padaria Ernani, que ficava na Avenida Coronel Andrade Vilela, principal avenida do bairro Fazenda dos Mineiros. Esta

avenida cortava todo o bairro e fazia esquina também com a Rua Egito, rua onde a ex-aluna morava.

Chegando antes do horário marcado para a entrevista percorri a Rua Egito, percebi que se tratava de uma rua desprovida de pavimentação, com comércios de pequeno porte, em que os terrenos eram murados, aparentando a existência de várias casas em cada um deles, além disso, os quarteirões se encontravam bem definidos.

Não cheguei até o número da casa da Ana para não ter nenhum problema com a mesma, pois ela havia marcado a entrevista numa padaria do bairro, que era simples, mas tinha bastante movimento, já que era próxima ao ponto de ônibus 40, da empresa Expresso Tanguá, responsável pelo trajeto Apolo III – Fazenda dos Mineiros.

Retornando ao local na hora marcada, aguardamos a ex-aluna, que chegou com um filho de 4 anos, um menino quieto, que nos olhava por entre as pernas da mãe. Na padaria não havia mesas ou cadeiras, ficamos de pé do lado de fora da padaria, embaixo da marquise, pois estava um calor insuportável.

Durante a entrevista perguntamos se ela tinha feito curso, se estava estudando, ou se trabalhava, ela afirmou que durante esse tempo fez um curso profissionalizante de auxiliar de escritório, tendo também trabalhado na cozinha de uma creche municipal, perto da casa dela.

Ao longo da entrevista, reclamou: *“Fiz curso de auxiliar de escritório, mas o curso não dá certificado.”* E completou: *“Também fiz curso de alimentação, mas a mesma coisa, não tenho como provar, como eu te falei, eles não dá diploma”.*

Na sequência, Ana afirma: *“Também trabalhei na cozinha, mas eles não dá carta de referência, isso é ruim, não tenho como provar que trabalhei na cozinha. E eles não indica pra trabalhar nos restaurantes”.*

Embora Ana tivesse feito outro curso profissionalizante fora da área de Alimentação, sua opção na qualificação profissional no PJU, ela pretendia seguir a carreira de cozinheira, o que considerava como um bom emprego, por ela assim caracterizado: *“Bom trabalho é fazer o que gosto, trabalhar na cozinha, mas o que vier tá bom pra mim.”*

A ex-aluna fez o curso de auxiliar de escritório, porque pretendia trabalhar no antigo consultório dentário onde havia prestado serviço, estava aguardando uma vaga de recepcionista. Ela afirma, em tom indignado: *“Estou esperando a vaga de recepcionista, mas nunca sou chamada, o dentista contrata outras pessoas, mas não me chama”.*

Mas enquanto não era chamada (e precisava de dinheiro), esporadicamente, atuava como panfletista, distribuindo material de propaganda para o mesmo consultório dentário,

trabalho que fazia na calçada, em frente ao consultório, localizado no Centro de São Gonçalo, ganhando pela tarefa o valor de R\$25,00 por dia (quantia recebida quinzenalmente).

Tanto no dia do contato telefônico, para o agendamento da entrevista, como no dia em que houve o nosso encontro, próximo à casa da panfletista, Ana ressaltou que estava em casa porque não tinha com quem deixar os filhos.

E ressaltou: *“O menino de 4 anos está aqui, mas a de 7 e o de 9 está em casa brincando”*. A fala da ex-aluna provocou um determinado mal-estar, na verdade, não tínhamos certeza de que ela havia falado tal coisa como forma de justificar que não poderia demorar na entrevista, ou como o motivo pelo qual não podia trabalhar, ou ambas as justificativas.

Em seguida afirmou que uma senhora, que tomava conta das crianças, não poderia mais fazê-lo, mas não explicou as causas, concluindo: *“Agora piorou pra trabalhar, a creche está de férias, não tenho onde deixar meus filhos”*.

Ana, embora, tivesse fazendo um “bico” de panfletista, a todo o momento fazia questão de afirmar que gostaria de trabalhar na cozinha, mas que encontrava dificuldade em conseguir um emprego no restaurante, porque os empregadores solicitavam comprovação de experiência. Referindo-se aos empregadores continuou: *“Mas eles pedem mais experiência, tenho 30 anos na cara e nunca trabalhei de carteira assinada, isso é uma vergonha”!*

Diante da dificuldade de trabalhar como cozinheira, precisando trabalhar, Ana se candidatou à vaga de auxiliar de serviços gerais, para atuar na área de limpeza nas Lojas Americanas, no Centro do Rio de Janeiro.

Indignada porque também não conseguiu a vaga, ela reclamou *“Até pra varrer rua eu não presto”*. Afirmou ainda que a amiga conseguiu, mas que ela não havia conseguido porque preferiu ser sincera durante a entrevista, tendo dito que não sabia manusear uma enceradeira industrial. Ana ainda revelou que ficou triste, porque achava que para varrer a rua ela certamente conseguiria o emprego.

Quando questionada sobre o certificado de qualificação profissional, no arco ocupacional de sua opção no PJU, se o mesmo não serviria como comprovação de formação para os restaurantes, bares, entre outros, ela destacou: *“No ProJovem dá o histórico de ensino fundamental, mas o de qualificação profissional não dá. E eles querem ver a carteira, pode ser até uma carta de referência”*.

Segundo Ana, o maior empecilho para se conseguir um emprego era a exigência de experiência profissional. O que nos leva a pensar que muitos ex-alunos, que vivem de trabalhos informais (sem carteira assinada), não conseguem comprovar seus conhecimentos

com respeito aos procedimentos e atividades inerentes às funções que eles desempenham informalmente.

Ela destacou ainda que para as vagas que havia se candidatado, no caso, como cozinheira, os contratantes não haviam pedido, em nenhum momento, o certificado de escolaridade. E continuou: *“Também não consigo estudar, com quem vou deixar as crianças?”*.

Por fim, a desempregada ainda confidenciou que as condições financeiras pioraram, porque quando estudava no ProJovem recebia a ajuda de custo e a bolsa família, mas o filho mais velho havia feito uma confusão, com isso, ela perdeu o direito ao benefício do governo federal.

Não perguntamos o motivo da confusão, para não sermos indiscretos, esperando que ela dissesse, mas, ao contrário, apressou-se em responder que já tinha reapresentado os documentos a fim de receber a bolsa família novamente.

A bolsa família era o dinheiro que ela gastava com coisas extras, que não eram consideradas “de necessidade”, como alimentos, remédios, entre outros. Ela complementou: *“Tenho três filhos, a menina já vê as coisas na televisão e diz que quer, ela quer andar na moda, mas não tenho dinheiro. O marido coloca as coisas dentro de casa, não falta nada, mas o dinheiro não dá pra as outras coisas”*.

Para Ana, custear as despesas de manutenção da casa e dos filhos era uma tarefa de responsabilidade do marido, segundo a entrevistada, o valor da bolsa família era empregado para comprar objetos e utensílios, a fim de que os filhos tivessem o mesmo padrão de consumo de produtos, que os outros amiguinhos tinham ou viam na televisão.

Assim como Maria, Ana tinha concluído o ensino fundamental no ProJovem Urbano, entre outras razões, porque era permitido levar os filhos – um dos fatores relevantes que impediam a inserção no mercado de trabalho era o fato de não ter com quem deixar os filhos.

3.4 Marcos – o sonho realizado de ser mecânico

Desde a primeira entrevista, Marcos mostrou que o sonho dele era ser mecânico de automóveis, sendo esse um dos motivos para o seu retorno aos estudos, uma vez que para trabalhar nessa função (e ser contratado) era exigido o ensino médio.

Portanto, o reingresso na escola, após ter concluído a 5ª série (atual 6º ano), era de fundamental importância para que ele se tornasse mecânico. Um caminho que ele já havia começado a trilhar, concomitante à participação no PJU, ao fazer o curso de mecânica de autos, no Colégio Estadual Henrique Laje, situado no município de Niterói, cidade vizinha a São Gonçalo.

Embora o programa não tivesse o mesmo curso, ou ainda outro com características semelhantes, ele optou pelo arco ocupacional Construção e Reparos I, por achar mais interessante que os de Alimentação, Telemática e Vestuário.

Marcos estudou no PJU em duas escolas da rede, na Escola Municipal Presidente Castelo Branco, situada na Rua Carlos Gianelli, s/nº, no bairro Boaçu, tendo posteriormente, mudado para a Escola Municipal Profª Aurelina Dias Cavalcanti, estabelecida na Rua Cristalina, s/nº, no bairro Amendoeira.

Esta mudança pode ter sido motivada pela localização, em função da proximidade da casa do ajudante de mecânico, ou por motivo de doença, outro fator que ele havia considerado como uma das suas dificuldades para frequentar as aulas, devido a problemas de saúde recorrentes e de históricos de internações hospitalares.

Nas entrelinhas, pareceu-nos que se tratava de alguma enfermidade psíquica, uma vez que o mesmo se referia aos medicamentos de tarja-preta – a considerar pela atitude durante a entrevista, sempre repetindo as mesmas respostas, utilizando-se de determinados gestos estranhos com as mãos, além de um olhar distante.

Independente das nossas observações e até certo temor, o mecânico respondeu a todo o questionário, finalizou a entrevista dizendo que trabalhava de “bico”, recebendo em média R\$480,00 mensais, mas que estava em busca de um emprego com carteira assinada, mas estava difícil conseguir porque não tinha a escolaridade exigida pelos empregadores.

Horas após a concessão da entrevista Marcos retornou, perguntando de que se tratava a minha presença, qual seria o objetivo da entrevista, mostrando alguns documentos, entre eles, uma identidade das forças armadas, afirmando que o pai dele era militar, mostrou ainda o *Rio Card*, comprovando que era ex-aluno do ProJovem Urbano, além de uma carteira do posto de saúde.

Estas atitudes nos deixaram um pouco amedrontada, mas como no local havia muitos ex-alunos, além da equipe da Coordenação Municipal do PJU em São Gonçalo, dos familiares dos ex-alunos, a calma foi mantida, assim como, a atenção disponibilizada ao jovem.

Registramos algumas especificidades ainda sobre esse entrevistado, lembrando que na segunda etapa da pesquisa, a partir de agosto de 2011, momento que se refere ao envio de uma pesquisa para a residência dos ex-alunos, uma correspondência postada como carta social, a fim de verificar se os jovens residiam naquele endereço e de manter um contato com os ex-participantes do programa – sempre com o propósito de analisar as possíveis mudanças no percurso de inserção ou reinserção profissional dos alunos egressos do ProJovem Urbano, no referido município.

Marcos foi um dos entrevistados que nos reenviou a carta, porém, as questões respondidas evidenciavam determinadas ambiguidades, tais como: embora ele afirmasse que não estava cursando o ensino médio, de outra feita, dizia que era aluno do 1º ano do Colégio Estadual Henrique Lage³¹.

Talvez as perguntas não tivessem sido feitas em linguagem mais acessível, talvez ele não tenha compreendido corretamente as questões, por conta de uma dificuldade de aprendizado, fato este relatado, segundo Marcos, no dia da formatura simbólica.

Mantendo algumas respostas da primeira entrevista, observamos que ele havia justificado seus impedimentos e dificuldades pelo fato de ser doente, o que o impedia de estudar ou trabalhar, portanto, vivia de “bicos” e ganhava, conforme escreveu na pesquisa: *“Dozentos reais por semana”*.

Ele frisou ainda, que trabalhava sem carteira assinada, em área diferente daquela em que fez a qualificação profissional no PJU, no caso, o arco de Construção e Reparos I, escrevendo: *“Trabalho como há porinquanto”*.

Quando questionado sobre o que considerava um bom emprego, assinalou as seguintes alternativas: pagasse bem; pudesse crescer no emprego; ter bom relacionamento com colegas de trabalho e com o patrão.

Ambigualmente, apontou para o fato de que o diploma do PJU o ajudou a conseguir um emprego, muito embora o diploma não tenha contribuído para que ele ganhasse mais; mas a participação no programa também possibilitou melhores condições de vida. Somente na terceira etapa da entrevista (indo à residência do mecânico) conseguimos compreender as respostas da fase anterior.

Marcos foi o único entrevistado que nos recebeu em sua casa, num sábado à tarde, porque pela manhã ele trabalhava como ajudante de mecânico numa oficina próximo a sua casa, além disso, durante a semana era impossível.

³¹ Colégio localizado no bairro de Barreto – Niterói-RJ, mesma escola em que fez curso de mecânico de autos.

Ele morava em uma das ruas transversais ao Cemitério de Pachecos, região de Santa Izabel. A rua era pequena, sem asfalto, com todos os terrenos ocupados com residências, localizada atrás de uma rede de médio porte de supermercados, instalados no município de São Gonçalo.

O mecânico nos recepcionou no portão, falou que não tinha ninguém em casa e insistiu para que entrássemos, mas com receio do histórico clínico do ex-aluno e por estarmos somente os dois, agradecemos o convite e permanecemos no portão.

Durante a entrevista foi possível eliminar algumas ambiguidades iniciais, verificadas nas respostas enviadas por carta. Marcos estava estudando no referido colégio estadual, já havia passado para o 2º ano (tinha nota), mas como houve uma greve de professores do Estado do Rio de Janeiro e o semestre foi estendido, ele ainda estava no 1º ano do ensino médio.

Ele trabalhava sem carteira assinada, como ajudante de mecânico, numa oficina próxima a casa dele, o que o impedia, às vezes, de frequentar as aulas, porque quase sempre estava cansado. Mesmo diante das dificuldades apresentadas, o jovem se mostrou disposto a terminar o ensino médio, porque assim ele conseguiria um emprego formal.

Ele ressaltou que participar do programa foi importante, porque com o diploma do ensino fundamental ele conseguiu um “bico”, aumentou os rendimentos de R\$480,00 para R\$800,00 mensais, entretanto, o entrevistado reconheceu que embora houvesse uma melhora de renda, o valor recebido era muito pouco.

Marcos ressaltou ainda o fato de que embora a sua condição de vida tivesse melhorado, ele precisou fazer um curso profissionalizante em uma área diferente da formação para o trabalho aprendida no PJU, concluindo: *“Sem o ensino médio eu não consigo um emprego que pague mais”*.

De modo geral, os resultados das entrevistas demonstram diversos condicionantes enfrentados pelos jovens para a entrada no mercado de trabalho, para Santos (2009, p. 340), a “inserção profissional é o processo efetivo pelo qual os indivíduos integram uma posição no sistema de emprego.”

Para o mesmo autor essa inserção profissional, quando ocorre, se dá de forma complexa, dependendo tanto de fatores endógenos quanto de condicionantes exógenos aos indivíduos. Os fatores endógenos são as características inerentes aos trabalhadores, incluem-se as questões que abrangem: a formação profissional, a experiência profissional e as características pessoais dos trabalhadores.

Excetuando as características pessoais, tomando-se por base a participação em um curso de qualificação profissional, os ex-alunos do PJU seriam considerados segundo Santos (2009) como “ex-formandos”, aqueles que frequentaram com aproveitamento uma formação profissional.

Partindo do pressuposto da formação para o trabalho, os entrevistados tiveram a oportunidade de obter conhecimentos para uma atuação profissional nos arcos ocupacionais de Alimentação, Vestuário, Telemática e Construção e Reparos I, sendo habilitados respectivamente, para atuar no mercado de trabalho nas funções de: chapista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias, vendedor ambulante/alimentação; costureiro, montador de artefatos de couro, costureira de reparação de roupas, vendedor de comércio varejista, operador de microcomputador, *helpdesk*, telemarketing/vendas, assistente de vendas informática/celulares; ladrilheiro, gesseiro, pintor e reparador/revestimento.

No entanto, segundo uma ex-aluna, o PJU não forneceria a certificação de conclusão de qualificação profissional, impedindo a comprovação de participação do curso com “formação qualificante que visa à aquisição das capacidades indispensáveis para permitir ao indivíduo o exercício de uma profissão” (SANTOS, 2009, p. 340).

Especulações a parte, cabe ressaltar, que os alunos concluintes do ProJovem Urbano são certificados, fato ratificado pela Resolução CD/FNDE nº 60, de 09 de novembro de 2011 II, aonde os municípios precisam cumprir determinadas diretrizes, entre elas,

II - estabelecer como foco a aprendizagem, realizando todos os esforços necessários para garantir a certificação em Ensino Fundamental – EJA e em qualificação profissional como formação inicial dos jovens matriculados no ProJovem Urbano (CD/FNDE, 2011).

Provavelmente, o que pode ter acontecido com a ex-aluna foi que ela não deve ter frequentado às aulas, não realizado as avaliações externas, as atividades pedidas pelos educadores, ações que impediriam o recebimento do diploma do ensino fundamental ou formação inicial para o trabalho (ou em ambas).

Outra variante é a questão da experiência, mais precisamente a falta dela, algo que tem se tornado um obstáculo à inserção profissional dos jovens egressos do programa. Isso acontece de modo ainda mais acentuado com quem possui uma trajetória laboral marcada pela ausência da carteira assinada, não possuindo também carta de recomendação e sem dispor de documentos comprobatórios de experiência.

Esta situação, tal como observamos nas entrevistas com os ex-estudantes do programa, explica o fato de que tantos estejam à mercê de trabalhos cada vez mais instáveis,

quanto à duração, em situação precária, diante de condições de trabalho degradantes, com baixos rendimentos e sem garantias sociais.

Um ambiente de trabalho que demonstra a superexploração dos trabalhadores, uma perpetuação de relações de trabalho, sem perspectivas de participação no mercado formal. Assim, muitos indivíduos, para sobreviverem, a exemplo do depoimento de um egresso do PJU: “*Trabalho no que aparece*”.

No entanto, não só os fatores endógenos interferem na inserção laboral, de acordo com Santos (2009), essa entrada também está sujeita às variáveis exógenas, que são instituídas através das políticas públicas; da dinâmica do mercado de trabalho do setor (comércio, indústria, entre outros); das características das empresas (função, grau tecnológico, porte, entre outros) e das práticas do Grupo de Recursos Humanos das empresas (gestão da empresa, tipo de empregado, entre outros).

Especificamente, as políticas públicas em prol da inserção laboral no Brasil e no mundo têm estimulado ações e a formação dos trabalhadores que considerem como alternativas de trabalho o cooperativismo, o empreendedorismo, a prestação de serviços, além de outras modalidades geradoras de ocupações e de renda – não necessariamente caracterizadas pelas relações de trabalho formal, mas em consonância com a dinâmica política e econômica vigente, em prol do capital.

Um exemplo desse posicionamento pode ser encontrado no artigo de Rummert³² e Alves (2010), embora as autoras não apresentem diretamente nos seus estudos a questão do ProJovem Urbano, as mesmas confrontam os processos de elevação de escolaridade de jovens e adultos no Brasil e em Portugal, evidenciando nos dois países um processo histórico de escolarização de forma marginalizada para a classe trabalhadora.

Mesmo na atualidade, as autoras explicitam que as políticas criadas por estes governos têm como características ações pontuais, emergenciais, marcadas pela implementação de programas descontínuos e desarticulados, na indução do retorno ao sistema de ensino de segmentos que dele foram excluídos.

Esse direcionamento da educação destinada aos jovens e adultos é criticado pelas autoras, pois tem como objetivo aumentar os índices de certificação da educação básica e de qualificação profissional desse público, a fim de atender às demandas da sociedade do conhecimento e a necessidade da coesão social.

³²Sônia Rummert estuda o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) na modalidade Trabalhador.

O ideário do aumento do grau de escolaridade e continuidade dos estudos visa atender as mudanças do sistema produtivo, promovido pelas inovações tecnológicas, que passa requerer um perfil de trabalhador adequado a uma nova etapa do modo de produção capitalista.

Os aspectos aqui referidos ainda incluem o controle da massa trabalhadora através do espraiamento da lógica capitalista, da regulação das oportunidades e dos tipos de educação e formação profissional, para diminuir os conflitos de interesses existentes entre as classes dominantes e dominadas no intuito de manter a coesão social.

Diante do cenário de precariedades nas relações de trabalho, muitos trabalhadores que vivem em condições de trabalho degradantes e de exploração desejam se tornar empresários, patrões de si mesmo. Conforme a fala da ex-aluna Maria ao revelar que um bom emprego seria o de “ser empresária”.

Mas o que se percebe é que muitos trabalhadores acabam sendo empurrados, como demonstrado através das entrevistas, para o emprego informal – fazendo “bicos”, ao sabor do que aparece e em função do que lhes pagam.

Kuenzer (2005) denomina essa participação do trabalhador no mercado informal como um trabalho decorrente das novas formas de gestão do trabalho, da reestruturação produtiva, cada vez mais degradante, uma espécie de “exclusão includente”,

Ou seja, no mercado identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado (KUENZER, 2005, p.14).

Talvez o lado mais perverso dessa estratégia esteja nas falas dos ex-alunos, salientando que o trabalho que vier “*Tá bom*”. Esses discursos carregam uma conformidade das relações de trabalho existentes, uma ideia reproduzida também através das instituições escolares, como vimos no primeiro capítulo, quando tratamos da disseminação da pedagogia da hegemonia.

No PJU não acontece diferente, há um incentivo às novas formas de inserção profissional para que os ex-alunos se tornem empreendedores, cooperados, proliferando como positivas as relações de trabalho, cada vez mais flexíveis, opondo-se às formas de trabalho “arcaicas”, que se caracterizam pela atuação dos trabalhadores no mercado formal.

Uma crítica mordaz à educação destinada aos trabalhadores (pobres e pouco escolarizados) pode ser encontrada em Kuenzer (2005), embora não seja especificamente referenciada ao PJU, há elementos que indicam a formação de uma classe que vive do trabalho, de forma a perpetuar não só as condições de trabalho degradantes, mas também a manutenção de uma sociedade marcada pela desigualdade social.

Para tal, a autora expõe três concepções que exprimem determinadas estratégias do governo neoliberal, no que tange à formação do trabalhador, são elas: a “inclusão excludente”, a “empurroterapia” e a “certificação vazia”.

A inclusão excludente se refere à inclusão dos indivíduos nos diversos níveis e modalidades da educação escolar, sem que haja um compromisso com a qualidade do que é ensinado, com a formação intelectual e ética do educando, com uma educação em consonância com uma proposta de sociedade diferente da pautada nos preceitos do capitalismo.

Outra crítica evidencia a empurroterapia, que se trata do processo de aceleração do grau de escolaridade, com vias a aumentar os índices educacionais do país, por vezes, pautados no ideário de uma democratização de oportunidades para todos, principalmente para os que não puderam estudar – sem que a educação de qualidade de fato seja privilegiada.

E, por fim, a certificação vazia, que possui uma áurea salvadora, de que os jovens munidos de documento comprobatório de escolaridade e de formação para o trabalho possam se incluir no mercado de trabalho, mas essas certificações, “se constituem em modalidades aparentes de inclusão, que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência” (Kuenzer, 2005, p.15).

Este tripé crítico nos faz refletir sobre o fato de que embora os ex-alunos do PJU tenham entrado nas estatísticas escolares, como concluintes do ensino fundamental, como aqueles que aumentaram o grau de escolaridade, possuindo uma qualificação profissional e tendo sido certificados por tal, ainda assim, eles são destituídos do mercado formal de trabalho.

Os alunos egressos do PJU engrossam as fileiras de desempregados, realizam tarefas precárias, condições justificadas pela Teoria do Capital Humano e seus adeptos, em razão de serem jovens pobres, com baixa escolaridade, sem experiência profissional, mantidos dessa forma, à margem e aquém de conseguir um emprego, formal e bem remunerado.

A verdade é que não basta aos ex-alunos apenas a certificação, a conjuntura econômica existente que elimina determinados postos de trabalho é a mesma que propicia a criação de outros – com exigências específicas –, o que resulta no aumento das fileiras de

desempregados, situação que, por outro lado, se revela fundamental para a retroalimentação do capital.

O aumento das taxas de desemprego é estratégico, porque dentro da lógica do sistema capitalista esse acréscimo se torna quesito indispensável à acumulação do capital e ao “equilíbrio” do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, o desemprego evita em grande parte que os salários tenham um aumento descontrolado. Segundo Singer (2003), o desemprego funciona como mercadoria nas prateleiras: quanto maior a quantidade de produtos ofertados, menor o preço para o consumidor, ou seja, quanto maior o número de desempregados, maior a concorrência entre os que vendem a sua força de trabalho, conseqüentemente, isso evita que os salários subam.

Não só os salários são atingidos com o aumento do número de desempregados, mas, também, o poder sindical, que passa a ter suas funções e reivindicações transformadas; enquanto anteriormente havia uma luta, quase que exclusivamente por aumento de salários, ao longo dos anos, as reivindicações passaram a girar em torno da manutenção do emprego e da busca pela qualidade dos postos de trabalho.

Até mesmo o termo *desempregado* é inapropriado, porque *desempregado* tem relação com emprego, conceito que “implica assalariamento – uma relação que só existe quando alguém, em geral uma firma, dá um emprego a alguém. A própria linguagem é enganadora” (SINGER, 2003, p. 12).

Enganadora porque também não existe uma *doação* de emprego, pois é o trabalhador que oferece a sua capacidade de produzir, e recebe por tal um salário, nesse sentido, Singer prefere utilizar ao invés de emprego o termo ocupação.

A “ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce. Emprego assalariado é um tipo de ocupação – nos países capitalistas o mais freqüente, mas não o único” (SINGER, 2003, p. 14).

A ocupação pressupõe a inclusão das variadas formas de atividade autônoma, que vem crescendo no Brasil e no mundo. Esta consideração é importante para a compreensão de que embora não haja eliminação dos termos desemprego, desempregado e taxas de desemprego, existem outros modos de se tratar o cerne da questão, porém, de maneira cada vez mais ampliada, no intuito de tentar entender as modificações que ocorrem no mercado de trabalho.

Experiência no mercado de trabalho que os ex-participantes do programa têm vivenciado, uma vez que eles são, na maioria, considerados ocupados, pois exercem uma

atividade laboral e recebem por tal, mas o que está em jogo é esta relação de trabalho simples, precário e subalternizado.

Existem casos em que os jovens não conseguem participar do mercado de trabalho, por mais que dele necessitem. É o caso das ex-estudantes, que precisam contribuir para o sustento da família, mas não têm com quem deixar os filhos para estudar ou trabalhar.

Para estas ex-alunas que não possuem condições financeiras para custear uma creche ou pagar uma babá, faz-se necessário a existência de creches comunitárias, para atender aos filhos dessa parcela da população, considerando que a educação é um direito de todos, como determina o Artigo 205, da Constituição Federal de 1988.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim como, estimular leis que vislumbrem a questão do primeiro emprego e do estágio, sem que isso comprometa a concorrência com os adultos nos já escassos postos de trabalhos, porque independente da questão de gênero, os jovens entrevistados, egressos do programa, não possuem experiência profissional comprovada.

Em relação à apresentação do certificado de escolaridade para se candidatar a uma vaga de emprego, essa exigência tem se tornado mais um fator de seleção perversa, do que propriamente uma possibilidade de inserção profissional, pelo menos para o perfil de trabalhadores de que estamos tratando.

Os jovens saem do PJU com o ensino fundamental, contudo, sobre eles recai a exigência do ensino médio, para a ocupação de determinadas funções. Assim, não podemos desconsiderar, é claro, que essa é uma etapa da escolarização importante para o prosseguimento até aos níveis superiores de escolaridade.

Há no programa uma forte propaganda e apelo na alegação de que os jovens, ao concluírem o ensino fundamental e a qualificação profissional do PJU, terão a sua inserção profissional mais facilitada, no entanto, segundo a análise das entrevistas, os certificados pouco contribuem para essa entrada no mercado de trabalho.

O que faz com que essa juventude fique descrente quanto às perspectivas de trabalho, com relação à efetivação dos seus direitos trabalhistas e a percepção de que todos possam desfrutar de melhores condições de vida.

Essa análise corrobora para a compreensão do princípio da contradição existente na relação de educação e trabalho, conforme esclarece Pires (1997, p. 86),

O princípio da contradição, presente nesta lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a condição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada.

O princípio da contradição está presente na revitalização da Teoria do Capital Humano *apud* Frigotto (1998), empregada para ratificar a criação do PJU, que pautado na reestruturação produtiva espria a necessidade de profissionais qualificados, defendendo, portanto, a ideia de que os trabalhadores estudem e se qualifiquem a fim de conseguirem um trabalho, o que poucos conseguem.

E ainda legítima com uma proposta de educação básica, com formação para o trabalho, o que reproduz (ou não) a célebre dicotomia entre uma escola para o trabalhador e outra para a elite, uma escola dualista.

Diametralmente oposta à escola unitária, defendida por Gramsci, *apud* Farias, que vislumbrava uma escola do trabalho, “escola essa que teria, naturalmente, o trabalho como princípio educativo” (1995, p. 152).

Na escola unitária o trabalho é o princípio educativo, a formação do trabalhador é geral, cujos objetivos consistem em ampliar a capacidade intelectual e cultural para o trabalho, de tal forma que venha a contribuir para que o trabalhador seja inserido no mercado de trabalho (e dele possa sobreviver), consciente de si e da realidade que o cerca, com um engajamento e uma atuação política em prol da luta pela existência de uma sociedade justa e igualitária.

Dessa forma, uma mudança radical na estrutura societal poderia ser pleiteada por esses jovens, mas, de acordo com a preliminar análise das entrevistas, o poder da ideologia liberal-burguesa torna um ponto de vista particular em um ponto de vista universal.

As falas dos ex-alunos demonstravam que eles impetravam a culpa da própria falta de experiência, da falta de estudo, não tendo consciência de que eles não eram os culpados

por sua condição de pobreza, pelo baixo grau de escolaridade, por estarem desempregados, mas sim, todo um projeto de sociedade capitalista e desigual.

Pelas condições econômicas e sociais dos ex-alunos entrevistados, pelas características da formação profissional no PJU, pelo grau de escolaridade obtido na conclusão do curso, os ex-alunos tendem a continuar realizando atividades laborais caracterizadas pelo trabalho simples, em atividade precária, instável, mal remunerada, mas de onde provêm o sustento desses jovens trabalhadores.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo primordial analisar os possíveis impactos do ProJovem Urbano sobre a inserção e reinserção profissional dos ex-alunos do programa, no município de São Gonçalo-RJ, diante do intenso processo do desemprego estrutural, da reestruturação produtiva, da introdução das práticas neoliberais no país, a partir da década de 1990, e da marcante visão economicista no campo educacional, pautada na revitalização da Teoria do Capital Humano.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), do qual se originou o ProJovem Urbano, *a priori*, foi criado como uma estratégia do governo neoliberal para o combate à fome e à pobreza extrema, destinando-se ao atendimento de parte da juventude brasileira pobre, desempregada, pouco escolarizada, moradora das capitais e de municípios com mais de 200 mil habitantes.

O ProJovem Urbano se estruturou como um programa social destinado a tais jovens, para tentar “diminuir” as mazelas da pobreza, oriundas de uma sociedade desigual, concentradora de renda, em suma, capitalista. Portanto, o PJU é abrangente e não pode ser compreendido fora do contexto e das contradições próprias do capitalismo.

Nesse sentido, o PJU tem como proposta “dar oportunidade” aos jovens participantes, que por algum motivo tiveram a sua trajetória escolar interrompida, a possibilidade de concluir o ensino fundamental com uma qualificação profissional. Para que, então, essa juventude possa por meios próprios se autosustentar, um programa mediado pelas novas formas de inserção profissional.

Portanto, ao longo da pesquisa, percebemos que não se tratava de um estímulo para que os jovens egressos do PJU, prioritariamente, participassem do mercado formal de trabalho, mas, sim, para que eles fossem capazes de se tornar empreendedores, cooperados, prestadores de serviço, ou para atuar em qualquer outra forma de ocupação que fosse geradora de renda.

Para auxiliar em tal empreitada os alunos teriam aulas destinadas à qualificação profissional, uma formação inicial para o trabalho que se daria através dos arcos ocupacionais, caracterizados pelo aprendizado de determinadas funções de base técnica comum.

As profissões aprendidas na capacitação profissional se destinavam à realização de atividades laborais, consideradas no rol de trabalho simples, ocupações sem maiores exigências quanto ao grau de escolaridade, à capacidade tecnológica e ao aprimoramento intelectual dos participantes.

O município de São Gonçalo, uma das cidades integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com aproximadamente 1 milhão de habitantes e importante papel econômico na região foi o nosso recorte espacial.

O referido município aderiu ao programa em 2009 e optou pelos arcos ocupacionais de Alimentação, Vestuário, Construção e Reparos I e Telemática voltados para a qualificação profissional dos jovens gonçalenses.

As funções correlatas aos arcos ocupacionais eram as de: chapista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias, vendedor ambulante/alimentação; costureiro, montador de artefatos de couro, costureira de reparação de roupas, vendedor de comércio varejista; operador de microcomputador, *helpdesk*, telemarketing/vendas, assistente de vendas informática/celulares; ladrilheiro, gesseiro, pintor e reparador/revestimento.

Para compreender se a inserção ou reinserção profissional dos jovens egressos do PJU poderia ser efetivada com a certificação do ensino fundamental e com a qualificação profissional adquirida no programa foi necessário cumprir algumas etapas para a realização da pesquisa.

Nesse sentido, adotamos um referencial teórico sobre o neoliberalismo, a teoria do capital humano, sobre juventude, programa social, empregabilidade, desemprego estrutural, qualificação profissional, inserção profissional, entre outros.

De modo concomitante à exposição do aporte teórico da presente dissertação, adquirimos e realizamos (durante um ano), a sistematização da publicação diária do jornal “*O Fluminense*”, a fim de acompanhar as demandas por profissionais contidas nos classificados de emprego do referido jornal.

Este jornal foi selecionado por ser uma das prováveis alternativas que os jovens teriam para procurar emprego, assim como, por ser um periódico de expressiva abrangência, contendo informações, não só do município de São Gonçalo, mas também de outras cidades adjacentes, tais como, Niterói, Itaboraí e Rio de Janeiro.

Depois da seleção dos anúncios que demandavam trabalhadores especificamente para o município de São Gonçalo, partimos para a categorização dos classificados de emprego do jornal “*O Fluminense*”, existentes na seção D, no período de novembro de 2010 a novembro de 2011.

Digitamos as vagas existentes para a cidade e as classificamos da seguinte forma: nome do jornal –*O Fluminense* –, a data, que se referia ao dia da aquisição do jornal aos domingos; o emprego, que indicava em que setor da economia estava a vaga (comércio, confecções de roupas, construção civil, domésticos, escritório, indústria, nível superior e outras atividades); a função representada pelo nome da profissão solicitada; o número de vagas por anúncio; a exigência demandada do candidato; os benefícios que seriam pagos ao contratado (salário, transporte, refeição, plano de saúde); e o local, a indicação do bairro onde provavelmente seria o *locus* da empresa.

Através dessa disposição foi possível analisar as demandas do mercado de trabalho gonçalense, analisar o perfil de profissional exigido pelos empregadores e mapear as vagas de emprego, distribuídas segundo a localização dos bairros do município em questão.

A maioria dos anúncios de empregos para a contratação de profissionais, no município de São Gonçalo-RJ, destinava-se às ocupações anteriormente apresentadas nos arcos ocupacionais, isto porque a proposta de qualificação profissional adotada pelo programa estava em consonância com os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), ou seja, a efetivação de uma formação profissional dos jovens gonçalenses condizente com as tendências do desenvolvimento local e do perfil da juventude a ser atendida.

A priori foi verificado a partir dos classificados de emprego que havia uma concentração de vagas em áreas de expressivo dinamismo econômico já consolidado, agrupadas majoritariamente nos bairros de Alcântara e Nova Cidade.

Em contrapartida, no mesmo mapeamento da distribuição das vagas de empregos por setores, segundo a localização dos bairros, foi observado escasso estímulo do governo municipal para o crescimento econômico nas zonas distantes da região central do município de São Gonçalo-RJ, devido a pouca ou inexistente oportunidade de emprego em áreas mais longínquas do centro financeiro da cidade.

Assim como, nos anúncios de empregos foram citados determinados locais, tais como: Bandeirantes e Avenida Maricá, que não existiam na divisão política do município de São Gonçalo-RJ, embora os lugares tivessem o reconhecimento popular e *status* de bairro.

Especificamente sobre as demandas do mercado de trabalho, dentre as 1202 ofertas de emprego encontradas para o município de São Gonçalo-RJ, em um ano, grande parte das vagas para as áreas de comércio e construção civil não exigiam experiência para a contratação do trabalhador.

Já para os setores de confecção de roupas, indústria, doméstico, escritório, outras atividades e nível superior, a maioria dos contratantes solicitava que os profissionais tivessem prática comprovada nas funções a serem desempenhadas.

Não só a questão da inexperiência profissional dos ex-alunos era um fator limitador para a participação no mercado de trabalho, soma-se este problema a existência de um reduzido quantitativo de vagas de emprego, observado ao longo da pesquisa, se comparado a enorme demanda por postos, não só dos jovens trabalhadores, como de todos os demais.

Ressalta-se também, que a contratação desses profissionais estava marcada pela relação de trabalho informal, com o pagamento mensal dos trabalhadores atrelado às comissões, à produtividade do profissional e sem indicação de uma remuneração fixa a ser paga por mês.

As funções solicitadas no jornal também eram as mesmas que de modo geral constavam na Tabela 03, referentes às 20 profissões que mais admitiram profissionais no referido município, entre novembro/2010 e outubro/2011, segundo os dados do CAGED.

Essa tabela incluía o quantitativo dos trabalhadores admitidos e desligados, que trabalharam pelo regime de Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT) e os salários pagos para tais funções.

No período estudado, segundo as informações do CAGED, houve admissão de 24.274 funcionários, em contrapartida, 21.089 foram dispensados, demonstrando um saldo de 3.185 trabalhadores que se mantiveram empregados, evidenciando uma elevada rotatividade de trabalhadores para as funções que atendem aos setores de comércio, da construção civil e indústria.

Os salários pagos a estes empregados eram, em média, de 1 a 2 salários mínimos, apenas 10% dessas 20 profissões pagavam valores acima de dois salários mínimos, sendo que nos períodos analisados, o piso salarial nacional correspondia, respectivamente, aos valores de R\$510,00 em 2010 e de R\$545,00 no ano seguinte.

No entanto, como revelado anteriormente, esse rendimento mensal era ínfimo (e ainda é) se confrontado com as despesas de alimentação, vestuário, moradia, saúde, educação, entre outros custos com que o trabalhador precisa arcar para sobreviver.

A precariedade das relações de trabalho, as poucas vagas de emprego, a baixa remuneração, o aumento do desemprego e as elevadas taxas de informalidade laboral formam o cenário com que os jovens egressos do ProJovem Urbano têm se deparado.

Diante do quadro caótico do mercado de trabalho contextualizado e em busca da compreensão para os possíveis impactos do ProJovem Urbano na inserção profissional dos ex-alunos entrevistamos estes jovens em três etapas.

A primeira ocorreu em dezembro de 2010, no dia da formatura simbólica, a segunda foi realizada através de uma pesquisa, enviada como correspondência pelos correios, a partir de agosto de 2011, e a última entrevista aconteceu depois de janeiro de 2012, com os alunos que sinalizaram (de forma positiva) a vontade de serem entrevistados.

Dentre as três fases da pesquisa, a primeira entrevista, ocorrida no dia da formatura dos ex-alunos do PJU foi a que mais contou com a participação dos jovens, mesmo com todas as dificuldades encontradas, uma vez que se tratava de um dia de festa e que muitos professores não nos apresentaram aos seus ex-alunos, além da negação de alguns egressos diante da entrevista.

A oportunidade de estar naquele evento (com a devida autorização para a permanência no local e a mediação e o incentivo da Coordenadora Municipal do PJU da época) foi de grande valia para entrevistar os formandos.

Nesse sentido, conseguimos nos apresentar (independente do número reduzido de entrevistados); conseguimos estabelecer um contato inicial com os ex-alunos, explicar o objetivo da pesquisa, obter os endereços, os contatos telefônicos, além de avaliar a situação destes frente ao mercado de trabalho e suas expectativas quanto à futura inserção profissional após serem certificados pelo programa.

Na segunda etapa utilizamos o recurso da carta social para o envio de uma pesquisa para as residências dos ex-alunos (entrevistados na primeira fase), com o objetivo de acompanhar a trajetória laboral desses jovens. Mas, somente 4% das pesquisas enviadas foram respondidas.

Diante do resultado negativo, o sentimento de frustração imperou e bloqueou a continuidade da pesquisa, isto porque muitos alunos, durante a primeira entrevista, manifestaram o desejo de obter algo em troca das mesmas (trabalho, cesta alimentação, entre outros).

Meses depois, com incentivo da orientadora, ligamos para os contatos telefônicos dos ex-participantes do programa (coletados no dia da formatura simbólica), a fim de dar continuidade à terceira fase da entrevista.

Mas não conseguimos contactar a todos os entrevistados, porque muitos números telefônicos fixos e móveis, disponibilizados naquele momento, não mais existiam, informação

ratificada pela mensagem enviada pelas operadoras de telefonia, a cada ligação não completada, porque os números estavam cancelados.

Por outro lado, entre os contactados, muitos jovens não quiseram ser entrevistados. Assim, conseguimos após muita insistência, um pequeno e valioso quantitativo de ex-alunos do PJU, que concordaram em nos receber, com a ressalva de que nem todos nos receberam em suas residências, alguns marcaram encontro em um local que fosse de melhor acesso para eles.

Nessa última fase, munida com os dados das entrevistas dos ex-alunose comparando com as informações recolhidas nas demais etapas, percebemos que os jovens gonçalenses, ex-participantes do PJU, tinham uma forte percepção de que a educação estava atrelada a uma maior possibilidade de inserção profissional e de receber melhores ganhos mensais.

No entanto, os ex-alunos reconheciam que por mais que eles tivessem concluído o ensino fundamental e a qualificação profissional, a certificação adquirida, em ambas as frentes, pouco contribuiu para que eles conseguissem um emprego formal, uma vez que, por experiência própria, os mesmosse mantiveram trabalhando no mercado informal de trabalho.

Isto porque determinadas vagas de empregos exigiam que os ex-estudantes tivessem o ensino médio, quando eles tinham recentemente concluído apenas o ensino fundamental, fato que os impedia de concorrer a tais postos de trabalho.

De outra feita, no caso das ex-estudantes entrevistadas, identificamos a existência proeminente de uma questão de gênero, pois uma das maiores dificuldades encontradas por essas jovens para entrar no mercado de trabalho e prosseguir os estudos residia no fato de que elas tinham filhos menores, não tendo condições financeiras de custear uma babá ou pagar uma creche, sem ter, portanto, com quem deixar as crianças.

Outro problema elencado pelos entrevistados era o de que muitos empregadores solicitavam aos candidatos experiênciacomprovada, como estes jovens tinham uma trajetória laboral marcada pela informalidade, eles não possuíam registro na carteira de trabalho e não tinham carta de recomendação, capaz de atestar a veracidade dos serviços anteriormente prestados.

Através da análise das entrevistas foi possível desmistificar a visão ou ideia de que os jovens não queriam trabalhar, de que todos eles são jovens-problema. Ao contrário, trata-se de jovens que trabalham muito, em atividades mal remuneradas, pais e mães de família, desejosos de crescer profissionalmente, com esperança de um emprego de carteira assinada, mas que (sem conseguir) engrossavam as fileiras do mercado informal.

Tais jovens também desejavam estudar, mas sofriam com a não existência de uma escola adequada para atender às variadas realidades da juventude brasileira, que fazem parte da EJA, uma política e estrutura educacional que considere que os jovens são diferentes, trabalhadores, que possuem necessidades diversas, com uma questão de gênero latente.

Esta dissertação também contribuiu para um olhar crítico sobre a minha atuação, enquanto pesquisadora e professora. Reconheço que minha formação, enquanto profissional da educação, teve e tem limitações, isto porque o PJU atende aos jovens com graus de necessidades especiais diferentes e, infelizmente, não soube lidar com estes jovens.

No caso, por exemplo, da entrevista com um dos alunos que aparentava ter problema psíquico, eu, professora formada numa universidade de licenciatura, percebi que não sabia como agir de forma natural ou profissional com este jovem, mas sim com medo.

Percebi como pesquisadora que no PJU existe uma questão de gênero latente, reconhecida no caso das alunas-mães com filhos menores, que vivenciam uma enorme dificuldade de trabalhar (e estudar), embora tenham a necessidade de ajudar no sustento da prole, pois precisam de alguém, ou de alguma instituição gratuita, que possa cuidar das crianças, já que elas não têm como custear uma ou outra das alternativas apresentadas.

A reflexão que essa dissertação aponta pretende evidenciar a complexidade dos estudos sobre o PJU, considerando o mesmo, como uma das modalidades de EJA, o que requer um olhar minucioso e receptivo para outras abordagens e concepções.

Embora, aparentemente, a presente pesquisa apresentasse alguns elementos relacionados às potencialidades do ProJovem Urbano (no que se refere à inserção profissional dos ex-alunos) – considerando a relação entre educação e trabalho no programa, como forma de dotar os jovens participantes de conhecimentos e habilidades para a possível alocação no mercado de trabalho – a pesquisa não se ateve à abordagem da educação instrumental para o trabalho.

Após a análise dos egressos no mercado de trabalho, partindo do pressuposto da relação entre educação e trabalho, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, segundo Marx apud Pires (1997),

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (PIRES, 1997, p. 86).

E, também, para Alvarenga (2010, p. 29):

A dialética marxiana não considera o conhecimento sobre a realidade, sobre as relações sociais e naturais que a habitam como produções reificadas, originárias e independentes, cristalizadas em um tempo e espaço imediato. No entanto, sobretudo ela representa um esforço para ler o mundo e com ele dialogar mediante grandes e pequenos movimentos que os sujeitos encarnados nele e com ele realizam (ALVARENGA, 2010, p. 29).

Concordando com os autores acima, a pesquisa foi direcionada para os possíveis impactos do ProJovem Urbano na inserção profissional dos ex-alunos, na intenção de refletir sobre a realidade socioeconômica dos participantes; sobre a proposta educacional em nível fundamental, com formação profissional, adotada pelo programa para esses jovens de baixa renda e pouco escolarizados.

E chegamos a uma conclusão, mesmo que provisória, com base nos dados e limites do percentual de entrevistados – que através da análise da posição dos egressos no mercado de trabalho, os ex-alunos do PJU buscavam elevar a sua escolaridade, pois acreditavam que melhorando a sua força de trabalho teriam melhores condições de vida.

E, as concepções de educação e trabalho adotadas pelo ProJovem Urbano preconizadas pelo programa não têm como objetivo a realização de transformações profundas nas relações sociais e de produção da sociedade.

Mas entre a percepção de estudar (de se instrumentalizar de conhecimentos para obter melhores oportunidades de emprego, renda e de vida) e uma experiência de trabalho degradante existe um movimento contraditório, de dupla perspectiva.

Diante de relações de trabalho precárias, estes jovens e adultos da classe trabalhadora poderiam criar condições de reivindicarem o direito ao trabalho, ferramenta que lhes possibilitasse viver com dignidade.

É nesse sentido que precisamos repensar o papel da política pública no Brasil, principalmente aquela introduzida no país, a partir da década de 1990, na medida em que o governo brasileiro tem consolidado uma série de ações que visam manter o país numa posição econômica subalterna em relação ao mercado internacional.

Essa busca incessante pelo ajuste econômico brasileiro aos ditames da economia mundial parece projetar para o futuro, de grande parte da classe trabalhadora, uma situação cada vez mais desfavorável de emprego e de sobrevivência.

As políticas públicas têm resumido o seu papel e a sua abrangência, ao mesmo tempo em que os programas sociais emergem como política de inserção, atuando em diversos níveis e funções, mitigadoras das mazelas da pobreza criadas por um sistema econômico

desigual, mas sem interferir na essência e na manutenção de uma sociedade eminentemente capitalista.

Ao mesmo tempo em que as políticas sociais são traçadas pelo caráter focalizado, emergencial, atrelando à política educacional a possibilidade de transferência de renda mínima, pautados numa forte perspectiva de inserção profissional, por outro lado, diminui a abrangência das políticas públicas universais e a consolidação dos direitos sociais a que todos merecem de acordo com a recente constituição brasileira (PAIVA, 2011).

O ProJovem Urbano, um programa social, como um exemplar dessa delimitação e urgência atende aos jovens de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental, e que pretendem se qualificar para o trabalho para uma possível inserção profissional.

Num misto de aceleração da escolaridade e de transferência de renda, os alunos que obtiverem frequência mínima de 75% nas aulas e realizarem 3/4 das atividades avaliativas propostas receberão um auxílio mensal de R\$100,00.

Uma transferência de renda vinculada à permanência e ao desempenho dos jovens no curso, justificada, porém, como uma medida em prol da universalização do direito à educação e de renda para todos os brasileiros.

A ajuda de custo disponibilizada para os participantes do PJU possibilita a redução das taxas de pobreza (condição em que se encontra a maior parte da população brasileira) e contribui para ampliar, mesmo que de forma incipiente, o poder de consumo desses jovens.

A perspectiva de qualificação profissional voltada para o mercado de trabalho local, aqui representado pelo município de São Gonçalo, ratifica o projeto de inserção profissional subalternizada, com a presença de ocupações cujas relações de trabalho são marcadamente precárias, uma diretriz verificada também em nível macroeconômico, diante da dependência econômica do Brasil em relação aos países centrais.

Nesse sentido, a tentativa de participação destes jovens gonçalenses no mercado formal de trabalho é deveras complexa, dificultada pelos padrões regulados pelo mercado, com medidas que impedem que os jovens tenham uma inserção profissional adequada, com relações de trabalho e de vida mais igualitária.

Há que se ressaltar que o ProJovem Urbano, ou seja, a proposta de educação com vias a inserção social e profissional para a EJA, desvinculado de outras políticas sociais e econômicas não é capaz de sanar os problemas enfrentados pela juventude trabalhadora, diante da reestruturação produtiva em curso e das demandas do mercado de trabalho neoliberal.

Um programa social projetado para o aumento do grau de escolaridade, integrado à qualificação profissional, ambos atrelados à transferência de renda mínima para uma população jovem, empobrecida, com vias ao combate a pobreza e a fome podem reduzir os efeitos deletérios de uma sociedade desigual, mas que não os eliminam.

Se por um lado o ProJovem Urbano pode estimular a participação dos jovens em novas formas de trabalho, tais como: o cooperativismo, o empreendedorismo, a prestação de serviços, ou seja, os tipos de inserção profissional flexíveis, por outro, o programa, no município de São Gonçalo, não necessariamente atendeu às expectativas dos participantes e da sua formação integral, com vistas às mudanças estruturais de enfrentamento das desigualdades e exclusão social.

Concluimos esta dissertação na esperança de que a mesma possa dialogar com outras pesquisas, que tenham como tema a educação e as políticas públicas para a EJA – defendendo a ideia de que a educação de jovens e adultos da classe trabalhadora deve ser orientada para a sua formação de direção – e não de submissão ao trabalho desumanizado. Também enfatizamos que uma das possíveis contribuições da pesquisa foi a de nos aproximarmos da realidade de jovens pobres gonçalenses, que buscam nestes programas, apesar de suas diversas contradições, alguma possibilidade de reinventar a vida.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Marcia Soares de. *Sentidos da cidadania: políticas de educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANDRADE, Flávio A.. Projovem Urbano: atitude protagonista e empreendedora como qualificação básica para o trabalho. In: 33 a. *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2010*, Caxambu-MG. Educação no Brasil: o balanço de uma década. Rio de Janeiro-RJ: Anped, 2010.

ARRETCHE, Marta. *Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

BANCO de dados agregados. Disponível em: <www.sidra.igbe.gov.br>. Acesso em 16 nov 2010.

BATISTA, Glauce Junior. *Cooperativas: uma das alternativas para geração de ocupação e de renda, para os gonçalenses na década de 90? [trabalho de conclusão de curso]*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Curso de Geografia. Departamento de Geografia; 2005.

BATISTA, Glauce Junior. *Qualificação profissional no Projovem: Política Pública capaz de inserir o jovem no mercado de trabalho ou para controle social? [trabalho de conclusão de curso]*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Curso de especialização em educação básica. Departamento do programa de pós-graduação lato sensu; 2007.

BLANCO, D. M. *Á luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano. [dissertação]*. Rio do Grande do Sul: Universidade Federal do Rio do Grande do Sul. Curso de sociologia. Departamento do Programa de Pós-Graduação em sociologia; 2009.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. Niterói: Edição Independente, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de Junho de 2005. Dispõe sobre: Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de jul. de 2005. Disponível em: <

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-norma-pl.html>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de jun. de 2008. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2008/lei-11692-10-junho-2008-576294-norma-pl.html>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html>. Acesso em: 16 nov. 2010.

CAGED: As 20 profissões que mais admitiram profissionais no período de referência de novembro/2010 a outubro/2011 no município de São Gonçalo/RJ. Disponível em: <<http://carep.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=caged>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

CARMO, Gerson Tavares. *Evasão de alunos na EJA e reconhecimento social: crítica ao senso comum e as suas justificativas*. 34ª Reunião Anual da ANPED. 2011. Disponível em: <www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/.../GT18-1088%20res.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

CD/FNDE (Brasil). Resolução nº 60 de 09 de novembro de 2011. Os Critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e a municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano. Brasília, DF. Jan. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2011>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES: CBO – 2010 – 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 3 196 p. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/download?tipoDownload=3>> Acesso em: 12 out. 2011

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n.12, p.1-18, jun./dez, 1995.

CORDEIRO, Denise. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS- DIEESE. A informalidade no comércio. In: Boletim trabalho no comércio. Ano 2. nº 4 – agosto 2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/boletimTrabalhoComercio4.pdf>> Acesso em: 12 out. 2011

DRAIBE, S. M. As Políticas sociais e o Neoliberalismo. Revista USP: Dossiê. Liberalismo/Neoliberalismo, São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar/abr/mai, 1993.

FARIAS, I. M. O sentido do trabalho como princípio educativo na concepção Gramsciana. In: Educação e Filosofia, v.17, n.1, p.139-155, jan/jun, 1995.

FELIPE L. S. ProJovem acumula em seis anos histórico de fracasso e descontrole financeiro. O Globo, 3 out. 2011. Mais em política. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/projovem-acumula-em-seis-anos-historico-de-fracasso-descontrole-financeiro-2744497>>. Acesso em: 3 out.2011.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M. e ARCEO, Enrique. Neoliberalismo y sectores dominantes –tendenciasglobales y experiencias nacionales, Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de Final de Século. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

GOVERNO FEDERAL LANÇA PROGRAMA UNIFICADO DE JUVENTUDE. Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, set. 2007. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2007/09/not_05092007>. Acesso em: 17 nov. 2010

HÖFLING, E. M.. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 21, n. 20, p. 30-41, 2001.

IBGE. Conceitos do IBGE: Municípios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 dez. 2011

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Contas nacionais nº 33. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../pibmunic2004_2008.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011

IBGE. Censo Demográfico 2000 do Município de São Gonçalo/RJ. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 dez. 2011

JORNAL O FLUMINENSE Rio de Janeiro, 02 fev. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE Rio de Janeiro, 06 fev. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE Rio de Janeiro, 12 dez. 2010, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE Rio de Janeiro, 13 mar. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE Rio de Janeiro, 20 fev. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE Rio de Janeiro, 23 jan. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 01 mai. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 02 jan. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 03 abr. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 04 set. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 05 dez. 2010, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 05 jun. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 06 mar. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 06 nov. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 07 ago. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 08 mai. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 09 jan. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 10 abr. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 10 jul. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 11 set. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 12 jun. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 13 fev. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 13 nov. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 14 ago. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 14 nov. 2010, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 15 mai. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 16 jan. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 16 out. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 17 abr. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 17 jul. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 18 set. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 19 dez.. 2010, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 19 jun. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 20 mar. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 21 ago. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 21 nov. 2010, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 23 out. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 24 jul. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 25 set. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 26 jun. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 27 fev. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 27 mar. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 28 ago. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 28 nov. 2010, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 29 mai. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 30 jan. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 31 jul. 2011, RJ. Classificados de Empregos, Seção D.

KUENZER, Acácia. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. São Paulo: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

MALFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NÉRI, Marcelo (Coord.). *O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escolas*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

NEVES, L. M. W. *Políticas sociais contemporâneas: teses para discussão*. In: *Políticas Públicas & Serviço Social: análises e debates*. Publicação do Observatório Social. Rio de Janeiro, setembro/outubro de 2008. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br/novosite/politicas/NEVESsetout2008.doc>. Acesso em: 12 dez. 2010

NOVAES, Regina. *Juventude, juventudes. Jovens das “classes C, D e E” frente aos dilemas de sua geração*. Seminário Juventude e Teledramaturgia. Programa Mais Cultura Audiovisual. Disponível em: <fictv.cultura.gov.br/wp-content/uploads/.../juventude-juventudes.pdf> . Acesso em: 12 dez. 2010.

ODM: Relatório nacional de acompanhamento / coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. – Brasília: Ipea : MP, SPI, 2007. 152 p. : il. Disponível em

<<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/TerceiroRelatorioNacionalODM.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2010.

ONU. Nações Unidas Declaração do Milênio: Cimeira do Milênio. Nova Iorque, set. 2000. 20 p. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em 28 abr 2010.

PAIVA, Olgamir Amância Ferreira de. Transferência de Renda e Educação: o assistencial e o estratégico em movimento. In: XXV simpósio brasileiro de política e administração da educação, II Congresso Ibero-Americano de política e administração da educação. São Paulo, 2011.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface** (Botucatu), vol.1, n.1, p. 83-94, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S141432831997000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 3 jan. 2010

PNQ 2003-2007. *Plano Nacional de Qualificação*. Brasília; MTE, SPPE, 2003. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf>. Acesso em 28 abr 2010.

POCHMANN, Marcio. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO. Secretaria Municipal de Educação. *Endereço das Escolas Municipais*. Disponível em: <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/escolas.php>> Acesso em: 12 out. 2011.

PROJOVEM URBANO. **Passe livre**: Alunos do ProJovem Urbano de São Gonçalo (RJ) recebem uniformes e passe escolar. Disponível em <<http://www.projovem.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Noticias&cod=750>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

RAMOS, L. *Pobreza no Brasil Na Década de 80: Evolução e Determinantes*. Indicadores Econômicos FEE, v. 21, p. 155-172, 1993.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RELATÓRIO DE AUDITORIA. Acórdão 488/2011 do Tribunal de Contas da União (TCU). Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;plenario:acordao:2011-02-23;488>> Acessado em 1 jan 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO: 2008/2010. Secretária-Geral da Presidência da Republica, Secretaria Nacional da Juventude. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2010. 111p.: il.

RUMMERT, Sonia Maria; ALVES, N.. Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal. Alvos da mesma lógica de conformidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, p. 511-529, 2010.

SANTOS, M. B. Inserção profissional e formação qualificante: estudo de caso no Centro de Formação para a Ind. Electrónica. In: Actas do Encontro SocEd2009. Contextos Educativos na Sociedade Contemporânea 2.ed, vol. II – Posters. Lisboa, Janeiro, 2009.

SAVIANI, D. *Da nova LDB ao Fundeb*: por uma outra política educacional. 2. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2008. v. 1. 352 p.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 6.ed, São Paulo: Contexto, 2003.

SURVEY I. *Questionário do aluno*. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Disponível em: <www.caed.ufjr.br>. Acesso em: 20 ago. 2010.

ANEXO A - Questionário do aluno (Roteiro de entrevistas para ser realizada com os alunos)

Roteiro - Questionário do aluno – Data: 15/12/2010

Identificação

1. Nome: _____ Idade: _____ Fone: _____
2. Endereço: _____

3. Estudou em que escola? _____
Etapas para verificar grau de escolaridade
4. Situação face ao grau de escolaridade antes da certificação: alfabetização, 1ª série, 2ª série, 3ª série, 4ª série, 5ª série, 6ª série, 7ª série, 8ª série incompleta.
5. Situação face ao grau de escolaridade após a certificação: curso auxiliar, ensino médio, curso de qualificação, curso de línguas. Qual? _____
6. Situação de dificuldade para continuar os estudos: trabalhando; não tem com quem deixar os filhos, motivo doença de familiares; motiva doença; não conseguir acompanhar os estudos; não conseguiram se matricular em outra escola (período); não conseguiram se matricular em outra escola (certificação); não quer mais estudar.
Outro: _____
Etapas para verificar atuação cidadã
7. Situação face ao grau de participação em grupos antes da formação: associação de moradores; igreja, partido político; grupo teatral; grupo dança; sindicato profissional. Qual? _____
8. Situação face ao grau de participação em grupos depois da formação: associação de moradores; igreja, partido político; grupo teatral; grupo dança; sindicato profissional. Qual? _____
Etapas para verificar inserção profissional
9. Situação face ao emprego antes da formação: desempregado; empregado com carteira assinada; empregado sem carteira assinada; trabalhador informal (conta própria); negócio de família, outros.
10. Situação face ao emprego após a formação: desempregado; empregado com carteira assinada; empregado sem carteira assinada; trabalhador informal (conta própria); negócio de família, outros.
11. Qual a qualificação profissional realizada? Alimentação, Construção e Reparos I
12. O que é um bom trabalho para você?

13. Quanto recebe por mês? _____
14. Recebe bolsa do governo? _____ Qual? _____
15. Situação de dificuldade face ao emprego após formação: grau de escolaridade exigido; qualificação profissional exigida; experiência; ferramentas de trabalho próprio.

ANEXO B - Survey1 – Questionário do aluno

Nº do Questionário: _____

QUESTIONÁRIO DO ALUNO

Você está recebendo um questionário com 35 questões que abordam vários assuntos vinculados à sua vida. Responda atentamente cada questão, marcando a(s) opção(ões) que considerar mais adequada(s). Preste muita atenção às observações ao longo do questionário e às instruções do aplicador. Respeite a ordem e tenha paciência, pois suas respostas são muito importantes para melhorarmos cada vez mais o Projovem Urbano.

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Município: _____

Núcleo: _____ Turma: _____

Identidade (RG): _____ Número de matrícula: _____

1. Sexo

 Masculino Feminino

2. Qual a sua idade?

_____ anos completos

3. Você se considera:

 Branco(a) Pardo(a) Negro (a) Amarelo(a) Indígena Não sabe. Prefere não responder.

4. Qual foi a última série do Ensino Fundamental que você concluiu, SENDO APROVADO?

 Nenhuma 1ª Série 2ª Série 3ª Série 4ª Série 5ª Série 6ª Série 7ª Série Outra

5. Quantas pessoas moram em sua casa (contando com você)?

 Até três pessoas Quatro pessoas Cinco pessoas Seis pessoas Sete pessoas Oito ou mais pessoas

6. Você mora com seu pai?

 Sim Não

7. Você mora com a sua mãe?

 Sim Não

8. Você mora com cônjuge ou companheiro(a)?

 Sim Não

9. Você tem quantos irmãos ou irmãs?

10. Você tem filhos(as)?

 Sim Não

11. Caso sim, quantos?

12. Sua mãe sabe/sabia ler e escrever?

- Sim Não Não sei

13. Até que série sua mãe estudou?

- Nunca estudou
 1ª a 4ª série do ensino fundamental (1º Grau)
 5ª a 8ª série do ensino fundamental (1º Grau)
 1ª a 3ª série do ensino médio (2º Grau)
 Até a faculdade (ensino superior)
 Não sei

14. A rua em que você mora tem calçamento?

- Sim Não

15. Você tem celular?

- Sim Não

16. Em sua casa, existem

	SIM	NÃO
Geladeira		
TV a cores		
Celular		
Automóvel		
Computador		
Impressora		

17. Possui acesso à Internet?

(Marque as opções que julgar adequadas)

- Não
 Sim, em casa
 Sim, na escola
 Sim, em outro local (lan house, associação, casa de amigo, etc.)

18. Faz parte de comunidades virtuais da Internet?

(Marque as opções que julgar adequadas)

- Não
 Sim, sites de relacionamentos (Orkut, MySpace, etc)
 Sim, chats e salas de bate papo (MSN, Yahoo, etc)

19. Com quantos anos você entrou na escola?

- 6 anos ou menos
 7 anos
 8 anos
 9 anos
 10 anos
 11 ou mais anos

20. Quantas vezes você começou a estudar e parou antes do final do ano?

- Nenhuma vez
 1 vez
 2 vezes
 3 vezes
 4 vezes
 5 ou mais vezes

21. Quantas vezes você foi reprovado(a)?

- Nenhuma vez
 1 vez
 2 vezes
 3 vezes
 4 vezes
 5 ou mais vezes

22. Quanto tempo você demora para vir de sua casa a este Núcleo?

- Menos de 15 minutos
 Entre 15 e 30 minutos
 Entre 30 minutos e uma hora
 Mais de uma hora

23. Na maioria das vezes, como você vem para as aulas do Projovem?

- A pé
 De ônibus
 De Metrô
 De trem
 De carro
 De moto
 De bicicleta
 Outro meio de transporte

24. Atualmente, você tem algum trabalho pelo qual é pago? (uma ou mais respostas)

- Não
- Sim, trabalho por conta própria
- Sim, empregado sem carteira assinada
- Sim, empregado com carteira assinada
- Sim, trabalho em "negócios da família"
- Outros

25. Caso sim, Qual seu cargo ou função no trabalho?

26. Qual renda mensal você recebe geralmente nesse trabalho?

- Até meio salário mínimo (menos de R\$ 235,00)
- Mais de meio até 1 salário mínimo (até R\$ 465,00)
- Mais de 1 até 3 salários mínimos (entre R\$ 465,00 e R\$ 1.395,00)
- Mais de 3 salários mínimos (mais de R\$ 1.395,00)

27. Caso você **NÃO** esteja desenvolvendo alguma atividade remunerada, quando foi a última vez?

- Nunca teve atividade remunerada
- 2009
- 2008
- 2007
- 2006
- 2005
- 2004 ou antes

28. Onde você nasceu?

Cidade: _____

Estado: _____

29. Há quantos anos você mora nesse município?

- Menos de um ano
- De 1 até 5 anos
- Mais de 5 anos
- Desde que nasci

30) Você ou sua família já recebeu alguma outra ajuda ou bolsa do governo, além do Projovem?

- Sim. Qual? _____
- Não

31. Você tem religião?

- Sim. Qual? _____
- Não.

32. Com que frequência você costuma ir à missa ou outro culto religioso?

- Pelo menos uma vez por semana
- Pelo menos uma vez por mês
- Menos de um uma vez por mês
- Nunca

33. Você já trabalhou como voluntário em alguma instituição?

- Sim Não

34. Você participa de alguma das organizações listadas abaixo:

(Marque as opções que julgar adequadas)

- Grupos de jovens
- Associação comunitária
- ONG
- Grupo Cultural (música, teatro, dança, folclore, etc)
- Grupo religioso
- Torcida organizada
- Partidos políticos
- Sindicatos
- Outras organizações. Qual?
- _____

35. Que nota, de 0 a 10, você daria para o Projovem e para a última escola regular em que estudou em cada um dos seguintes aspectos:

	Projovem	Escola Regular
35a. Qualidade do ensino		
35b. Sala de aula		
35c. Instalações da escola		
35d. Professores		
35e. Organização		
35f. Localização da escola		
35g. Segurança da escola		
35h. Limpeza da escola		
35i. Livros didáticos		

ANEXO C – Modelo de autorização para a utilização das entrevistas somente para fins da pesquisa da dissertação

São Gonçalo, ____ de _____ de 2012

Autorização

Eu, _____, autorizo o uso dos termos da entrevista realizada pela mestrande Glauce Batista Júnior com o objetivo único de contribuir para a realização da pesquisa *ProJovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ e seus impactos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho*, do Mestrado em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Faculdade de Formação e Professores da UERJ, sendo vetado parte ou todo do material concedido para fins fora do interesse da pesquisa.

ANEXO D – Questionário do aluno

Questionário do aluno – Data: ___/01/2012

Nome: _____ Idade: _____ Fone: _____

Endereço da entrevista: _____

1. Você está estudando? () não () sim
2. Caso esteja estudando no ensino médio, em qual série você está? () 1º ano () 2ºano () 3ºano
3. Se você está estudando, em que escola você estuda? _____
4. Você fez ou está fazendo algum curso? () não () sim
5. Qual curso você fez ou faz? _____
6. Você encontra alguma dificuldade para estudar? () não () sim
7. Se você tem dificuldade para continuar estudando, o que te impede de estudar?
() trabalha () não tem com quem deixar os filhos () doença de familiares () ciúmes de marido/esposa () não quer mais estudar () não consegue acompanhar os estudos () não conseguiu se matricular em outra escola
8. Você esta trabalhando? () não () sim
9. Caso esteja trabalhando, você trabalha:
() com carteira assinada () sem carteira assinada () trabalha por conta própria () trabalha com a família () Bico
10. Você está trabalhando na mesma área em que fez a qualificação profissional no PJU?
() não () sim
11. Se você trabalha, qual a sua função? _____
12. O que é um bom trabalho para você? () paga bem () trabalha pouco () pode crescer no emprego () tem carteira assinada () concurso público () tem bom relacionamento com colegas de trabalho () reconhecimento do seu trabalho pelo patrão () fazer o que gosta () outro _____
15. O diploma do Provovem Urbano te ajudou a conseguir um emprego? () não () sim
16. O diploma do Provovem Urbano te ajudou a conseguir um emprego que paga mais?
() não () sim
17. Você acha que a participação no Projovem Urbano te ajudou a ter melhores condições de vida? () não () sim.
Porque? _____
13. Se você trabalha, quanto recebe por mês?
14. Recebe bolsa do governo? () não () sim Qual? _____

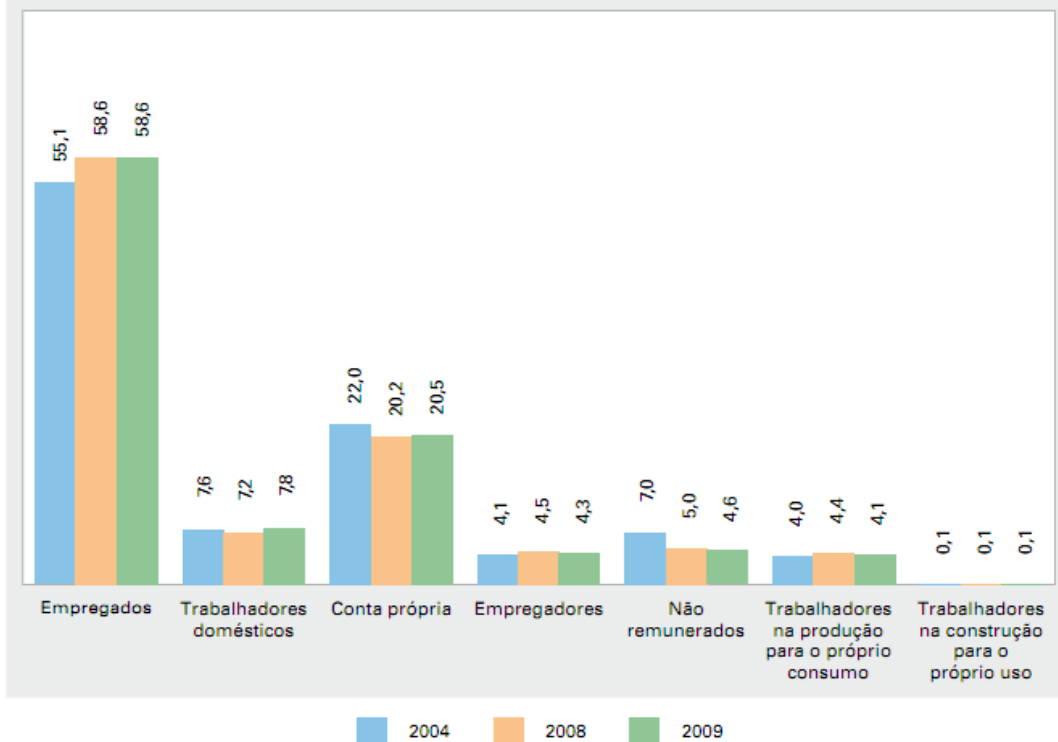
ANEXO E - Gráficos

Gráfico 01 – Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, na semana de referência, segundo os grupos de idade – Brasil – 2004/2009 - %



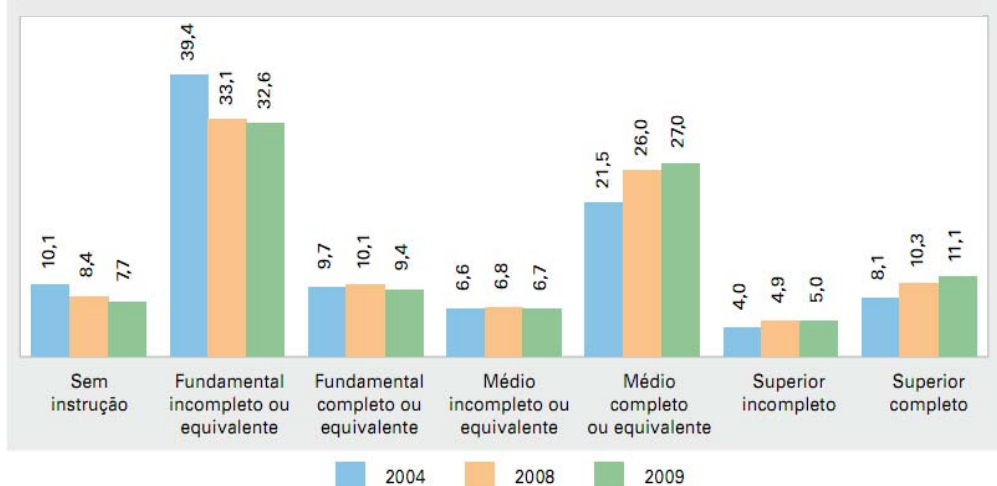
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2009.

Gráfico 02 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal – Brasil – 2004/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Gráfico 03 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o nível de instrução – Brasil – 2004/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.